

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE

GONDOMAR



ESTUDO PRÉVIO

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO:

VOLUME II

Índice

I.	Ambiente e Recursos Naturais	2
1.	Enquadramento Regional	2
2.	Geomorfologia e Relevo	4
3.	Geologia e Hidrologia	5
4.	Clima	7
5.	Recursos Hídricos	8
	Recursos Hídricos Superficiais	8
	Recursos Hídricos Subterrâneos	9
II.	Caracterização Demográfica	10
1.	População residente e povoamento	10
2.	Estrutura etária	17
3.	Estrutura familiar	25
4.	Níveis de instrução	28
5.	Evolução da população	32
6.	Projecções demográficas	34
III.	Caracterização do Parque Habitacional	38
1.	Edifícios e Alojamentos	38
	Evolução Global	38
	Tipologia dos Edifícios e Alojamentos	44
	Época de Construção	51
	Condições dos Alojamentos	55
2.	Análise de licenciamentos	56
IV.	Caracterização Socio-Económica	56
1.	Introdução	56
2.	Emprego e recursos humanos	56
3.	Sector Primário	56
4.	Sector Secundário	56
5.	Sector terciário	56

O território de Gondomar é abrangido pela bacia hidrográfica do rio Douro, coincidindo os seus limites, a sul, com o leito deste rio, à excepção da freguesia de Lomba cujos limites são definidos pelo rio Inha e pelo ribeiro de Portal. O festo definido pelo conjunto de várias serras que formam o anticlinal de Valongo, constitui o limite concelhio a nordeste.

Convém no entanto referenciar que o concelho é caracterizado por duas unidades territoriais com realidades completamente distintas, mas que se complementam. As denominações destas unidades decorrem das condições fisiográficas destas, mas também das influências que recebem dos territórios circunvizinhos.

Relativamente ao Alto Concelho, como o próprio nome deixa perceber, localiza-se na zona mais declivosa do concelho de Gondomar, com declives superiores a 16% originados pela existência das serras das Flores, de Santa Iria, das Banjas e da Lomba, correspondendo às freguesias de Lomba, Melres, Medas, Foz do Sousa, Covelo e Jovim. Devido, sobretudo, à sua localização esta unidade territorial apresenta-se como uma unidade de elevado valor paisagístico e ecológico, voltada para as margens do rio Douro, constituindo o limite mais a sul e mais interior da AMP.

Por outro lado, o Baixo Concelho é caracterizado por uma topografia menos acentuada, que permitiu a densificação desta unidade territorial, conferindo-lhe um cariz marcadamente urbano. Esta unidade vive intensamente conectada com o Porto, sorvendo deste os fluxos de pessoas e serviços, tão intrinsecamente urbanos, bem como dos outros concelhos vizinhos.

2. GEOMORFOLOGIA E RELEVO

O intervalo dos 0 aos 100 metros ocupa as terras que marginam os rios Douro, Sousa, Ferreira, Tinto e Torto, e ainda grande parte da plataforma que constitui a zona aplanada de Gens, Rio Tinto. Este intervalo representa cerca de metade do concelho;

O intervalo dos 100 aos 200 metros tem igualmente grande representatividade e de uma maneira geral encontra-se presente nas pequenas elevações existentes na plataforma descrita anteriormente, constituindo as cabeceiras de linha de água nos rios Tinto e Torto; na parte sul do concelho está directamente ligado às cabeceiras de linha de água que formam a densa rede de drenagem, localizando-se imediatamente abaixo da cordilheira de Serras. Percentualmente ocupa uma área inferior ao intervalo anterior, apesar do conjunto destes dois intervalos (0-100m e 100-200m) constituírem a quase totalidade do concelho;

O intervalo dos 200 aos 300 metros, ocupa uma pequena área no concelho, estando apenas representado no complexo montanhoso formado pelas serras das Banjas, das Flores, do Castiçal e de St^a Justa, e, na zona sul, uma vez que grande parte da freguesia da Lomba está incluída neste intervalo.

O intervalo que apresenta altitudes superiores a 300 metros, cinge-se unicamente aos cumes das serras descritas no intervalo anterior.

Relativamente à análise dos declives verificou-se que existem duas zonas de características diferentes. Na parte este e sul do concelho dominam os declives superiores a 16%, destacando-se todo o rebordo montanhoso que delimita o concelho a nordeste e a freguesia da Lomba, a sul, apresentando declives superiores a 30%.

A oeste o concelho apresenta uma vasta superfície aplanada de declives inferiores a 16%, verificando-se que as zonas adjacentes a São Cosme, Fânzeres, Rio Tinto e Jovim apresentam declives inferiores a 8%.

3. GEOLOGIA E HIDROLOGIA

As unidades geológicas definidas na Carta Geológica foram agrupadas de acordo com as seguintes classes:

Aluviões Actuais – Ocupam reduzida área do concelho, no entanto, assinalam-se extensas acumulações de camadas argilo-arenosas, espessas, ao longo dos vales dos rios Sousa e Ferreira, geralmente aproveitados para a agricultura. Merecem também referência os areinhos do Douro, situados em Melres e Lomba, por vezes de grande extensão.

Depósitos de praias antigas e terraços fluviais – As manchas desta unidade inserem-se nos Depósitos de Cobertura Plistocénicos e são constituídos por depósitos de terraços de várias altitudes. Para as margens dos rios Douro, Sousa e Ferreira o PDM apresentava a sua descrição para os depósitos de terraços de 15-20 metros, de 30-40 metros, 80-90 metros, 100-130 metros, 140-150 metros e 150-170 metros.

Quartzitos – Os quartzitos formam as cristas das serras que se reúnem no alto de St^a Justa. Os relevos dominantes estão relacionados em grande parte com a existência de rochas quartzíticas, em bancadas espessas, do Ordovícico que, por erosão diferencial, deram origem a cristas orientadas na direcção NW-SE. As cristas quartzíticas formam 2 ramos, correspondendo a um anticlinal erodido. Assim, a serra de Santa Justa, do Castiçal e das Flores formam o ramo ocidental; o outro ramo, formado pelas serras das Banjas e parte da serra de St^a Iria, constitui a parte oriental do anticlinal. As rochas quartzíticas atravessam o Douro nas proximidades da quinta da Varziela e seguem novamente em direcção ao rio, através da Lomba onde se interrompem.

Conglomerados – Esta litologia está representada em 2 períodos distintos: Paleozóico (Carbónico Continental) e complexo Xisto-Grauváquico (Anteordovícico). ... O Carbónico de fácies continental está representado na região por diversos afloramentos, o mais importante dos quais constitui faixa relativamente larga na região do Seixo. ... Os Conglomerados do Complexo Xisto-Grauváquico, Anteordovícico, são intercalações no conjunto xistento, de espessura variável, com orientação geral dos leitos conglomeráticos de NW-SE; entre Mó e Ferreirinha a orientação é N-S.

Xistos e Grauvaques – Esta mancha inclui 4 períodos geológicos: Eodevónico, Silúrico, Ordovícico e Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovícico. ... Estas rochas ocupam neste concelho uma área considerável. De modo geral, representam a região compreendida entre os micaxistos fortemente metamorfizados pelo granito do Porto, e a extensa faixa carbonífera.

Micaxistos – Esta mancha pertence ao Complexo Xisto-Grauváquico Anteordovícico e é designada por: migmatitos, gneisses, micaxistos, xistos luzentes, etc. As rochas deste período intensa acção metamórfica provocada pelo granito do Porto. Organizaram-se, deste modo, extensas áreas de xistos luzentes, micaxistos e gneisses que constituem uma das principais unidades geológicas da região. De facto, estas rochas ocupam largos espaços em Godim, Gondomar, Formiga e Foz do Douro.

Xistos estaurolíticos (xistos de Fânzeres) – As formações metamórficas compreendem uma comprida faixa de xistos estaurolíticos, que passa pela Serra de Fânzeres, Vale de Ferreiros, Formiga e Rapadas.

Granitos – A formação granítica está representada apenas na região a Oeste do concelho, referindo-se vários tipos: granito alcalino, de grão médio a grosseiro, leucocrata, de duas micas (Granito do Porto); granito alcalino, de grão fino a médio, mesocrata, de duas micas; granito gneissico alcalino, granatífero; granito alcalino, de grão grosseiro, turmalínico (Granito de Gondomar); granito alcalino, aplítico e turmalínico.

Rochas filonianas – Formam estas rochas, dois tipos de filões: filões doleríticos e filões de quartzo.

4. CLIMA

A análise climática apresentada nos estudos do PDM, na falta de elementos mais actuais, foi efectuada com base na publicação de Clima de Portugal para o período de 1951/1980, a partir a estação meteorológica da Serra do Pilar.

O estudo baseia-se principalmente em duas das principais componentes caracterizadoras do clima: a temperatura e a precipitação.

Os valores da Temperatura Média Mensal são elevados, sendo que o valor mínimo mais baixo ronda os 5°C positivos e o valor máximo mais elevado os 25°C. É de referir que, relativamente aos valores médios mensais, a amplitude térmica é apenas de 10,5°C. Depreende-se que o clima é bastante ameno, o que é compreensível dada a proximidade do mar. Os meses com temperaturas mais elevadas são Julho e Agosto e as mais baixas ocorrem em Janeiro e Dezembro.

Relativamente à Precipitação o valor total anual é apenas da ordem dos 1235,5 mm. O valor mensal não ultrapassa os 180mm mas também nunca ocorrem valores nulos, sendo o valor mais baixo de aproximadamente 17 mm.

Importante é observar que o valor mais elevado ocorre em Janeiro, verificando-se uma diminuição contínua até Julho. A partir de Agosto os valores são sempre crescentes, ocorrendo apenas uma ligeira diminuição de Outubro para Novembro. Efectivamente os meses de Outono e Inverno são aqueles em que a precipitação é superior a 100mm.

5. RECURSOS HÍDRICOS

O concelho de Gondomar, inserindo-se na região Noroeste Portuguesa, encontra-se sujeito à influência do regime atlântico verificando-se por isso chuvas frequentes. Pelo facto de ser atravessado a sul pelo rio Douro e de ser limitado a Este por um complexo montanhoso (de várias serras), beneficia ainda de um regime de precipitação privilegiado que aumenta localmente de forma importante quer a disponibilidade quer a acessibilidade aos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos).

Recursos Hídricos Superficiais

Como foi referido em capítulos anteriores, Gondomar possui uma rede hidrográfica de superfície relativamente densa, incluindo um conjunto importante de rios e ribeiras que atravessam todo o concelho.

Assim, os rios Sousa, Ferreira, Tinto, Torto e Inha que dão nome às principais bacias hidrográficas do concelho, constituem as linhas de água de maior expressão que drenam directamente para o rio Douro.

Na bacia hidrográfica do rio Sousa, delimitada pela serra de Fânzeres e pela linha de fecho que se estende desde a serra das Flores até perto de Esposende, junto ao Douro, o afluente mais importante é o rio Ferreira, na sua margem direita. Existem também as ribeiras de Parada e de Silveirinho que entroncam o rio Ferreira, e ainda a ribeira de Fontão que entronca o rio Sousa.

Estas linhas de água atravessam formações xistentas, fazendo a ligação das zonas mais elevadas, no complexo montanhoso, com as áreas mais aplanadas, junto ao Douro. Esta bacia hidrográfica inclui as freguesias de S. Pedro da Cova, Foz de Sousa, Jovim e parte de Covelo, representando cerca de 23% da população total do concelho.

Finalmente, nas freguesias limitadas a sul pelo rio Douro existem numerosas ribeiras que desaguam directamente nesse rio, descendo de cabeceiras inseridas no referido complexo montanhoso. Assim, na freguesia de Melres o ribeiro Cabria é a mais notável das linhas de água; na freguesia de Medas existem a ribeira de Longras, a de Vila Cova e a da Porqueira; por último aparece a ribeira de Couço, na freguesia de Covelo.

Na margem esquerda do Douro, a freguesia da Lomba é delimitada a Oeste pelo rio Inha e a Este pelo ribeiro do Portal. Em termos populacionais esta freguesia apresenta apenas 6% do total da população do concelho.

Completando o inventário dos recursos hídricos superficiais, mencionam-se as numerosas nascentes, preferencialmente localizadas a Oeste da serra de Fânzeres, com maior concentração em Jovim, e nordeste de S. Cosme e em Baguim. No resto do concelho, a exiguidade de nascentes está de acordo com a homogeneidade de formações xistentas que aí afloram.

Embora dependentes dos cursos de água acima descritos e apesar dos regimes de pluviosidade média a elevada que caracteriza este concelho, são de grande importância os depósitos (térreos ou elevados), tanques, chafarizes, fontes ou fontanários, como mecanismos fundamentais para a retenção de água, estrategicamente localizados junto a povoações ou áreas de regadio, com maior incidência nos depósitos quaternários e nas formações graníticas.

Recursos Hídricos Subterrâneos

No que se refere à rede hidrográfica subterrânea de Gondomar, verifica-se que é menos densa que a rede de superfície, uma vez que, como já foi referido grande parte dos afloramentos são constituídos por formações xistentas. Deste modo, nas zonas de possível existência de aquíferos, podem seleccionar-se preferencialmente as que dizem respeito aos depósitos quaternários, fracturas ou falhas, com filões a elas associadas ou não, alterações litológicas a escala razoável e formações quartzíticas.

Em relação à mancha de vários tipos de granitos, aflorante a oeste da serra de Fânzeres, apesar de possuir uma permeabilidade inferior às formações citadas anteriormente, é muito importante para alimentar aquíferos ligados a essa formação, através do diaclasamento e da alteração que exhibe. A definição exacta das dimensões e a forma dos aquíferos dependerá naturalmente das características geomorfológicas e condições climáticas locais. Convirá, portanto, salvaguardar a permeabilização das referidas áreas, assim como a qualidade das águas de infiltração ou de escorrência.

Para tal, deve evitar-se a ocupação completa da superfície sobrejacente aos aquíferos, bem como controlar os níveis de poluição química e bacteriológica das águas que alimentam esses mesmos aquíferos.

II. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

1. POPULAÇÃO RESIDENTE E POVOAMENTO

O concelho de Gondomar apresenta, face aos concelhos vizinhos e às respectivas unidades territoriais, uma forte dinâmica populacional evidenciada pelas elevadas taxas de crescimento e densidades populacionais observadas nas décadas em análise.

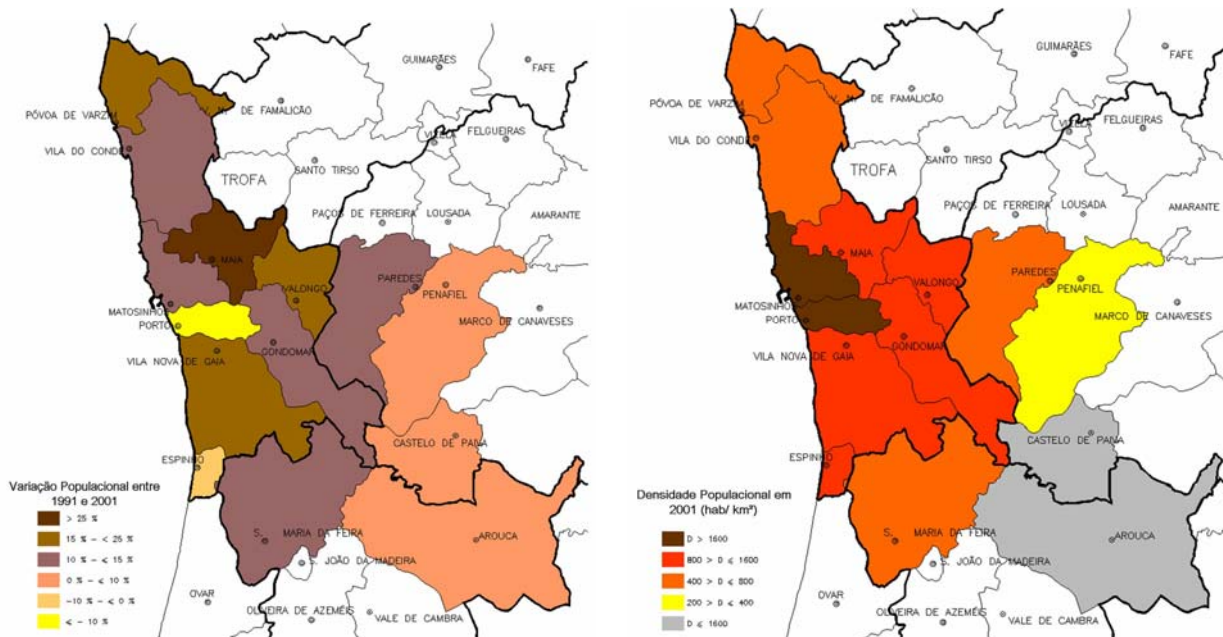
	POPULAÇÃO			CRESCIMENTO (%)		CRESC. MÉDIO ANUAL (%)		ÁREA KM ²	DENSIDADE (HAB/KM ²)		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	81/91	91/01		1981	1991	2001
Região Norte	3 410 098	3 472 715	3 687 212	1.8%	6.2%	0.2%	0.6%	21 278	160	163	173
AMP	1 118 040	1 167 800	1 260 679	4.5%	8.0%	0.4%	0.8%	817	1 368	1 429	1 543
Espinho	32 409	34 956	33 701	7.9%	-3.6%	0.8%	-0.4%	21	1 543	1 665	1 605
Gondomar	130 751	143 178	164 096	9.5%	14.6%	1.0%	1.5%	133	983	1 077	1 234
Maia	81 679	93 151	120 111	14.0%	28.9%	1.4%	2.9%	84	972	1 109	1 430
Matosinhos	136 498	151 682	167 026	11.1%	10.1%	1.1%	1.0%	62	2 202	2 446	2 694
Porto	327 368	302 472	263 131	-7.6%	-13.0%	-0.8%	-1.3%	42	7 794	7 202	6 265
Póvoa de Varzim	54 368	54 788	63 469	0.8%	15.8%	0.1%	1.6%	82	663	668	774
Valongo	64 234	74 172	86 005	15.5%	16.0%	1.5%	1.6%	73	880	1 016	1 178
Vila do Conde	64 402	64 836	74 391	0.7%	14.7%	0.1%	1.5%	149	432	435	499
V. N. Gaia	226 331	248 565	288 749	9.8%	16.2%	1.0%	1.6%	171	1 324	1 454	1 689
Vale do Sousa	275 592	289 497	327 808	5.0%	13.2%	0.5%	1.3%	777	355	373	422
Castelo de Paiva	17 026	16 515	17 338	-3.0%	5.0%	-0.3%	0.5%	111	153	149	156
Paredes	67 693	72 999	83 377	7.8%	14.2%	0.8%	1.4%	164	413	445	508
Penafiel	64 267	68 444	71 801	6.5%	4.9%	0.6%	0.5%	212	303	323	339
E. D. e Vouga	236 916	252 370	276 814	6.5%	9.7%	0.7%	1.0%	859	276	294	322
Arouca	23 896	23 894	24 228	0.0%	1.4%	0.0%	0.1%	328	73	73	74
S. Maria da Feira	109 531	118 641	135 964	8.3%	14.6%	0.8%	1.5%	214	512	554	635

Fonte: INE.

Quadro 1: Evolução e densidades populacionais entre 1981 e 2001

Pela observação do quadro anterior verifica-se que Gondomar apresentou um crescimento populacional de cerca de 15%, entre 1991 e 2001, valor superior em 5% ao registado na década anterior. Efectivamente o crescimento populacional registado entre 1991 e 2001 foi superior ao da AMP, com 8%, ao do Vale do Sousa, com cerca de 13%, e ao de Entre Douro e Vouga (EDV), com quase 10%.

Com uma área total de 133 km², Gondomar apresenta uma densidade populacional de 1 231 hab./ km², em 2001, que apesar de elevada (ver figura em baixo), é inferior à registada para a média dos concelhos da AMP, cerca de 1 542 hab./ km².



Figuras 3 e 4: Variação Populacional entre 1991 e 2001; Densidade Populacional em 2001, respectiv.

Numa análise mais pormenorizada, ainda ao nível do concelho, verifica-se que a elevada taxa de crescimento de Gondomar deve-se sobretudo, ao saldo migratório. Tal tendência pode ser diagnosticada em quase todos os municípios da AMP, à excepção de Espinho e do Porto, que apresentam saldos migratórios negativos, sendo que na cidade Invicta se regista também um saldo natural negativo.

Pela observação da figura 3 constata-se que os municípios localizados na coroa envolvente da cidade do Porto, à excepção de Braga e Cabeceiras de Basto que se encontram fora da área de influência desta cidade, registam ainda, tal como na década censitária anterior, saldos migratórios significativos. Esta constatação revela fenómenos de suburbanização da cidade do Porto para as cidades periféricas, que se traduzem num incremento populacional nos concelhos vizinhos proveniente dessas migrações.

	CRESCIMENTO EFECTIVO		CRESCIMENTO NATURAL		CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Região Norte	207 664	6.0%	124 598	3.6%	83 066	2.4%
AMP	88 833	7.6%	40 910	3.5%	47 923	4.1%
Espinho	-1 504	-4.3%	1 329	3.8%	-2 833	-8.1%
Gondomar	20 918	14.6%	7 450	5.2%	13 468	9.4%
Maia	26 567	28.5%	6 059	6.5%	20 508	22.0%
Matosinhos	14 593	9.6%	6 384	4.2%	8 209	5.4%
Porto	-39 544	-13.1%	-3 320	-1.1%	-36 224	-12.0%
Póvoa de Varzim	8 400	15.3%	4 008	7.3%	4 392	8.0%
Valongo	11 723	15.8%	4 674	6.3%	7 049	9.5%
Vila do Conde	9 282	14.3%	3 570	5.5%	5 712	8.8%
V. N. Gaia	39 032	15.7%	11 685	4.7%	27 347	11.0%
Vale do Sousa	38 271	13.2%	28 123	9.7%	10 148	3.5%
Castelo de Paiva	878	5.3%	1 011	6.1%	-133	-0.8%
Paredes	10 434	14.3%	6 786	9.3%	3 648	5.0%
Penafiel	3 406	5.0%	5 722	8.4%	-2 316	-3.4%
Entre Douro e Vouga	24 312	9.6%	12 409	4.9%	11 903	4.7%
Arouca	339	1.4%	581	2.4%	-242	-1.0%
S. Maria da Feira	17 300	14.6%	7 584	6.4%	9 716	8.2%

Fonte: INE.

Quadro 2: Crescimento populacional efectivo, natural e migratório, em 2001

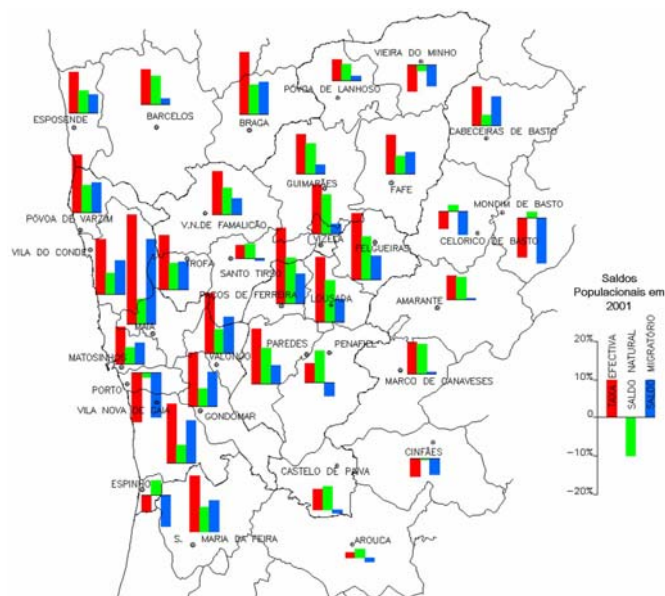


Figura 5: Saldos Popacionais 2001

Após uma abordagem mais abrangente, de âmbito regional, procurar-se-á avaliar as dinâmicas populacionais numa perspectiva concelhia, isto é, comparando valores e índices das freguesias construindo o retrato do concelho, realçando dualidades e polarizações.

Antes de se iniciar a análise convém no entanto referenciar que o concelho é caracterizado por duas unidades territoriais com realidades completamente distintas, mas que se complementam. As denominações destas unidades decorrem das condições fisiográficas destas, ou seja, o “Alto Concelho”, corresponde à zona mais declivosa no quadrante sudeste do concelho, fazendo parte desta unidade as freguesias de Covelo, Foz do Sousa, Jovim, Lomba, Medas e Melres, com cariz vincadamente rural, enquanto o “Baixo Concelho” corresponde à zona noroeste do concelho, com terreno menos acidentado e características mais urbanas, congregam as freguesias de Fânzeres, Rio Tinto, Baguim do Monte, São Cosme (Gondomar), São Pedro da Cova e Valbom.

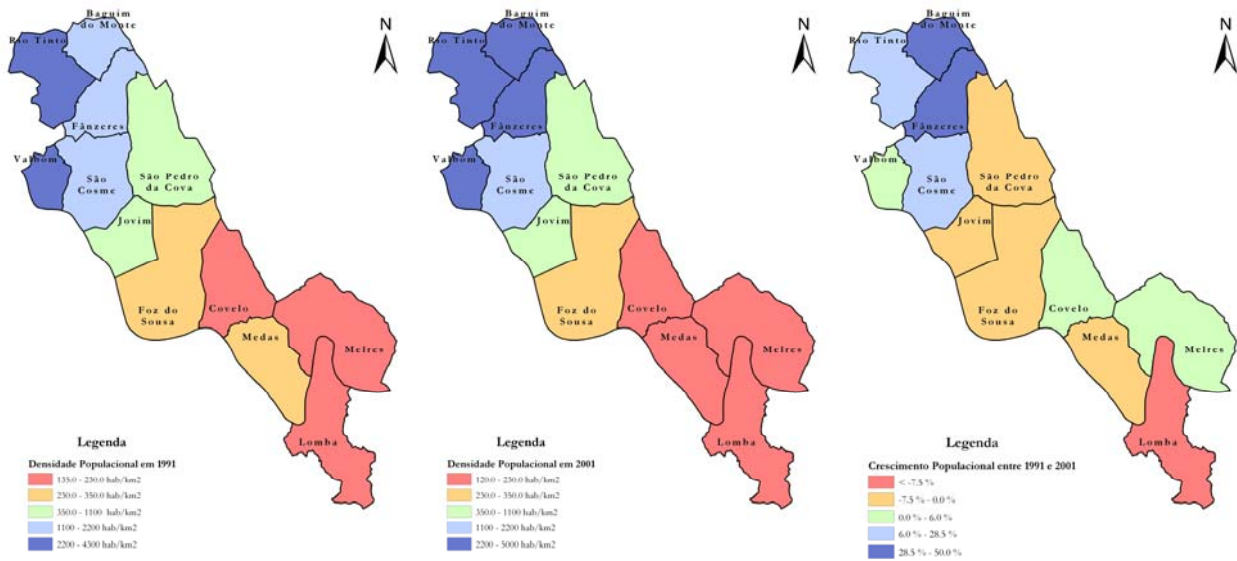
	POPULAÇÃO			CRESCIMENTO		CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL		ÁREA KM ²	DENSIDADE (HAB/KM ²)		
	1981	1991	2001	81/91	91/01	81/91	91/01		1981	1991	2001
Concelho	130 751	143 178	164 096	9.5%	14.6%	1.0%	1.5%	130.7	1 000.4	1 095.5	1 255.5
Alto Concelho	22 276	23 506	23 281	5.5%	-1.0%	0.6%	-0.1%	144.2	154.5	163.0	161.4
Covelo	1 653	1 695	1 755	2.5%	3.5%	0.3%	0.4%	11.2	147.6	151.3	156.7
Foz do Sousa	6 442	6 626	6 405	2.9%	-3.3%	0.3%	-0.3%	19.1	337.3	346.9	335.3
Jovim	6 520	7 163	7 112	9.9%	-0.7%	1.0%	-0.1%	7.2	905.6	994.9	987.8
Lomba	1 868	1 851	1 711	-0.9%	-7.6%	-0.1%	-0.8%	13.6	137.4	136.1	125.8
Medas	2 356	2 433	2 353	3.3%	-3.3%	0.3%	-0.3%	10.4	226.5	233.9	226.3
Melres	3 437	3 738	3 945	8.8%	5.5%	0.9%	0.6%	17.4	197.5	214.8	226.7
Baixo Concelho	108 475	119 672	140 815	10.3%	17.7%	1.0%	1.8%	51.8	2 094.1	2 310.3	2 718.4
Baguim do Monte (*)	-	9 651	13 943	-	44.5%	-	4.4%	5.5	-	1 754.7	2 535.1
Fânzeres	14 362	17 126	22 007	19.2%	28.5%	1.9%	2.9%	8.0	1 795.3	2 140.8	2 750.9
São Cosme	18 881	20 622	25 717	9.2%	24.7%	0.9%	2.5%	11.6	1 627.7	1 777.8	2 217.0
Rio Tinto	47 616	40 907	47 695	-14.1%	16.6%	-1.4%	1.7%	9.2	5 175.7	4 446.4	5 184.2
São Pedro da Cova	15 433	18 023	17 324	16.8%	-3.9%	1.7%	-0.4%	13.7	1 126.5	1 315.5	1 264.5
Valbom	12 183	13 343	14 129	9.5%	5.9%	1.0%	0.6%	3.8	3 206.1	3 511.3	3 718.2

(*) Em 1981, Baguim do Monte ainda pertencia a Rio Tinto.

Fonte: INE.

Quadro 3: Crescimento populacional e densidades populacionais para o concelho, entre 1981 e 2001

De acordo com o quadro acima e as figuras seguintes é possível verificar que o Alto Concelho apesar de constituir mais de 60% do território concelhio, possui menos dinâmica que o Baixo Concelho, o qual representa cerca de 40% do concelho em termos territoriais, mas possui mais de 85% da população total do concelho. Esta disparidade é também fomentada pela densidade média registada em cada uma das unidades territoriais mencionadas, 295.2 hab./ km² para o Alto Concelho e 2 718.4 hab./ km² para o Baixo Concelho, ou seja, quase 10 vezes mais.



Figuras 6, 7 e 8: Densidade Populacional em 1991 e 2001; Variação Populacional entre 1991 e 2001, respectivamente

Assim é também fácil entender que a variação populacional entre 1991 e 2001 para o concelho de Gondomar, apenas registe valores positivos para as freguesias do Baixo Concelho onde se atingem valores de quase 45%, enquanto no Alto Concelho se registam perdas da ordem dos 8%, ressaltando-se no entanto Covelo e Meires com valores positivos embora substancialmente inferiores à média concelhia que ronda os 15%.

A freguesia de Lomba constitui efectivamente um motivo de preocupação, uma vez que foi a única freguesia que no período de 1981 a 2001 registou perdas, especialmente no último decénio. Neste ponto convém referir que nos censos de 1981, Baguim de Monte ainda integrava a freguesia de Rio Tinto não sendo por isso possível isolar para este período os dados acima mencionadas para esta freguesia. Este fenómeno provoca uma perda acentuada de população entre 1981 e 1991 em Rio Tinto que se deve à desagregação em duas freguesias, Rio Tinto e Baguim, e não a um abandono massivo da população.

Os fenómenos acima mencionados relativamente quer ao Alto Concelho, perda de população e população dispersa, quer ao Baixo Concelho, ganhos populacionais significativos e densificação populacional elevada, estão associados tanto a condicionantes biofísicas, como a questões de acessibilidade e proximidade com grandes áreas urbanas.

Para se proceder a uma análise mais detalhada e actualizada da estrutura de povoamento, procurou-se conhecer a distribuição da população residente por dimensão de lugares para o último ano censitário.

Numa primeira abordagem a nível regional é possível verificar que a maioria dos concelhos da AMP concentra a sua população em lugares com mais de 2 000 habitantes, existindo no entanto casos excepcionais como é o caso da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, em que a proporção de população a habitar em lugares com mais de 2 000 habitantes não atinge os 50%. No que respeita porém às duas outras regiões e respectivas unidades territoriais estas reflectem claramente a dispersão da população, características intrínseca dos concelhos com cariz transitório entre o urbano e o rural. Salienta-se efectivamente o nível de lugares isolados registados para Arouca e Castelo de Paiva, o qual espelha sem dúvida a tendência rural destes dois concelhos.

Neste enquadramento é possível verificar que o concelho de Gondomar apresenta sem dúvida, uma realidade polarizada, isto é, apesar de apresentar um nível populacional bastante elevado para lugares com mais de 2 000 habitantes, a proporção de população em lugares com menos de 2 000 habitantes é também expressiva.

	POPULAÇÃO TOTAL	LUGARES COM < 2000 HAB.	LUGARES COM > 2000 HAB.	LUGARES ISOLADOS
Região Norte	3 687 293	47.5%	50.1%	2.3%
AMP	1 260 680	19.9%	80.0%	0.1%
Espinho	33 701	8.3%	91.7%	0.0%
Gondomar	164 096	14.0%	85.8%	0.2%
Maia	120 111	1.5%	98.5%	0.0%
Matosinhos	167 026	15.1%	84.9%	0.0%
Porto	263 131	0.0%	100.0%	0.0%
Póvoa de Varzim	63 470	51.9%	47.7%	0.4%
Valongo	86 005	43.1%	56.4%	0.5%
Vila do Conde	74 391	57.7%	41.5%	0.8%
V. N. Gaia	288 749	29.3%	70.7%	0.0%
Vale do Sousa	327 808	68.4%	23.9%	7.7%
Castelo de Paiva	17 338	91.4%	0.0%	8.6%
Paredes	83 377	61.2%	34.9%	3.9%
Penafiel	71 801	76.1%	20.4%	3.6%
Entre Douro e Vouga	276 814	42.9%	55.3%	1.8%
Arouca	24 227	74.6%	12.0%	13.5%
S. Maria da Feira	135 964	28.3%	71.5%	0.2%

Fonte: INE.

Quadro 4: População residente por lugares, em 2001

Em 2001, era, de facto, o Baixo Concelho que registava maior capacidade de densificação, com quase 100% da população a residir em lugares com mais de 2 000 habitantes, apresentando valores próximos dos registados na AMP e nos concelhos mais urbanos das regiões circunvizinhas. Por outro lado, o Alto Concelho não possuía lugares com mais de 2 000 habitantes, sendo que quase 100% da sua população residia em pequenos núcleos. Importa ainda referir que o número de habitantes isolados representava apenas 0.7% do total de indivíduos residentes aí.

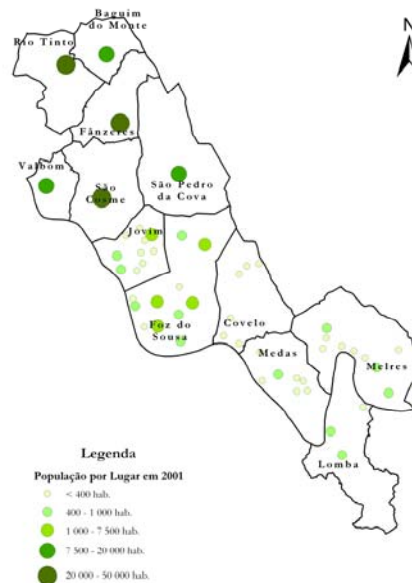


Figura 9: População residente por Lugar em 2001

Observando a figura anterior verifica-se que no Alto Concelho apenas as freguesias de Jovim e Foz do Sousa possuem lugares com mais de 1 000 habitantes, o que corresponde ao fenómeno da “mancha de óleo” com origem no Porto. Por seu lado, no Baixo Concelho não é possível actualmente diferenciar-se lugares, assistindo-se por conseguinte a um cenário de povoamento contínuo e indiferenciado. Deste fenómeno resulta portanto que todos os lugares no Baixo Concelho possuam mais de 7500 habitantes, valor este que nunca chega a ser atingido no Alto Concelho em termos de população total por freguesia.

Convém realçar que o facto da informação analisada corresponder a valores de 2001 e de não ter sido possível integrar uma análise comparativa entre 1991 e 2001, pode ter dado origem a cenários ligeiramente distorcidos da realidade actual, pelo que se torna necessária a sua actualização numa fase posterior.

2. ESTRUTURA ETÁRIA

Entender o retrato regional em termos de estrutura etária, impõem-se como necessário, uma vez que são as forças entre os diversos grupos etários que despoletam determinados fenómenos demográficos, exigindo-se desta forma um conhecimento mais abrangente em termos das unidades territoriais envolventes, para posteriormente se efectuar uma leitura mais pormenorizada ao nível concelhio.

Este retrato da estrutura etária terá dois momentos que estão focalizados nas pirâmides etárias para as diversas unidades territoriais e também nos índices obtidos através das relações entre grupos etários.

	POP. TOTAL	GRANDES GRUPOS ETÁRIOS				COEF. DEP. GLOBAL	COEF. DEP. JOVENS	COEF. DEP. IDOSOS	ÍNDICE ENV.	ÍNDICE JUV.	ÍNDICE POP. IDADE ACTIVA
		0 AOS 14 ANOS	15 AOS 24 ANOS	25 AOS 64 ANOS	65 ANOS OU MAIS						
Região Norte	3 687 212	17.5%	15.1%	53.3%	14.0%	0.46	0.26	0.21	0.80	0.18	0.68
AMP	1 260 679	16.4%	14.4%	56.1%	13.2%	0.42	0.23	0.19	0.81	0.16	0.70
Espinho	33 701	15.3%	14.5%	55.6%	14.6%	0.43	0.22	0.21	0.95	0.15	0.70
Gondomar	164 096	17.4%	14.4%	57.2%	11.0%	0.40	0.24	0.15	0.64	0.17	0.72
Maia	120 111	17.5%	13.9%	57.9%	10.6%	0.39	0.24	0.15	0.61	0.17	0.72
Matosinhos	167 026	16.0%	14.4%	57.3%	12.4%	0.40	0.22	0.17	0.77	0.16	0.72
Porto	263 131	13.2%	14.0%	53.4%	19.5%	0.48	0.20	0.29	1.48	0.13	0.67
Póvoa de Varzim	63 469	19.1%	16.1%	53.5%	11.3%	0.44	0.27	0.16	0.59	0.19	0.70
Valongo	86 005	17.9%	15.2%	57.1%	9.9%	0.38	0.25	0.14	0.55	0.18	0.72
Vila do Conde	74 391	18.0%	15.1%	55.1%	11.7%	0.42	0.26	0.17	0.65	0.18	0.70
V. N. Gaia	288 749	17.1%	14.0%	56.9%	12.0%	0.41	0.24	0.17	0.70	0.17	0.71
Vale do Sousa	327 808	21.5%	16.5%	52.4%	9.5%	0.45	0.31	0.14	0.44	0.22	0.69
Castelo de Paiva	17 338	19.3%	15.8%	51.8%	13.1%	0.48	0.28	0.19	0.68	0.19	0.68
Paredes	83 377	21.1%	16.7%	53.4%	8.8%	0.43	0.30	0.13	0.42	0.21	0.70
Penafiel	71 801	21.2%	16.8%	51.4%	10.6%	0.47	0.31	0.16	0.50	0.21	0.68
E. D. e Vouga	276 814	17.8%	14.9%	54.6%	12.7%	0.44	0.26	0.18	0.71	0.18	0.70
Arouca	24 228	18.2%	16.6%	49.0%	16.2%	0.52	0.28	0.25	0.89	0.18	0.66
S. Maria da Feira	135 964	18.4%	14.8%	55.7%	11.2%	0.42	0.26	0.16	0.61	0.18	0.70

Fonte: INE.

Quadro 5: Estrutura etária e indicadores, em 2001

No que toca às pirâmides etárias é possível verificar que Gondomar apresenta uma pirâmide muito semelhante à de Vila Nova de Gaia, à da Maia e à de Valongo, estando efectivamente muito próxima da média da Região Norte. Porém relativamente à média da AMP registam-se grandes diferenças entre a base da pirâmide e o topo, ou seja entre o grupo dos 0 aos 14 anos, em que Gondomar regista um valor superior, e entre o grupo dos 65 anos ou mais, onde a AMP regista um valor maior.

Deve ainda salientar-se que de todas as unidades territoriais Arouca regista o valor mais baixo para o grupo etário dos 25 aos 64 anos, enquanto Maia e Gondomar registam o mais elevado. Por fim, relativamente aos dois outros agrupamentos que interagem com o território de Gondomar ao partilhar fronteiras, Vale do Sousa e Entre Douro e Vouga, o cenário é um pouco distinto destacando-se no entanto que Gondomar regista valores superiores para o grupo dos 25 aos 64 anos e valores inferiores para o grupo dos 65 ou mais. Nos dois outros grupos etários Vale do Sousa regista valores substancialmente superiores principalmente para o grupo dos 0 aos 14 anos.

Os coeficientes de dependência traduzem de uma forma geral a possível dependência dos grupos etários não activos (grupo dos 0 aos 14 anos e grupo dos 65 anos ou mais) em função da população efectivamente activa. No caso em análise verifica-se que para o coeficiente de dependência global, Gondomar regista um valor mais baixo que o valor médio da AMP e das regiões envolventes. Além disto só Valongo e Maia registam valores inferiores, sendo a diferença em relação ao de Gondomar muito pequena.

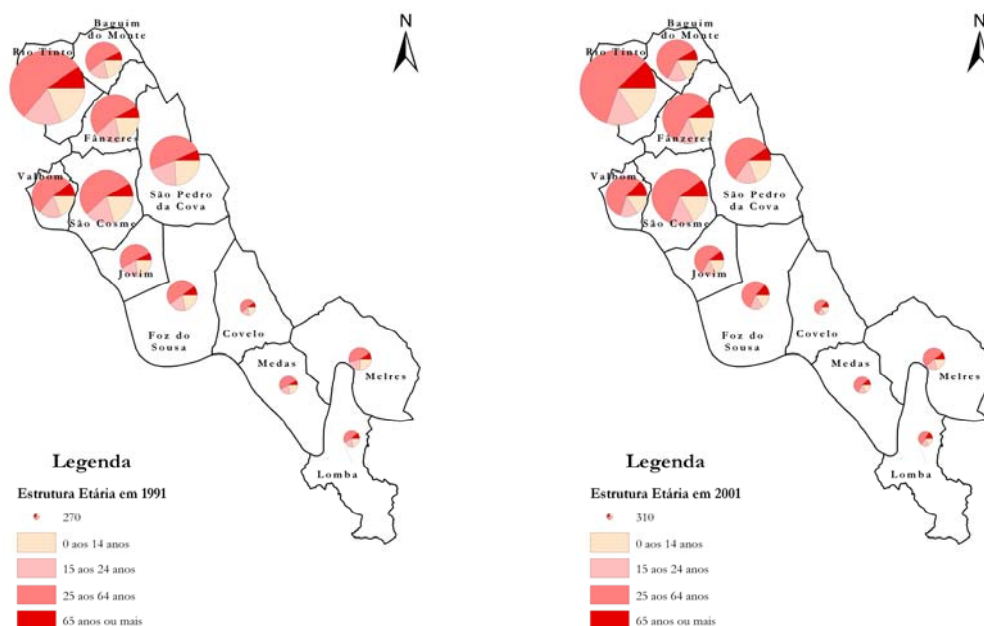
No que respeita ao coeficiente de dependência dos idosos e dos jovens o cenário registado é ligeiramente distinto do anterior, apresentando o cenário de cada um destes, bastantes afinidades. Ambos são ligeiramente superiores ao valor da AMP, porém são inferiores aos valores obtidos para a Região Norte, e para os agrupamentos de Vale do Sousa e Entre o Douro e Vouga. Cabe ainda salientar que para o coeficiente de dependência dos idosos apenas Espinho e Matosinhos registam valores inferiores, porém com uma diferença mínima, enquanto no caso do coeficiente de dependência dos jovens o valor registado é um valor médio relativamente à AMP.

Em termos da AMP e das regiões envolventes, o concelho de Gondomar apresenta o índice de envelhecimento mais baixo, cerca de 64 idosos por 100 jovens, registando-se apenas nos concelhos de Valongo, Vila do Conde, Maia, Paredes, Penafiel, Arouca e Santa Maria da Feira, índices inferiores, fenómeno que poderá ser explicado por serem concelhos receptores de população à procura da 1ª habitação. Deve ainda realçar-se que o Porto e Espinho registam valores bastante elevados, especialmente o Porto em que este índice ultrapassa a unidade, descrevendo um concelho cada vez mais envelhecido e sem renovação de gerações.

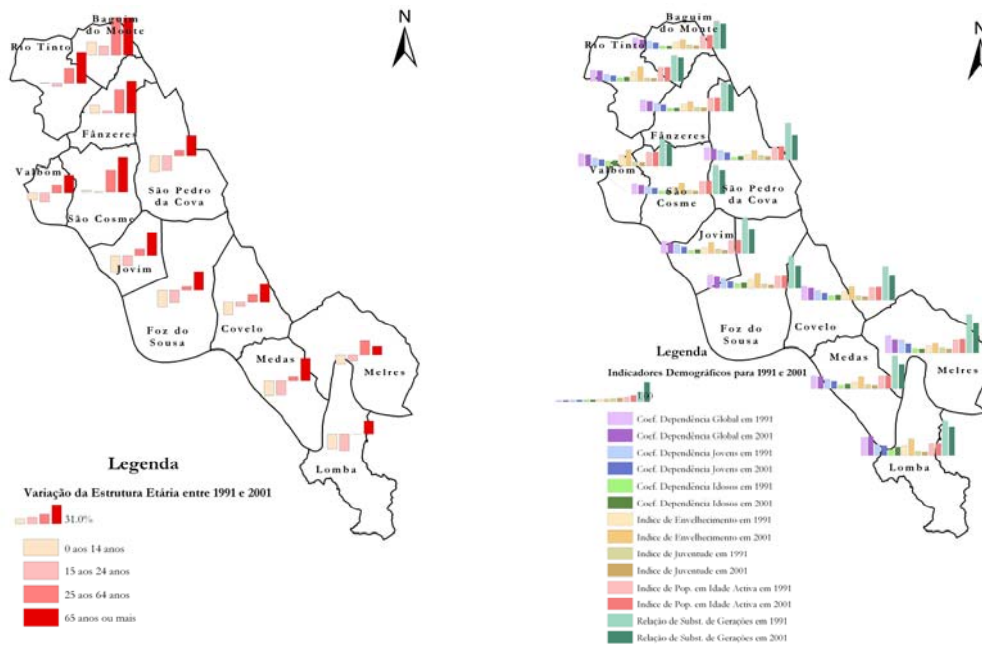
Relativamente ao índice de juventude o valor registado para Gondomar, é um valor médio de entre os registados para os outros concelhos da AMP, encontrando-se no entanto ligeiramente acima do valor médio a AMP. Quanto à Região Norte e aos agrupamentos de Vale do Sousa e Entre o Douro e Vouga, verifica-se que o valor se encontra abaixo dos valores registados para estas unidades territoriais. Em complemento ao que foi dito para o índice anterior, convém realçar que o Porto regista um valor muito baixo para este nível, uma vez que está a perder muita população jovem, enquanto a Póvoa de Varzim regista, no âmbito da AMP, o valor mais elevado.

Por fim, no que toca ao índice de população em idade activa cabe referir que o valor obtido no concelho de Gondomar é dos mais elevadas da AMP, bem como em relação às regiões envolvente, Vale do Sousa e Entre Douro e Vouga. Este fenómeno denota claramente uma população com potencialidades produtivas bastante elevadas, conferindo ao concelho grandes oportunidades de desenvolvimento e crescimento.

A estrutura etária da população revela-se uma ferramenta imprescindível para a caracterização da dinâmica populacional de um concelho, além de que a variação populacional produz um retrato mais fiel dos movimentos ocorridos no território em causa. A construção da imagem da estrutura etária resulta da análise dos valores registados para os 4 grupos etários definidos, e dos Índices Demográficos a que dão origem.



Figuras 10 e 11: Estrutura Etária para 1991 e 2001, respectivamente



Figuras 12 e 13: Variação da Estrutura Etária entre 1991 e 2001 e Índices Demográficos para 1991 e 2001, respectivamente

A análise da composição de cada grupo etário, bem como da pirâmide etária que juntos originam vai ter um carácter mais abrangente e generalista, efectuando-se por conseguinte uma análise mais pormenorizada na interpretação dos resultados dos índices demográficos. Esta opção prende-se essencialmente com o facto de os índices traduzirem mais fielmente fenómenos demográficos, quer específicos de cada grupo etário, quer os característicos das relações entre eles, produzindo-se desta forma um retrato mais próximo da realidade e com maior coerência.

Numa primeira abordagem, é possível identificar tanto para a estrutura etária em 1991, como em 2001, os grupos etários mais representativos, o grupo etário dos 25 aos 64 anos e o grupo dos 0 aos 14 anos, apesar deste último ter perdido alguma representatividade na última década. Este retrato denota claramente uma certa desigualdade na pirâmide etária de Gondomar para ambos os períodos em análise, especialmente no topo o que poderá revelar fenómenos de diminuição da esperança média de vida ou ainda falta de qualidade de vida para os idosos.

Simultaneamente, registam-se variações inversas para estes grupos etários, ou seja, se por um lado se registam diminuições significativas para o grupo dos 0 aos 14 anos, por outro o grupo dos 25 aos 64 anos assinala aumentos expressivos, nalguns casos bastante elevados. Também o grupo etário dos 65 anos ou mais, acompanha a tendência deste último, registando genericamente valores substancialmente superiores, enquanto o grupo etário dos 15 aos 24 anos revela fenómenos semelhantes aos do grupo dos 0 aos 14 anos.

As tendências descritas acima revelam um processo de envelhecimento resultante da forte baixa da natalidade e conseqüentemente aumento das faixas etárias mais idosas, fenómeno aliás que tem vindo a manifestar-se por todo o país e mesmo nos países europeus em geral.

A análise dos índices demográficos permite a consolidação dos conhecimentos revelados pelas pirâmides etárias, além de indiciar mais fielmente quais as dinâmicas populacionais, sendo que cada um deles transmite diferentes resultados na interacção da população, como já foi referido acima.

No caso do coeficiente de dependência global obtemos informações preciosas relativas ao nível de população não activa face à população empregada, ou seja, é possível medir o grau de dependência da população assumindo-se que o ordenado da população empregada é o principal sustento de toda a restante população, informação válida também para o coeficiente de dependência idosos e jovens, destacando-se no entanto que se trata do grau de dependência dos idosos e dos jovens, respectivamente, em oposição ao total de população não activa.

Para o índice de envelhecimento obtemos a quota de população idosa em relação à população jovem, permitindo por conseguinte testar o equilíbrio da pirâmide etária, enquanto para o índice de juventude obtemos a relação entre a fatia de população jovem e a população total, permitindo desta forma obter um índice de regeneração da população.

Por outro lado, o índice de população em idade activa descreve a fracção de população que está em condições de exercer uma profissão, utilizando como condicionante a idade, em função da população total, obtendo-se desta forma uma medida do grau de manutenção da população activa e a sua expressividade em relação ao total. Por fim, a relação de substituição de gerações surge como medidor do nível de jovens a entrar na idade activa, revelando a capacidade de regeneração populacional e de potencial crescimento económico.

a) Coeficiente de Dependência Global

É possível verificar que este coeficiente diminui de forma generalizada, fruto essencialmente do aumento de população activa, conjugado com perdas no grupo etário dos 0 aos 14 anos e ganhos consideráveis no grupo etário dos 65 anos ou mais.

As diminuições mais significativas registam-se em Melres e Covelo, fenómeno que poderá ser explicado não tanto pelo aumento de população activa, embora seja um contributo importante, mas antes pelo saldo quase nulo entre as variações dos grupos etários dependentes, dos 0 aos 14 anos (diminuição substancial) e dos 65 anos ou mais (aumento na mesma proporção).

Tanto para 1991 como para 2001, as freguesias de Baguim do Monte, Fânzeres, São Cosme e Rio Tinto apresentavam valores abaixo da média concelhia, evidenciando desta forma o cariz urbano do Baixo Concelho, subsidiado essencialmente pela concentração de população activa nestas freguesias.

b) Coeficiente de Dependência dos Jovens

À semelhança do coeficiente de dependência global, também este coeficiente regista uma diminuição substancial, denotando-se no entanto diminuições bastante significativas em Melres, Covelo, Jovim e Foz do Sousa. Este fenómeno poderá ser explicado à custa da diminuição bastante elevada de população no grupo etário dos 0 aos 14 anos (jovens), enquanto por outro lado se regista um aumento de população activa.

Em 1991 as freguesias com os valores mais baixos são Baguim de Monte, Fânzeres, São Cosme, Rio Tinto e Valbom, as quais se mantiveram abaixo da média concelhia em 2001, à excepção de Fânzeres.

c) Coeficiente de Dependência dos Idosos

De uma forma geral este coeficiente aumentou por todo o concelho, salvo em Baguim do Monte, em que se manteve constante, e em Melres, onde se registou uma ligeira diminuição. Lomba no entanto regista um aumento bastante expressivo, fruto quer da diminuição substancial da população activa, quer do aumento de população idosa, fenómeno que traduz desequilíbrios algo perturbantes no sistema social. Foz do Sousa, Jovim e Medas registam também aumentos consideráveis.

Em 1991, as freguesias que registaram valores abaixo da média concelhia foram Baguim do Monte, Fânzeres, São Cosme, Jovim, Medas e São Pedro da Cova, tendo em 2001, quase todas se mantido novamente abaixo da média concelhia, à excepção de Medas que registou um aumento substancial. Melres, por seu lado, sofreu uma diminuição já mencionada, a qual foi suficiente para ficar abaixo da média concelhia.

Estes resultados devolvem um retrato de crescente dependência dos idosos, resultado não só do aumento de idosos, mas sobretudo da diminuição de jovens. Porém, esta situação ainda se sustenta, visto que a população activa continua a aumentar ou pelo menos a manter os níveis registados em anos anteriores

d) Índice de Envelhecimento

O índice de envelhecimento no Alto Concelho é marcadamente superior ao do Baixo Concelho (zona mais urbana), excepto nas freguesias de Medas, Melres e Jovim, para 1991, e para as duas últimas em 2001. Este fenómeno era previsível uma vez que Jovim se localiza na primeira coroa do território mais densamente urbanizado e onde se acentuam as consequências do gradual alastramento da área urbana “central” da AMP, enquanto Melres, consegue resistir à polarização pelo Porto, mantendo uma autonomia relativa que caracteriza o aglomerado, essencialmente pelas funções centrais que possui.

A variação deste índice na década em análise correspondeu a um aumento substancial em todo o concelho, como consequência de uma perda generalizada de população jovem (0 aos 14 anos) e um aumento significativo de população idosa (65 anos ou mais), salvo três excepções, Baguim do Monte, Fânzeres e São Cosme, em que se verifica um fenómeno um pouco distinto, com ganhos de população jovem e aumentos ainda mais elevados de população idosa.

O fenómeno registado para as três freguesias mencionadas acima não indicia perdas de população jovem, as quais poderiam levantar questões quanto à regeneração populacional, nem tampouco de falhas ou lacunas na qualidade de vida dos residentes, em especial dos idosos, visto que a taxa de aumento registada para qualquer um dos grupos etários acima mencionados e para as freguesias em análise é bastante superior à média.

Por outro lado, nas restantes freguesias verifica-se que é a diminuição da população jovem e aumentos de população idosa, que são responsáveis pelos valores obtidos para este índice. O cenário resultante, é então, de alguma apreensão em relação ao futuro, uma vez que a regeneração populacional poderá estar em causa, além das necessárias adaptações do sistema social, afim de se manter o nível de qualidade de vida dos residentes.

Relacionando a evolução da estrutura etária com o crescimento populacional, pode-se afirmar que as unidades territoriais com maior dinâmica entre 1991 e 2001 são as que apresentam menores índices de envelhecimento em 2001.

e) Índice de Juventude

A variação de população jovem é o principal actor na imagem caracterizadora deste índice, descrevendo para a maioria dos casos uma tendência de perda e subsequente diminuição do índice. Mesmo para os casos em que se assiste a um aumento na fracção de população em causa, este contudo não se revela suficiente para compensar o aumento geral em termos de população total.

Se por um lado em 1991, tanto São Pedro da Cova, como todas as freguesias do Alto Concelho revelavam uma taxa de população jovem ligeiramente superior à média concelhia, dando indícios de atractivos nestes locais para a população jovem. Por outro, em 2001 o cenário altera-se um pouco, passando a integrar o grupo acima mencionado, Baguim do Monte e Fânzeres e deixando de fazer parte deste, Foz do Sousa e Jovim.

A análise da variação deste índice, bem como o índice propriamente dito, são bastante relevantes, quer em termos de conhecimento das dinâmicas populacionais, quer ainda como reguladores dos investimentos em infra-estruturas de apoio à população, em especial, equipamentos desportivos, de recreio e lazer, além dos equipamentos escolares.

f) Índice de População em Idade Activa

As variações deste índice na década em análise são bastante ténues em todo o concelho, registando-se no entanto aumentos generalizados, à excepção de Rio Tinto e Lomba que mantiveram o valor registado de 1991 para 2001. Em 1991, todas as freguesias do Alto Concelho encontram-se abaixo da média concelhia, bem como São Pedro da Cova, deixando antever situações de repulsão de população, por falta de incentivos que fomentem a fixação, nomeadamente o emprego.

Para 2001 a situação altera-se substancialmente, ficando quase todas as freguesias abaixo da média concelhia, apenas Baguim do Monte e São Cosme se mantêm acima, no entanto muito próximos da média. Por fim, convém ressaltar que Lomba é a freguesia que regista o valor mais baixo, retratando um panorama preocupante face às restantes freguesias.

g) Relação de Substituição de Gerações

Este índice diminui substancialmente, fruto quer do aumento generalizado de população entre os 40 e os 64 anos, quer da variação não consonante da população entre os 15 e os 39 anos (variações positivas ou negativas). O retrato resultante denota perda de capacidade regenerativa, contudo apresenta ainda valores satisfatórios, pois continuam a obter-se índices superiores à unidade.

3. ESTRUTURA FAMILIAR

O número de famílias tende a registar taxas de crescimento muito superiores às dos indivíduos, como consequência das alterações verificadas no interior da estrutura familiar e do próprio conceito de família na sociedade moderna, sendo que a dimensão média do agregado ronda os 2.9 indivíduos por agregado para a AMP, em 2001, valor este que representa apenas o casal e 1 filho.

	POPULAÇÃO RESIDENTE			FAMÍLIAS CLÁSSICAS			DIMENSÃO MÉDIA DO AGREGADO		
	1991	2001	VAR. 91/01	1991	2001	VAR. 91/01	1991	2001	VAR. 91/01
Região Norte	3 472 715	3 687 212	6.2%	1 008 923	1 210 588	20.0%	3.44	3.05	-11.5%
AMP	1 167 800	1 260 679	8.0%	353 644	436 340	23.4%	3.30	2.89	-12.5%
Espinho	34 956	33 701	-3.6%	11 041	11 584	4.9%	3.17	2.91	-8.1%
Gondomar	143 178	164 096	14.6%	42 422	54 566	28.6%	3.38	3.01	-10.9%
Maia	93 151	120 111	28.9%	26 704	40 569	51.9%	3.49	2.96	-15.1%
Matosinhos	151 682	167 026	10.1%	46 549	57 770	24.1%	3.26	2.89	-11.3%
Porto	302 472	263 131	-13.0%	99 325	100 694	1.4%	3.05	2.61	-14.2%
Póvoa de Varzim	54 788	63 469	15.8%	14 945	20 163	34.9%	3.67	3.15	-14.1%
Valongo	74 172	86 005	16.0%	21 384	28 070	31.3%	3.47	3.06	-11.7%
Vila do Conde	64 836	74 391	14.7%	16 755	23 829	42.2%	3.87	3.12	-19.3%
V. N. Gaia	248 565	288 749	16.2%	74 519	99 095	33.0%	3.34	2.91	-12.6%
Vale do Sousa	289 497	327 808	13.2%	75 266	97 465	29.5%	3.85	3.36	-12.6%
Castelo de Paiva	16 515	17 338	5.0%	4 442	5 273	18.7%	3.72	3.29	-11.6%
Paredes	72 999	83 377	14.2%	18 554	24 882	34.1%	3.93	3.35	-14.8%
Penafiel	68 444	71 801	4.9%	17 855	21 489	20.4%	3.83	3.34	-12.8%
E. D. e Vouga	252 370	276 814	9.7%	71 465	89 558	25.3%	3.53	3.09	-12.5%
Arouca	23 894	24 228	1.4%	6 248	7 175	14.8%	3.82	3.38	-11.7%
S. Maria da Feira	118 641	135 964	14.6%	33 251	44 244	33.1%	3.57	3.07	-13.9%

Fonte: INE.

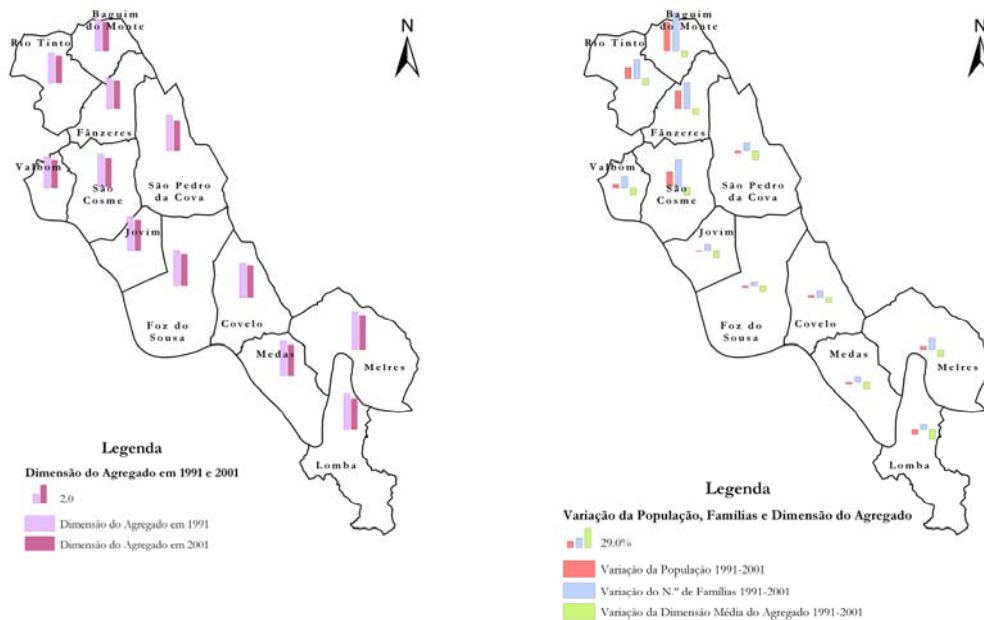
Quadro 6: Evolução da população residente, famílias e dimensão do agregado entre 1991 e 2001

O concelho de Gondomar apresentou em na década em análise uma dinâmica populacional superior à média do total da AMP e regiões envolventes, o que se reflectiu num aumento do número de famílias nesta unidade concelhia, porém assistiu-se à diminuição da dimensão média do agregado generalizada. Deve ainda destacar-se o concelho da Maia, uma vez que apresenta a mais elevada variação populacional para o conjunto em análise, repercutindo-se este facto efectivamente na variação do n.º de famílias que aumenta bastante.

Por último resta referir que apesar de existirem unidades territoriais com variação negativa para a população o número de famílias aumenta, por exemplo no caso do Porto que perde cerca de 15% da sua população, regista um aumento de quase 2% relativamente ao n.º de famílias, tal como acontece para Espinho.

Observando as figuras seguintes, verifica-se que o crescimento das famílias dentro da unidade concelhia se deve sobretudo à forte dinâmica registada para o Baixo Concelho, cerca de 32% contra os 9,6% do Alto Concelho, tal como acontece em termos

populacionais. Porém a dimensão média do agregado regista um fenómeno idêntico nas duas unidades territoriais, definido por uma perda generalizada de significado deste.



Figuras 14 e 15: Dimensão do Agregado em 1991 e 2001; Evolução da população residente, famílias e dimensão do agregado no concelho para 1991 e 2001, respectivamente

Numa análise mais cuidadosa dos valores obtidos destacam-se as freguesias de Baguim do Monte e São Cosme com variações do n.º de famílias bastante elevadas, fruto não só do aumento populacional, mas também das influências urbanas a que este território está sujeito.

Efectivamente, estes valores revelam a diferença entre o carácter urbano do Baixo Concelho e o carácter mais rural do Alto do Concelho, uma vez que para a primeira unidade territorial, a dimensão média do agregado não excede 3.0, enquanto que na segunda esse número ronda os 3.4. A mesma dicotomia se regista em termos de variações tanto populacionais, como consequente do n.º de famílias, as quais são muito mais expressivas no território urbano, Baixo Concelho, que se encontra em constante mutação, do que no território com cariz mais rural, Alto Concelho.

Como se sabe, a atomização das famílias é um fenómeno inerente ao gradual processo de urbanização, sendo importante ainda referir que os valores analisados são de extrema importância para o dimensionamento de futuras necessidades habitacionais e obviamente das áreas de expansão urbana.

4. NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Os níveis de instrução de qualquer unidade territorial são demonstrativos da capacidade da população residente para o desenvolvimento socio-económico desse território. Contudo, no concelho de Gondomar, a maioria da população possuía, em 2001, apenas o ensino básico, cerca de 60%, dos quais 35% correspondiam ao 1º ciclo (antigo ensino primário).

À semelhança do que acontece na maior parte dos concelhos vizinhos de Gondomar, apenas uma pequena percentagem de indivíduos, cerca de 9%, possuía níveis de ensino superior, o que revela a existência de uma população empregada pouco qualificada.

	POP. RESIDENTE	NENHUM NÍVEL DE ENSINO	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	ENSINO BÁSICO			ENSINO SECUND.	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	A FREQUENTAR
				1.º CICLO	2.º CICLO	3.º CICLO				
Região Norte	3 687 212	12.2%	1.8%	37.6%	15.1%	10.7%	13.0%	0.6%	8.9%	20.6%
AMP	1 260 679	9.4%	1.8%	33.8%	12.5%	11.2%	17.0%	1.0%	13.3%	20.8%
Espinho	33 701	10.1%	1.6%	36.6%	13.3%	10.7%	14.8%	1.1%	11.8%	19.9%
Gondomar	164 096	10.2%	1.7%	35.6%	13.0%	11.8%	17.6%	0.6%	9.5%	20.6%
Maia	120 111	9.7%	1.9%	32.5%	11.7%	11.1%	18.4%	0.9%	13.7%	21.3%
Matosinhos	167 026	9.3%	1.6%	33.9%	11.4%	11.5%	18.1%	0.9%	13.3%	21.1%
Porto	263 131	7.7%	1.6%	29.8%	9.8%	10.3%	17.1%	1.8%	21.7%	21.1%
Póvoa de Varzim	63 469	10.6%	2.0%	36.0%	17.9%	11.4%	12.7%	0.7%	8.7%	20.8%
Valongo	86 005	9.7%	2.0%	35.5%	14.4%	11.7%	17.1%	0.6%	9.1%	21.3%
Vila do Conde	74 391	10.4%	1.9%	39.0%	17.2%	11.1%	12.2%	0.5%	7.7%	20.0%
V. N. Gaia	288 749	9.8%	1.9%	34.4%	12.3%	11.4%	17.8%	0.8%	11.5%	20.5%
Vale do Sousa	327 808	13.1%	1.7%	42.5%	19.9%	10.4%	8.2%	0.2%	4.1%	19.8%
E. D. e Vouga	276 814	11.3%	2.1%	38.7%	17.6%	11.0%	12.1%	0.4%	6.8%	20.2%

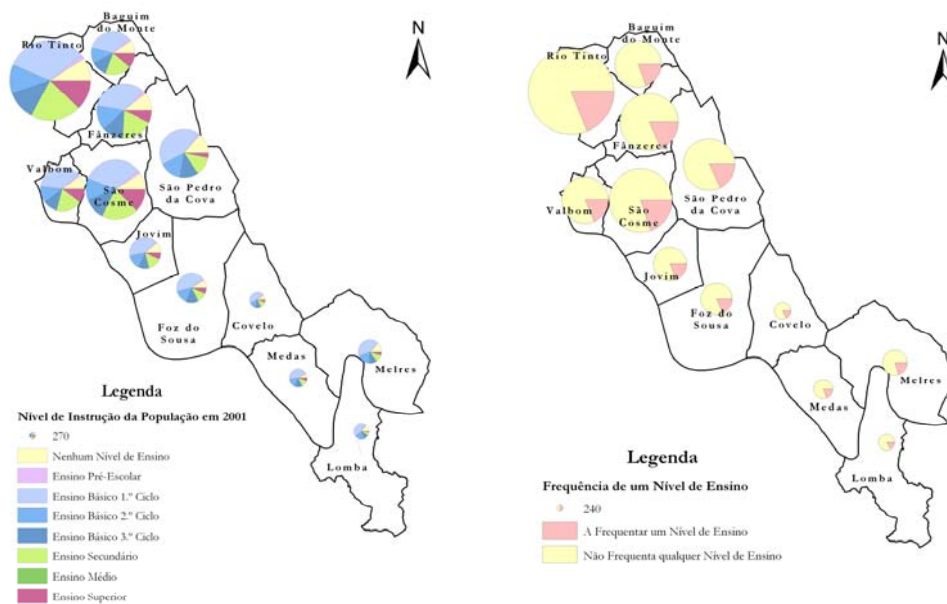
Fonte: INE.

Quadro 7: População residente segundo o nível de ensino, em 2001

Merece ainda uma reflexão a fracção de população que se encontra ainda a frequentar qualquer um destes níveis de ensino, a qual corresponde em média a 20% da população total. Quando comparamos este valor ao da população jovem verificamos que existem algumas diferenças consideráveis, principalmente no que respeita ao ensino obrigatório. Outro facto curioso é o nível de população sem nível de ensino que ronda os 10%, sendo efectivamente superior em alguns casos.

Neste enquadramento poder-se-á dizer que o concelho de Gondomar apresenta algumas disparidades em relação ao cenário registado nas outras unidades territoriais em análise, com excepção do Vale do Sousa e respectivos. Estas disparidades são identificadas especialmente nos níveis de população que possuem o Ensino Superior, sendo um dos concelhos que apresenta menor nível de população com este grau de ensino contexto da AMP.

Como é possível verificar pela figura seguinte referente ao Nível de Instrução da população no concelho de Gondomar em 2001, a percentagem de população com o Ensino Básico 1.º ciclo é sem dúvida a mais expressiva, fomentando fenómenos de abandono escolar e fraca especialização da população. Outro fenómeno latente na figura mencionada e que retrata a realidade concelhia, é facto de a população sem nível de ensino ser também expressiva, especialmente nas freguesias do Alto Concelho, prevendo-se por conseguinte taxas de analfabetismo também elevadas, apesar de não ser directa esta transição.



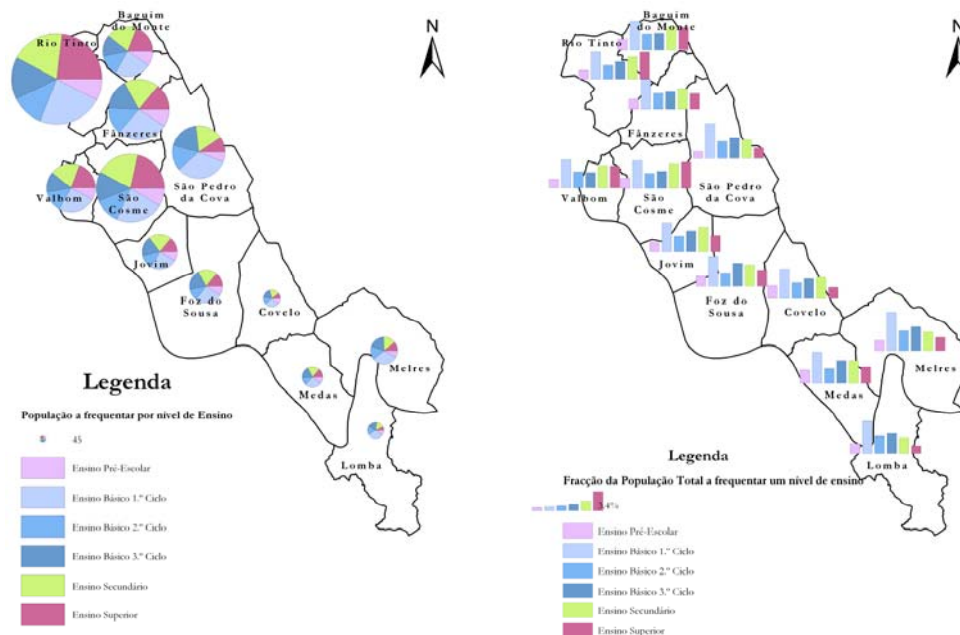
Figuras 16 e 17: População residente segundo o nível de instrução e a frequentar para o concelho em 2001, respectivamente

É notável no entanto a disparidade entre o Baixo e o Alto Concelho no que respeita aos níveis de instrução mais elevados e não obrigatórios, como são o Ensino Secundário e o Superior, além do Ensino Médio. Este último porém, não apresenta grande relevância no panorama geral, uma vez que actualmente já não existem cursos para este nível de ensino, existindo contudo uma fatia considerável de população com este grau de ensino.

No que respeita ao Ensino Pré-escolar é relevante destacar o seu impacto no panorama concelhio, uma vez que afecta em média 2.0% da população de cada freguesia, deixando vislumbrar claramente uma aposta da sociedade em geral neste nível de ensino, como base para a formação futura.

Por último, convém realçar a semelhança entre o Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo, níveis de ensino obrigatórios actualmente, o que se traduz em graus de importância muito semelhantes. Complementarmente cabe também referir a fracção de população que se encontra a frequentar um nível de ensino, valores que nunca chegam a atingir os 25%. Denota-se no entanto que no Alto Concelho a fracção de população nestas condições assume valores mais baixos do que o Baixo Concelho que sofre profundas influências urbanas,

Das figuras seguintes é possível retirar informações mais consistentes e realistas, sobre o panorama actual de frequência de um nível de ensino. É assim possível avaliar grande parte da população que se encontra a frequentar o Ensino Básico, tanto no 1.º Ciclo, como no 2.º, como também no 3.º Ciclo. Porém, quando analisamos cada um deste sem separado é o ensino superior que sobressai com relevância. Cenário idêntico é identificado quando analisamos complementarmente a fracção da população total que se encontra a frequentar um nível de ensino.



Figuras 18 e 19: População a frequentar por Nível de Ensino; Fração da População Total a frequentar, respectivamente

Nestas imagens continuam a registar-se as disparidades entre o território urbano e o rural, ou seja, entre o Baixo Concelho e o Alto, denotando-se claramente que neste último a população tende a ser menos instruída, com menor grau de especialização.

Em suma, ao nível do concelho é o total de freguesias do Baixo Concelho, mais urbanas e dinâmicas, que apresentam valores da população com níveis de ensino mais elevados, especialmente secundário e superior, que a média concelhia. Enquanto que no Alto Concelho estes níveis de ensino têm claramente menos visibilidade, destacando-se no entanto Foz do Sousa, Jovim e Medas com valores mais próximos da média concelhia e em alguns casos até se encontram acima desta.

5. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A população residente no concelho de Gondomar tem evoluído de forma positiva desde a década de 40, tendo-se registado um forte incremento populacional nas décadas de 60 e 70. Este crescimento populacional, sustentado ao longo das várias décadas em análise, traduziu-se num aumento, em 2001, de 2.7 vezes mais indivíduos do que os existentes em meados do século, crescimento este que foi superior no conjunto de freguesias pertencentes ao Baixo Concelho.

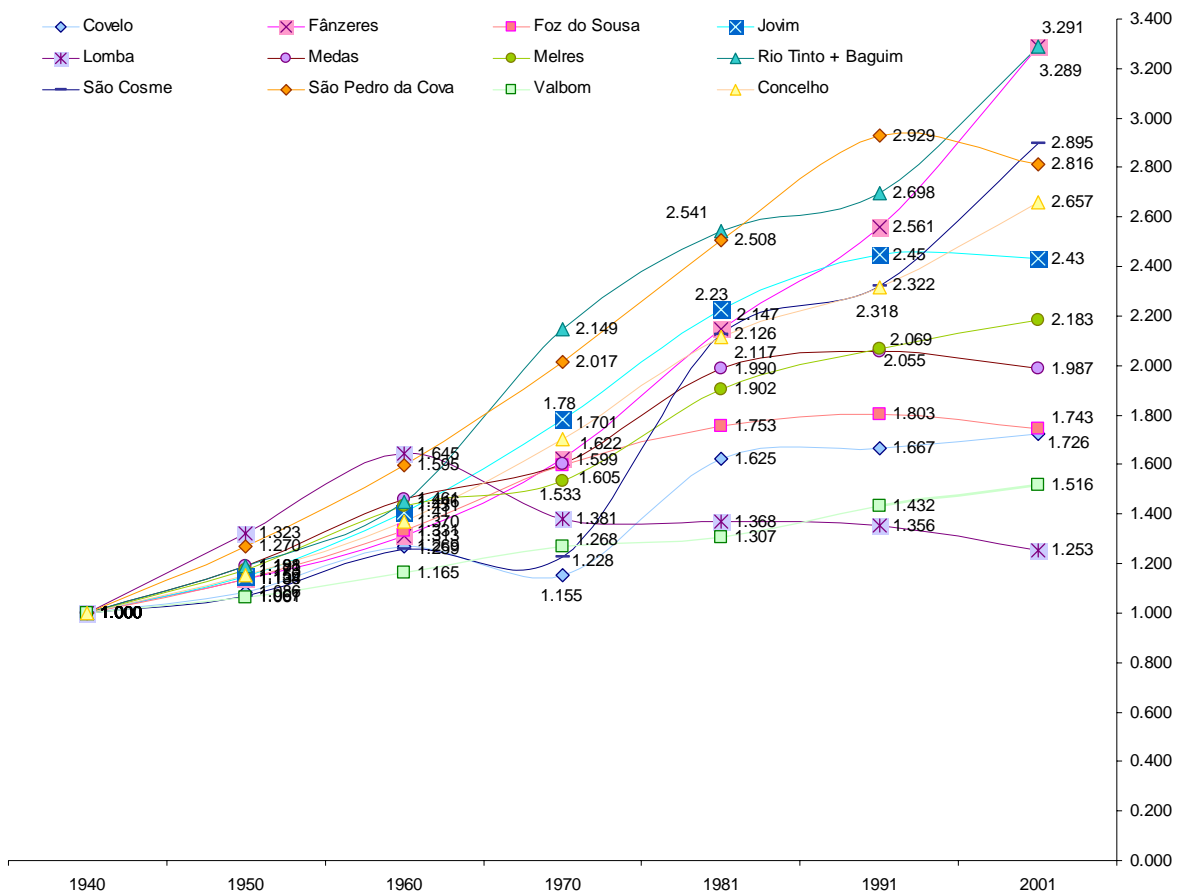


Gráfico 1: Evolução Populacional em função da População Residente em 1940, entre 1940 e 2001

Durante as décadas de 40 e 50, o Alto Concelho apresentou um crescimento populacional superior ao Baixo Concelho, embora este acréscimo populacional, em termos absolutos nunca tenha representado mais de 20% da população total. Nesta época destacam-se as freguesias de Jovim, Lomba e Medas do Alto Concelho, mas também São Pedro da Cova e Rio Tinto + Baguim, estas pertencentes ao Baixo Concelho.

A partir da década de 60, inclusive, as posições invertem-se e o Baixo Concelho passa a registar variações populacionais com maior expressão. Porém, para este período existem freguesias, Covelo, São Cosme e Lomba, que apresentam decréscimos populacionais para a década de 60, embora pouco expressivos.

Efectivamente, à excepção de Jovim, que até à década de 80 continuou a registar valores acima da média concelhia, demonstrando uma certa capacidade de atracção populacional, fruto da sua localização na coroa envolvente da área mais urbana, verifica-se um certo abrandamento no Alto Concelho, que culmina em perdas populacionais em quase todas as freguesias, no último decénio.

O gráfico seguinte completa a análise acima, pois permite em termos absolutos ter um ideia da evolução populacional ao longo destes 60 anos, denotando-se claramente que as freguesias do Baixo Concelho além de serem as mais dinâmicas são também as que albergam a maior fracção da população concelhia.

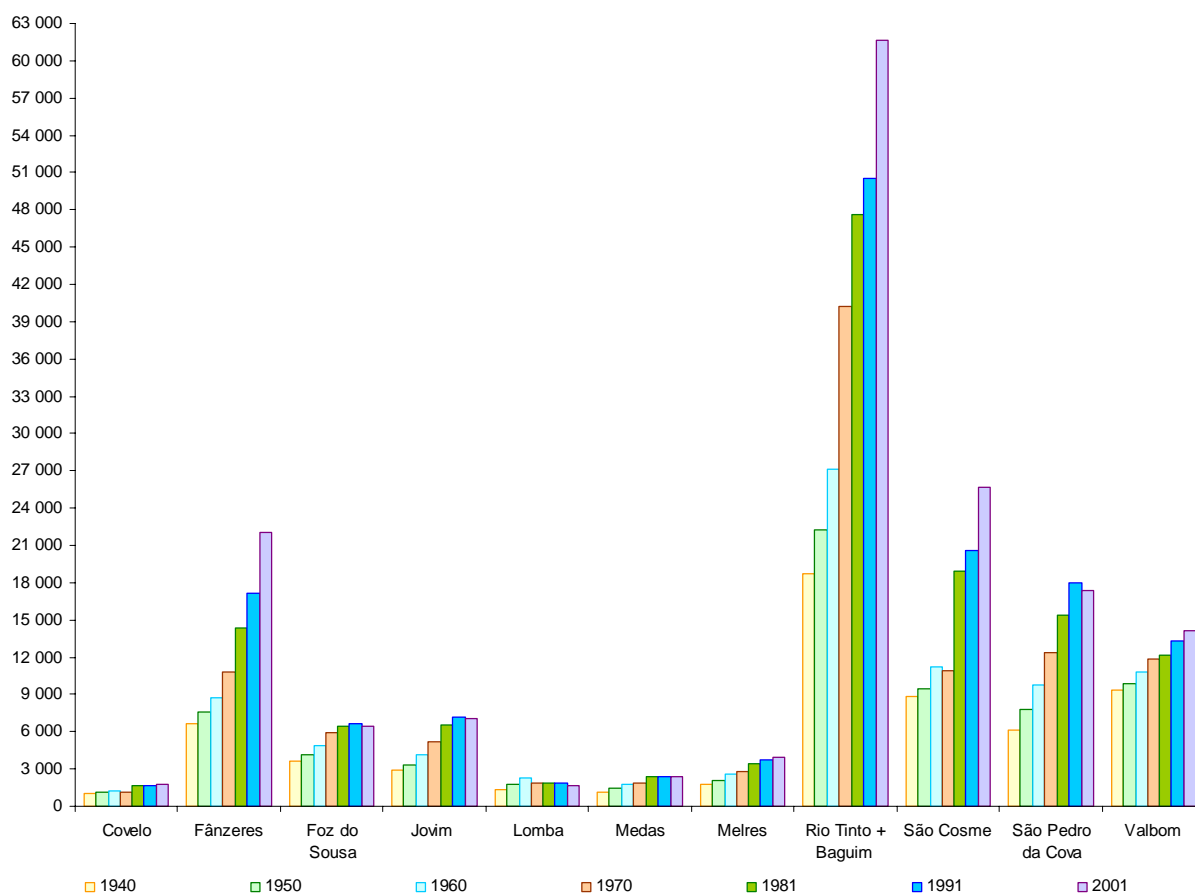


Gráfico 2: Evolução da população residente, para concelho e freguesias, de 1940 a 2001

De todos estes fenómenos, convém ainda ressaltar a “explosão” demográfica em São Cosme na década de 70, crescimento que se prolonga para as décadas seguintes, embora em menor escala, contrastando profundamente com a realidade em Lomba, que desde a década de 60 tem vindo a perder população num ritmo alarmante. Além disto, o crescimento em Fânzeres e Valbom merece também atenção, uma vez que apresenta uma certa constância.

6. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

As estimativas populacionais foram calculadas, para cada uma das freguesias e do concelho, com base na evolução da população residente entre 1940 e 2001. Os residentes foram projectados para os anos de 2011 e 2015 (ano horizonte do Plano) através do método do Mínimos Quadrados, que estabelece uma lei matemática de modo a traduzir a evolução demográfica ocorrida, permitindo assim a elaboração de cenários tendenciais.

Foram consideradas três tendências, a linear, a polinomial de 2.^o grau e a exponencial, além de se admitir ainda um cenário em que se considera que a taxa de variação da população verificada na última década se mantém constante para os períodos seguintes.

	POP. 2001	POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 2011				POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 2015			
		LINEAR	POLIN. 2.º GRAU	EXPON.	Tx. VAR.	LINEAR	POLIN. 2.º GRAU	EXPON.	Tx. VAR.
Concelho	164 096	179 708	188 694	202 761	188 070	188 592	200 760	220 782	199 061
Alto Concelho	23 281	27 014	24 668	29 362	23 091	28 057	24 881	31 256	23 028
Covelo	1 755	1 921	1 968	2 004	1 817	1 988	2 052	2 105	1 843
Foz do Sousa	6 405	7 534	6 519	8 010	6 191	7 796	6 421	8 431	6 109
Jovim	7 112	8 426	8 057	9 552	7 061	8 829	8 330	10 377	7 041
Lomba	1 711	1 926	1 283	1 948	1 582	1 939	1 069	1 967	1 534
Medas	2 353	2 792	2 482	3 034	2 276	2 902	2 482	3 227	2 246
Melres	3 945	4 415	4 359	4 815	4 163	4 603	4 527	5 149	4 256
Baixo Concelho	140 815	152 694	164 027	175 690	167 110	160 535	175 882	193 061	180 185
Fânzeres	22 007	22 570	26 949	25 866	28 279	23 830	29 761	28 630	31 503
São Cosme	25 717	26 595	32 190	29 615	32 071	28 033	35 610	32 537	35 240
Rio Tinto+Baguim	61 638	67 712	70 091	80 454	75 146	71 387	74 608	89 196	81 734
São Pedro da Cova	17 324	20 931	19 790	24 487	16 652	21 995	20 449	26 884	16 394
Valbom	14 129	14 886	15 007	15 269	14 961	15 291	15 454	15 813	15 314

Quadro 8: População estimada para 2011 e 2015 segundo os vários cenários

Analisando tanto o quadro acima que nos devolve a evolução demográfica em termos absolutos, assim como o gráfico seguinte podemos apurar quais serão os cenários possíveis para as próximas décadas e das metodologias adoptadas qual a que melhor representará o futuro, tendo sempre em conta no entanto que a melhor adaptação poderá ser distinta para as várias freguesias. Além disto, convém ainda lembrar que para se efectuar projecções demográficas com maior rigor deveria conhecer-se as taxas de natalidade, de mortalidade e de mortalidade infantil, entre outros indicadores.

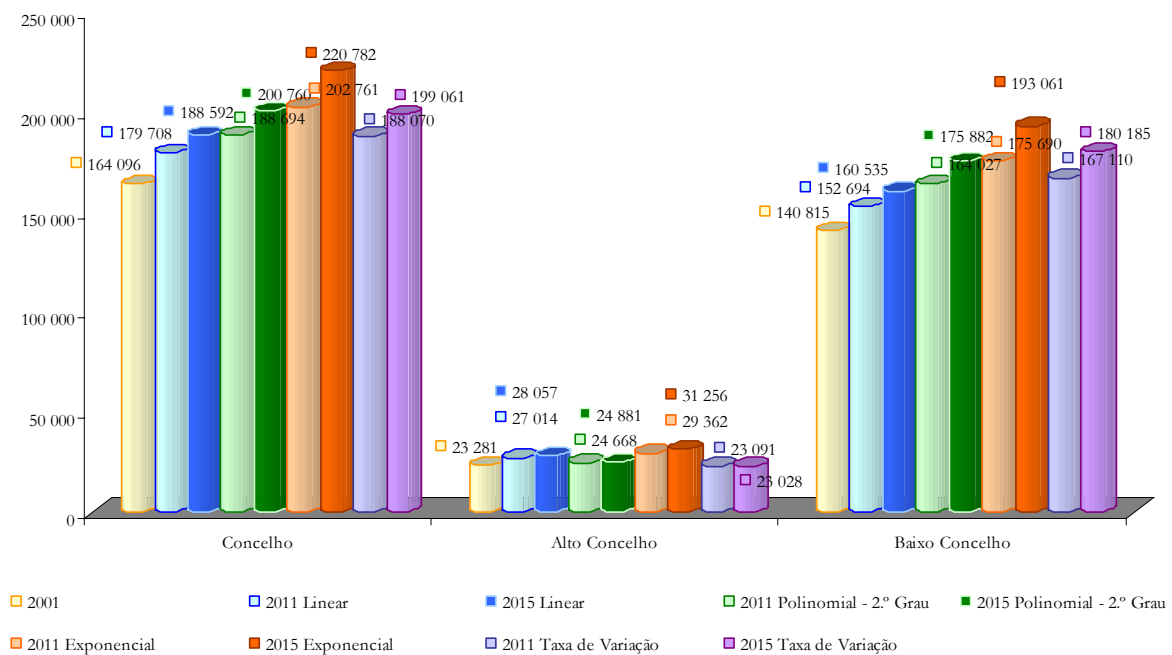


Gráfico 3: População estimada para 2011 e 2015 para o Concelho e para o Baixo e Alto Concelho

A tendência linear apresenta-nos cenários bastante favoráveis, tanto para o Concelho, como para as freguesias, podendo no entanto induzir a resultados erróneos, uma vez que na última década algumas das freguesias apresentaram perdas populacionais. Para a tendência polinomial regista-se igualmente um aumento populacional para o concelho, da ordem aliás da taxa de variação registada entre 1991 e 2001. É possível verificar que no geral esta tendência se aproxima da evolução verificada na última década.

Por fim, para a tendência exponencial delineiam-se duas situações distintas se por um lado, para o Alto Concelho e para o próprio concelho, esta tendência indicia não só crescimentos superiores à taxa de variação da última década, mas também a todos os outros cenários previstos, por outro, no caso do Baixo Concelho esta tendência revela um crescimento inferior ao verificado para a última década, o que poderá ser também uma contradição, uma vez que este território é marcadamente urbano e consequentemente está em constante mudança.

Na figura seguinte estão descritas as taxas de variação registadas para os vários cenários implementados quer entre 2001 e 2011, quer entre 2011 e 2015, as quais dão uma ideia mais clara e coerente sobre a evolução demográfica que se registará nos próximos anos. Desta forma, é possível identificar que de acordo com a tendência linear se verifica que entre 2001 e 2011 o Alto Concelho experimenta uma variação superior à média concelhia da ordem dos 16%, bastante distinta da registada para a última década (-1.0%), enquanto o Baixo Concelho regista uma situação distinta, com ganhos inferiores à média, e também aos registados no último decénio. Porém, para a década seguinte (2011 a 2015) o cenário de crescimento desacelerado para o Baixo Concelho mantém-se, tornando os resultados desta tendência cada vez mais falíveis.

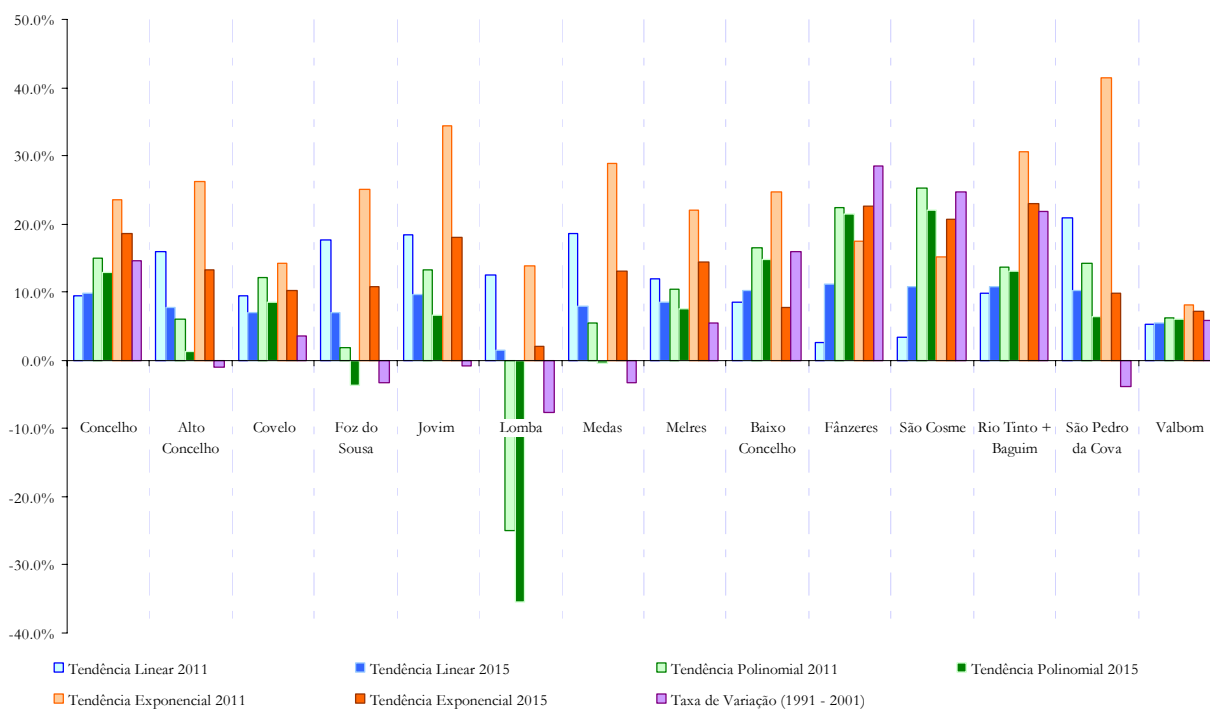


Gráfico 4: Taxa de Variação entre 2001 e 2011, e, entre 2011 e 2015 segundo os vários cenários de projecção demográfica

No que toca à tendência Polinomial de 2.º grau é possível reconhecer que é a que melhor se adapta aos dados registados para as unidades territoriais em análise nos últimos 60 anos, salvo para Lomba em que esta tendência propõe quebras intensas nos níveis populacionais desta freguesia, fenómeno que em parte poderá ser verdadeiro, porém, não na dimensão verificada. Por fim, no que respeita à tendência Exponencial esta revela variações drásticas para algumas freguesias, das quais se destaca São Pedro da Cova que nos próximos 10 anos ganharia mais de 41% da sua população actual.

Por conseguinte, dos cenários criados é a tendência polinomial que poderá revelar resultados mais realistas, uma vez que para o Alto Concelho se tem vindo a registar desde a década de 80 um forte abrandamento do crescimento da população, facto que é contemplado nas soluções obtidas. Além disso, sabe-se que o País em geral, tal como nos restantes países europeus, tem vindo a sofrer um processo de envelhecimento da população desde a década de 70, com o decréscimo das taxas de natalidade, o que induziu a um forte decréscimo das faixas etárias jovens. Resumindo, estas tendências apresentam cenários possíveis de crescimento populacional, mas que podem ser fortemente afectados por factores externos, não contemplados na construção destes cenários, daí que se recomende alguma cautela e bom senso na análise e interpretação destes resultados.

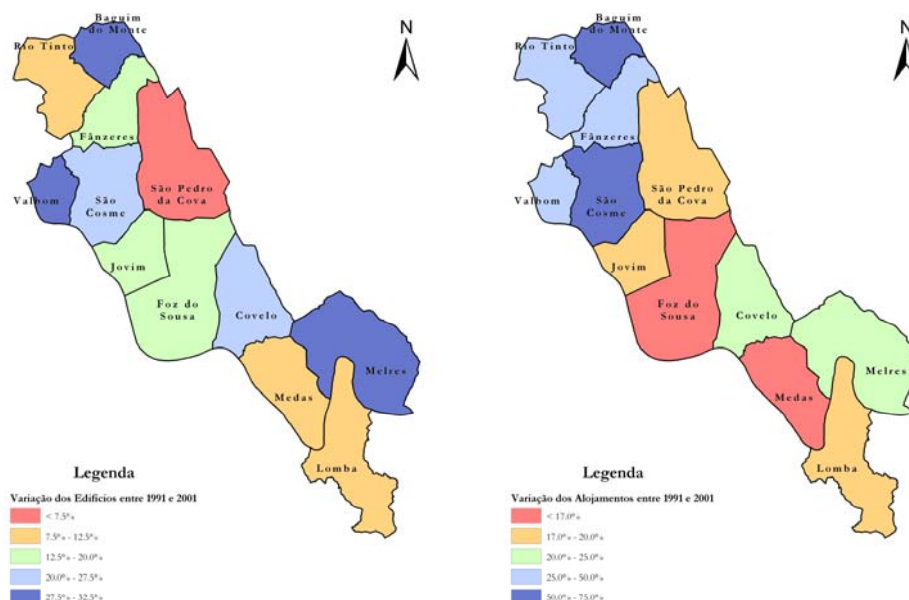
III. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

1. EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS

A caracterização do parque habitacional constitui um elemento técnico essencial no contexto da revisão de um Plano Director Municipal, uma vez que nos dá a conhecer e nos permite entender quais as dinâmicas mais importantes a nível do mercado imobiliário, possibilitando assim o dimensionamento coerente de novas áreas urbanas. Desta forma, entendeu-se que seria importante descrever as características do edificado, assim como a evolução destes entre os dois últimos anos censitários, não esquecendo no entanto uma análise aos licenciamentos aprovados entre 1994 e 2000, que nos dará uma visão mais integrada das transformações ocorridas neste período.

Evolução Global

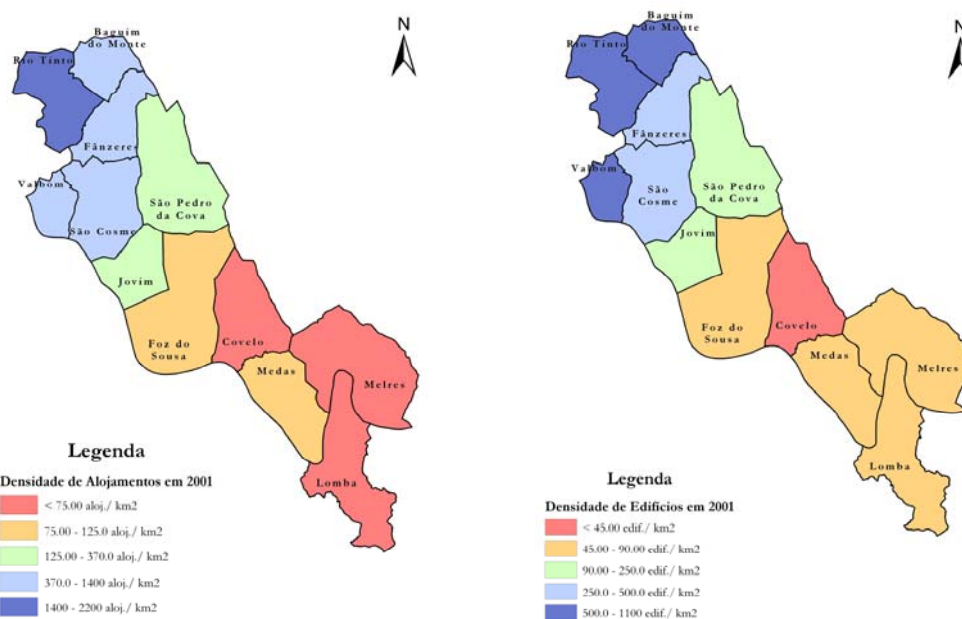
De acordo com as imagens abaixo é possível verificar que tanto para a variação dos edifícios, como para a variação dos alojamentos clássicos, os cenários para o Baixo Concelho e para o Alto Concelho são bastante distintos e dentro da própria unidade territorial identificam-se algumas disparidades. É notável que as freguesias mais dinâmicas são efectivamente as do Baixo Concelho, à excepção de São Pedro da Cova que apresenta variações para os edifícios e alojamentos bastante reduzidas.



Figuras 20 e 21: Variação dos Edifícios e Alojamentos Clássicos entre 1991 e 2001, respectivamente

Convém no entanto destacar que apesar de Rio Tinto apresentar uma variação das mais baixas para os edifícios, este fenómeno poderá estar associado à construção de edifícios de habitação colectiva, uma vez que a variação de alojamentos é elevada, fomentando por conseguinte esta hipótese. Da mesma forma, deve ser ainda ressaltado o facto de no Alto Concelho se registar que a variação dos edifícios, na maioria dos casos, tende a ser superior à variação dos alojamentos, indiciando desta forma a predominância de habitação unifamiliar.

Apesar de se registarem aumentos consideráveis no Alto Concelho, quer ao nível dos edifícios, quer ao nível dos alojamentos estes representam apenas 17% e 12% do total concelhio, respectivamente, tal como se pode constatar pela densidade representada nas imagens abaixo. Desta primeira avaliação conclui-se por isso que no Alto Concelho existe um território menos apetecível em termos de mercado imobiliário tradicional do que no Baixo Concelho, o que se deve, por um lado, ao posicionamento geográfico e acessibilidades e, por outro, à natureza intrínseca do território que o vocacionam para fins marcadamente não urbanos.



Figuras 22 e 23: Densidade de Edifícios e Alojamentos Clássicos em 2001, respectivamente

Relativamente às freguesias do Alto Concelho destaca-se Jovim por revelar maior capacidade de densificação como fruto da proximidade física da zona marcadamente urbana, Baixo Concelho, com densidades de alojamentos e edifícios próximas da média concelhia. Em contrapartida no Baixo Concelho, a freguesia que se destaca é Baguim de Monte, dado que regista variações drásticas no n.º de alojamentos clássicos, indiciando uma expansão no mercado imobiliário, porém também São Cosme e Fânzeres acompanham esta tendência.

Comparando o concelho de Gondomar com os concelhos vizinhos da AMP, Vale do Sousa e Entre Douro e Vouga, verifica-se que Gondomar apresenta variações, entre 1991 e 2001, do número de edifícios superiores à média da AMP e dos agrupamentos vizinhos, sendo ultrapassado apenas por Vila do Conde, Maia, Paredes, Penafiel e Santa Maria da Feira. Além disto, a variação do número de alojamento, entre 1991 e 2001, foi das mais elevadas, tendo sido superior apenas na Maia e em Valongo. Por fim deve ainda referir-se que a razão alojamento/ edifício, em 2001, foi neste concelho uma das mais baixas da AMP, à semelhança dos concelhos de Espinho e Vila do Conde.

	EDIFÍCIOS			ALOJAMENTOS CLÁSSICOS			ALOJ./ EDIFÍCIO	
	1991	2001	VARIAÇÃO	1991	2001	VARIAÇÃO	1991	2001
Região Norte	978 155	1 098 997	12.4 %	1 278 948	1 604 779	25.5 %	0.8	1.5
AMP	237 905	264 231	11.1 %	411 094	536 969	30.6 %	0.6	2.0
Espinho	8 043	8 011	-0.4 %	13 176	14 413	9.4 %	0.6	1.8
Gondomar	29 979	35 165	17.3 %	46 306	64 994	40.4 %	0.6	1.8
Maia	19 681	24 499	24.5 %	30 103	48 475	61.0 %	0.7	2.0
Matosinhos	32 116	33 565	4.5 %	52 237	67 104	28.5 %	0.6	2.0
Porto	48 303	46 606	-3.5 %	112 405	124 475	10.7 %	0.4	2.7
Póvoa de Varzim	13 181	15 189	15.2 %	23 193	30 424	31.2 %	0.6	2.0
Valongo	14 813	17 260	16.5 %	23 233	33 287	43.3 %	0.6	1.9
Vila do Conde	16 908	20 395	20.6 %	22 713	30 972	36.4 %	0.7	1.5
V. N. Gaia	54 881	63 541	15.8 %	87 728	122 826	40.0 %	0.6	1.9
Vale do Sousa	71 233	85 957	20.7 %	87 356	113 889	30.4 %	0.8	1.3
Castelo de Paiva	4 890	5 391	10.2 %	5 302	6 191	16.8 %	0.9	1.1
Paredes	16 432	20 324	23.7 %	20 789	28 181	35.6 %	0.8	1.4
Penafiel	16 995	20 056	18.0 %	20 560	25 879	25.9 %	0.8	1.3
Entre Douro e Vouga	69 718	79 785	14.4 %	83 521	107 317	28.5 %	0.8	1.3
Arouca	7 568	8 691	14.8 %	7 897	9 349	18.4 %	1.0	1.1
S. Maria da Feira	32 819	39 069	19.0 %	39 140	52 168	33.3 %	0.8	1.3

Fonte: INE.

Quadro 9: Edifícios, Alojamentos Clássicos e Alojamentos por Edifício, em 1991 e 2001

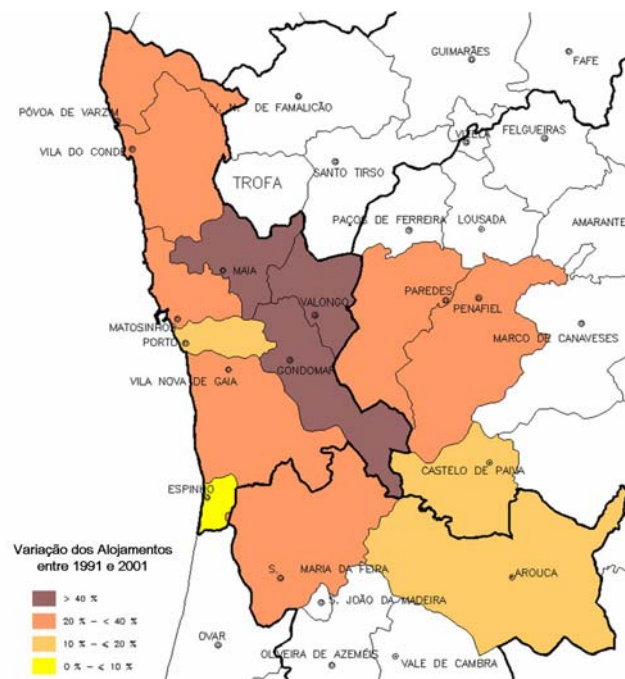


Figura 24: Variação do Alojamento 1991 / 2001

As tendências das dinâmicas de construção podem ser avaliadas com base na variação dos alojamentos clássicos, confrontada com a variação da população e das famílias, constituindo um elemento crucial para uma adequada caracterização do parque habitacional. Desta forma, entendeu-se que seria fundamental conhecer não só as tendências no território concelhio, mas também enquadrar regionalmente o fenómeno, tendo-se iniciado a análise por este ponto.

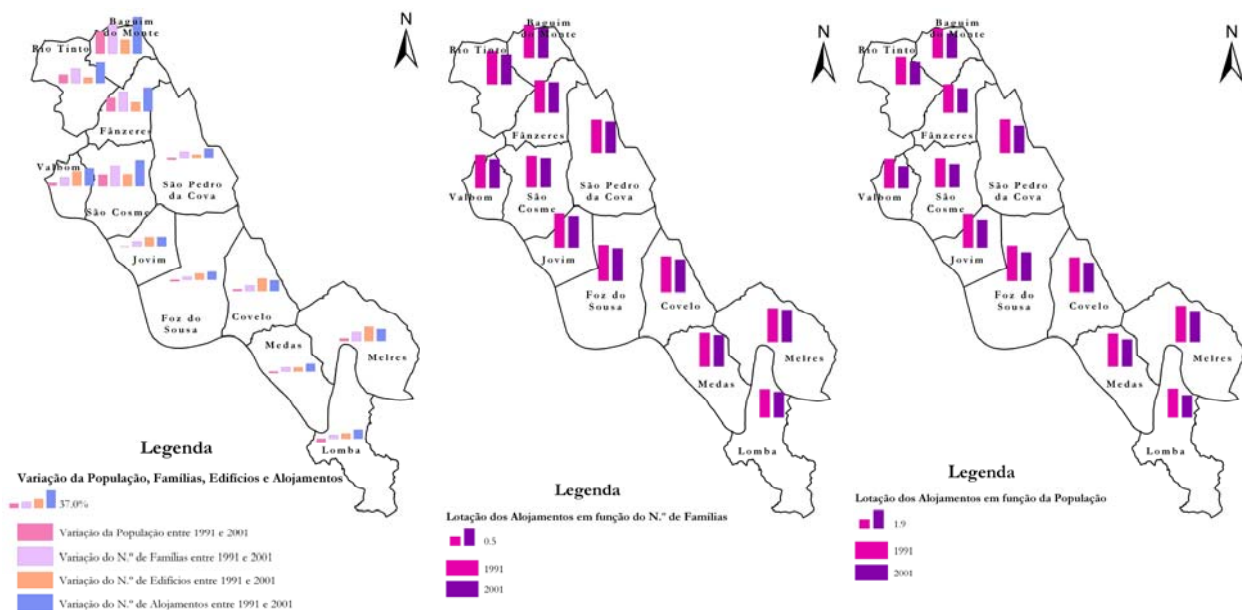
De acordo com o quadro abaixo e num contexto regional é possível verificar que o concelho de Gondomar registou, entre 1991 e 2001, uma das mais elevadas taxas de variação de alojamentos clássicos da AMP e agrupamentos limítrofes. Porém esta tendência de crescimento não é acompanhada por variações consonantes, quer ao nível da população, quer ao nível das famílias.

	POPULAÇÃO	FAMÍLIAS	ALOJAMENTOS CLÁSSICOS
Região Norte	6.2 %	20.0 %	25.5 %
AMP	8.0 %	23.4 %	30.6 %
Espinho	-3.6 %	4.9 %	9.4 %
Gondomar	14.6 %	28.6 %	40.4 %
Maia	28.9 %	51.9 %	61.0 %
Matosinhos	10.1 %	24.1 %	28.5 %
Porto	-13.0 %	1.4 %	10.7 %
Póvoa de Varzim	15.8 %	34.9 %	31.2 %
Valongo	16.0 %	31.3 %	43.3 %
Vila do Conde	14.7 %	42.2 %	36.4 %
V. N. Gaia	16.2 %	33.0 %	40.0 %
Vale do Sousa	13.2 %	8.6 %	30.4 %
Castelo de Paiva	5.0 %	18.7 %	16.8 %
Paredes	14.2 %	34.1 %	35.6 %
Penafiel	4.9 %	20.4 %	25.9 %
Entre Douro e Vouga	9.7 %	25.3 %	28.5 %
Arouca	1.4 %	14.8 %	18.4 %
S. Maria da Feira	14.6 %	33.1 %	33.3 %

Quadro 10: Variação da População, Famílias e Alojamentos Clássicos entre 1991 e 2001, em valores percentuais

Este fenómeno é comum a todos os concelhos em análise, contudo cada um apresenta um caso particular deste fenómeno, do qual se destaca o Porto, que apesar de ter perdido população e a variação ao nível das famílias ser muito baixa, regista ainda assim um aumento considerável de alojamentos clássicos. Esta dinâmica, mais forte do que a da população e do que a das famílias, reflecte assim nestes concelhos uma certa atractividade dos mesmos sobre territórios vizinhos e/ou a supressão de carências habitacionais existentes em décadas anteriores.

Analisando as tendências das dinâmicas construtivas a nível concelhio reconhece-se logo à partida que as variações da população, das famílias, dos edifícios e dos alojamentos clássicos não são proporcionais, existindo situações em que as variações são opostas. Convém ainda ressaltar mais uma vez que as variações no Alto Concelho são menos acentuadas e o fenómeno torna-se menos latente. Por sua vez no Baixo Concelho, acentuam-se os crescimentos díspares, deixando antever situações de alojamentos vagos ou de uso secundário.



Figuras 25, 26 e 27: Variação da População, Famílias, Edifícios e Alojamentos Clássicos; Lotação dos Alojamentos em função do N.º de Famílias e da População em 2001, respectivamente

Conjuntamente com a análise concelhia das tendências das dinâmicas construtivas torna-se também importante conhecer o nível de ocupação dos alojamentos clássicos, ou seja, analisar a lotação dos alojamentos. Optou-se então por medir não só a lotação em função do n.º de famílias, mas também em função da população total, tendo-se obtido como resultado os mapas das figuras 7 e 8.

Duma breve análise dos mapas é possível reter que nenhuma das freguesias regista casos de sobrelotação em termos de famílias, antes pelo contrário, todas registam níveis de lotação inferiores à unidade. No que toca à população total o cenário é um pouco distinto verificando-se que as freguesias do Baixo Concelho, com excepção de São Pedro da Cova, revelam um nível de lotação menor, o qual ronda os dois

indivíduos por alojamento, facto explicado à custa da dimensão média do agregado que nesta unidade territorial é ligeiramente inferior.

Outro fenómeno que convém ressaltar diz respeito à diminuição generalizada da lotação dos alojamentos clássicos em função tanto das famílias, como da população, o que revela efectivamente que o crescimento dos alojamentos não acompanha as variações demográficas.

Tipologia dos Edifícios e Alojamentos

Relativamente à tipologia dos edifícios é possível identificar pela figura abaixo, que no Alto Concelho a maioria das freguesias possuíam, em 2001, apenas um alojamento, cerca de 84%, à semelhança do que se verificava para o Baixo Concelho, em que este tipo de alojamento representa cerca de 75%. Os edifícios de dois a quatro alojamentos assumem também um peso relativo, com cerca de 15% no Alto Concelho, e quase 20% no Baixo Concelho.

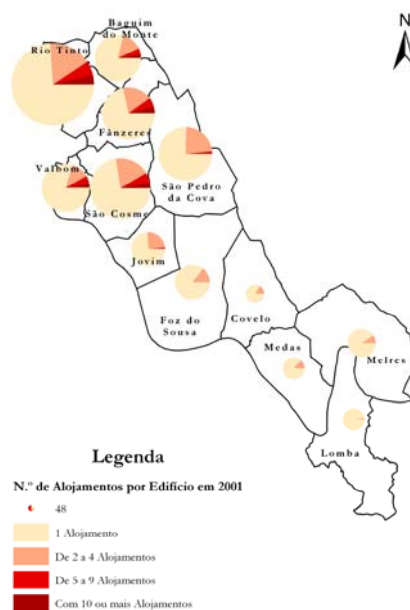


Figura 28: N.º de Alojamentos por Edifício em 2001

Numa análise mais detalhada, destacam-se as freguesias de Lomba e Melres, onde os edifícios com um só alojamento representam mais de 90% do total. Na freguesia de Jovim, a proporção de edifícios com um alojamento foi, em 2001, inferior à média do concelho, o que confirma uma vez mais que Jovim é a freguesia mais urbana do Alto Concelho.

No que toca ao Baixo Concelho, apenas São Pedro da Cova fica excluído do panorama geral, uma vez que não apresenta níveis muito representativos para edifícios com mais de 5 alojamentos. As freguesias restantes, Fânzeres, São Cosme, Rio Tinto, Valbom e Baguim do Monte, revelam que são sem dúvida as freguesias mais urbanas do concelho.

De um modo geral, pode-se afirmar que se está na presença de um território marcado por edifícios unifamiliares, dado que estes representam mais de 75% do total concelhio. Relativamente à proporção de edifícios bifamiliares a análise não é conclusiva, uma vez que a informação disponibilizada não permite a distinção entre edifícios com 2 alojamentos e edifícios com 3 e 4.

Após a análise da tipologia dos edifícios, através do n.º de alojamentos que possuem, convém também avaliar a cércea dominante para cada uma das unidades territoriais, uma vez que nos dá uma imagem sobre a ocupação do território e do seu possível impacto na envolvente. Além disto, permite-nos complementar a informação para distinguir edifícios de habitação unifamiliar/ bifamiliar e edifícios de habitação colectiva, ainda que empiricamente.

É possível pela análise da figura abaixo, identificar que a maioria dos edifícios possui uma cércea entre 1 e 2 pisos, a qual corresponderá na sua quase totalidade a edifícios de habitação unifamiliar, podendo no entanto existir alguns casos de edifícios de habitação bifamiliar. Além disto é também reconhecível que no Alto concelho quase não existem edifícios com cércea superior a 2 pisos, com a excepção de Jovim e Foz do Sousa.

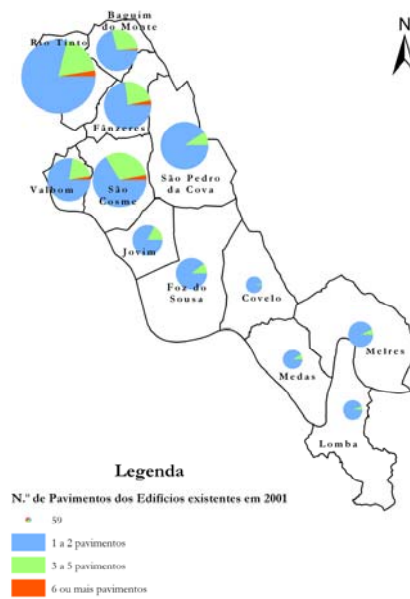


Figura 29: N.º de Pavimentos por Edifício em 2001

No Baixo Concelho, o retrato é ligeiramente diferente, visto que os edifícios com cêrcea entre 3 e 6 pisos assumem claramente grande importância, denotando-se desta forma que estas freguesias oferecem um leque de opções maior e por conseguinte mais atractivo e competitivo. Conjuntamente, evidencia-se que nestas freguesias, com excepção de São Pedro da Cova, os edifícios com uma cêrcea superior a 7 pisos tem vindo a ser uma opção, dado a falta de capacidade do solo de responder à procura de alojamentos familiares.

Em suma, o cenário é relativamente homogéneo para o concelho, podendo ser descrito em termos de edificado, como maioritariamente de edifícios de habitação unifamiliar/ bifamiliar, registando-se apenas uma pequena distorção nas freguesias mais urbanas em que os edifícios de habitação colectiva representam quase um quarto do total dos edifícios.

Após a caracterização da tipologia dos edifícios, falta ainda distinguir os tipos de alojamentos familiares existentes, constatando-se, pela observação do quadro seguinte, que os alojamentos clássicos representam a maior fracção dos tipos de alojamentos existentes, tanto no Alto Concelho, como no Baixo Concelho.

Esta situação revela que as condições de acesso à habitação são suficientemente atractivas, pois não geram situações de precariedade social, que põem em risco não só os indivíduos que são sujeitos a estas condições, mas também toda a população, uma vez que comprometem a saúde e salubridade públicas.

	ALOJAMENTOS FAMILIARES								
	TOTAL			CLÁSSICOS		BARRACAS		OUTROS NÃO CLÁSSICOS	
	1991	2001	VAR. 91/01	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Concelho	46 475	65 335	40.6%	46 306	64 994	37	69	132	272
Alto Concelho	6 624	7 867	18.8%	6 606	7 849	3	7	15	11
Covelo	469	572	22.0%	467	569	2	1	0	2
Foz do Sousa	2 003	2 373	18.5%	1 995	2 372	1	0	7	1
Jovim	611	725	18.7%	611	725	0	0	0	0
Lomba	705	817	15.9%	705	816	0	1	0	0
Medas	1 003	1 235	23.1%	998	1 233	0	0	5	2
Melres	1 833	2 145	17.0%	1 830	2 134	0	5	3	6
Baixo Concelho	39 851	57 468	44.2%	39 700	57 145	34	62	117	261
Baguim do Monte	3 194	5 550	73.8%	3 185	5 524	7	7	2	19
Fânzeres	5 700	8 585	50.6%	5 690	8 512	3	11	7	62
São Cosme	6 848	10 482	53.1%	6 831	10 444	1	5	16	33
Rio Tinto	14 622	20 702	41.6%	14 520	20 592	19	22	83	88
São Pedro da Cova	5 103	6 101	19.6%	5 093	6 054	3	5	7	42
Valbom	4 384	6 048	38.0%	4 381	6 019	1	12	2	17

Quadro 11: Tipos de alojamentos familiares em 1991 e 2001

Deve no entanto ressaltar-se que no Alto Concelho, quase não existem outros alojamentos familiares não clássicos e barracas, ao contrário do que se passa no Baixo Concelho, especialmente em Rio Tinto. Efectivamente, Rio Tinto protagoniza uma situação deveras peculiar, dado que além de ser a freguesia mais densa em termos populacionais e de edificado, alberga situações de precariedade, que representam a maior fracção no total concelhio, suscitando uma adequada reflexão sobre este fenómeno.

Na sequência da caracterização dos tipos de alojamentos familiares existentes torna-se fundamental conhecer quais as tendências de variação dos tipos existentes, ou seja, compreender e explicar as variações entre os dois últimos anos censitários.

O gráfico abaixo delinea a imagem das tendências de crescimento dos tipos de alojamentos existentes, verificando-se logo à partida que as variações para os outros alojamentos não clássicos e barracas, são os que apresentam variações mais significativas. De facto, no Baixo Concelho estas situações são definitivamente preocupantes, uma vez que os aumentos são quase todos superiores a 5 vezes para os outros alojamentos não clássicos, com excepção de São Cosme e Rio Tinto.

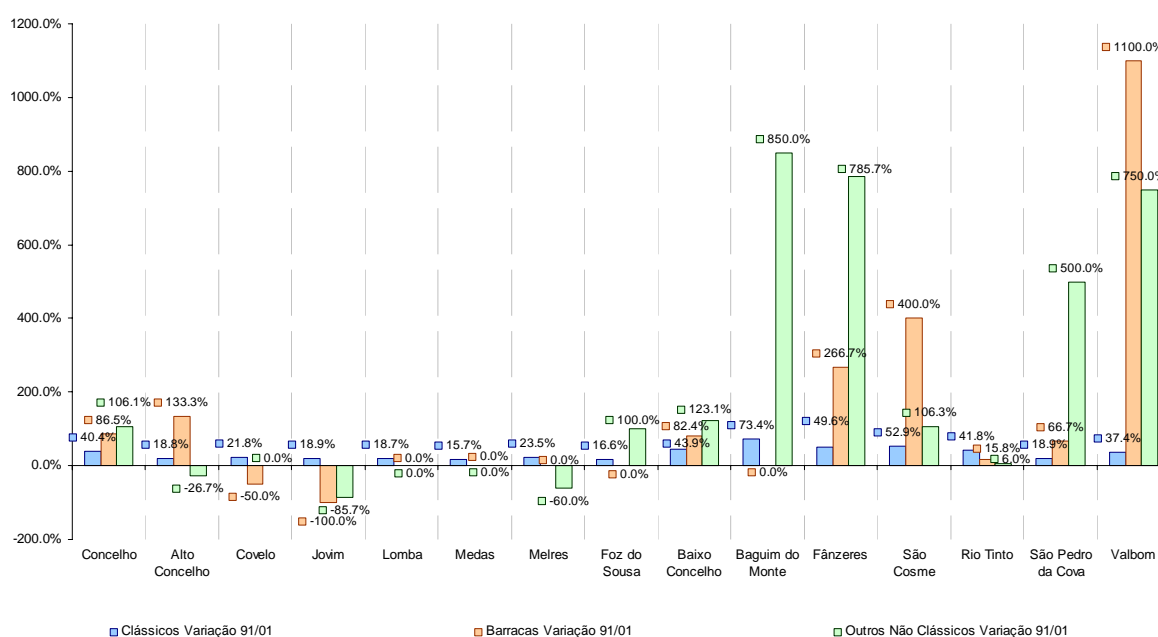


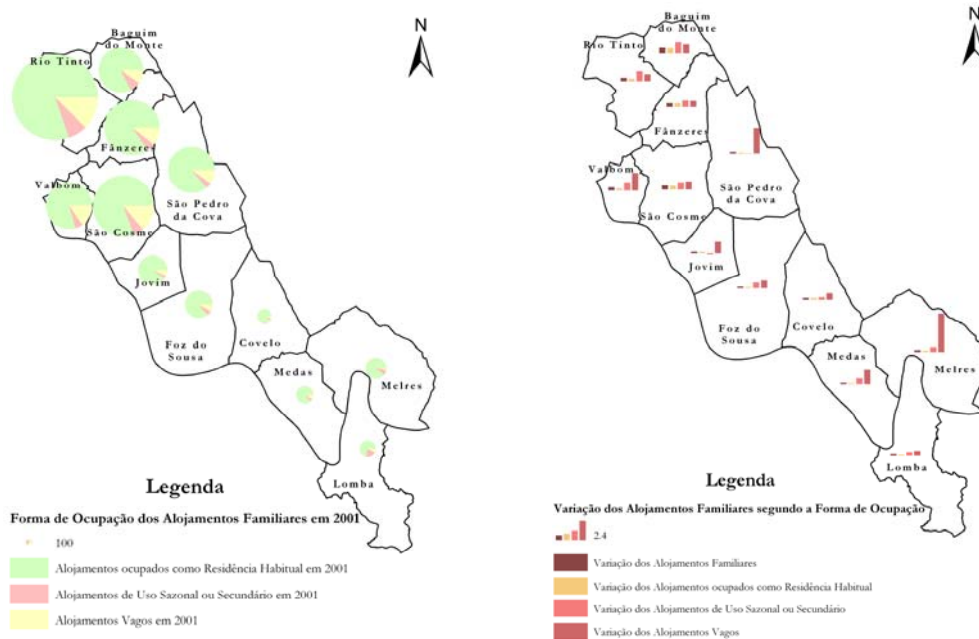
Gráfico 5: Variação dos Tipos de Alojamentos Familiares existentes, entre 1991 e 2001

Por outro lado, no Alto Concelho as variações são negativas, existindo apenas uma ou outra situação em que não existia nenhum destes tipos de alojamentos alternativos em 1991 e passou a existir em 2001. Este fenómeno está também associado ao cariz mais rural desta unidade territorial, em que a pressão construtiva e económica são atenuadas, possibilitando um acesso mais facilitado a habitação.

Por fim, convém ainda salientar o aumento vertiginoso de barracas registado em Valbom, que apesar de não ser muito representativo em termos absolutos, suscita a atenção para este fenómeno e alerta-nos para possíveis desequilíbrios sociais e dificuldades de acesso a habitação. Este fenómeno é também verificado em São

Cosme, embora em menor escala, devendo por conseguinte ser avaliada a situação nesta freguesia.

Para terminar a caracterização dos alojamentos familiares resta atentar à forma de ocupação destes e à variação da forma de ocupação na última década, afim de entender quais os efeitos práticos do aumento de alojamentos familiares registado em todo o concelho e de que forma irá servir a população. Numa primeira abordagem, verifica-se que os alojamentos familiares ocupados como residência habitual, são sem dúvida a forma de ocupação predominante em todo o concelho, porém no Baixo Concelho os alojamentos vagos possuem também uma importância relativa, o que induz a que os alojamentos de residência habitual tenham um peso ligeiramente maior no Alto Concelho do que no Baixo Concelho, 87% contra 82%.



Figuras 30 e 31: Formas de ocupação dos Alojamentos Familiares em 2001; Variação da Forma de ocupação, respectivamente

Os fogos de uso sazonal ou secundário são pouco significativos nas duas zonas do concelho, com a excepção de Lomba, onde o peso destes alojamentos já possui alguma relevância, cerca de 20%. É interessante verificar que os fogos sazonais crescem com o aumento da distância à cidade do Porto, o que permite também concluir que é a população do núcleo central da AMP que procura habitação sazonal ao longo das margens do Douro.

No que toca às variações da forma de ocupação verifica-se que para todo o concelho aumentaram os alojamentos vagos, destacando-se Melres e São Pedro da Cova, além disso regista-se no Baixo Concelho um aumento generalizado de alojamentos de uso sazonal ou secundário. O facto de a variação de alojamentos ocupados como residência habitual ser reduzida demonstra que o mercado imobiliário neste âmbito está a estagnar, fruto do crescimento exacerbado dos últimos anos.

Num cenário mais abrangente, ao nível da AMP, o concelho de Gondomar surge com maior representatividade de fogos de residência habitual, cerca de 82%, representando os fogos de uso sazonal ou secundário e os fogos vagos proporções abaixo da média deste agrupamento. Em relação aos concelhos vizinhos apenas Maia, Porto e Vila Nova de Gaia possuem valores dos alojamentos vagos superiores à média de Gondomar.

	RESIDÊNCIA HABITUAL	USO SAZONAL OU SECUNDÁRIO	VAGOS
Região Norte	73.6 %	16.0 %	10.4 %
AMP	78.5 %	9.7 %	11.8 %
Espinho	76.2 %	14.3 %	9.5 %
Gondomar	82.5 %	6.0 %	11.6 %
Maia	81.9 %	6.4 %	11.7 %
Matosinhos	82.9 %	7.7 %	9.4 %
Porto	76.9 %	8.0 %	15.1 %
Póvoa de Varzim	62.2 %	29.9 %	7.8 %
Valongo	82.8 %	6.4 %	10.9 %
Vila do Conde	71.0 %	21.4 %	7.6 %
V. N. Gaia	79.1 %	8.2 %	12.7 %
Vale do Sousa	84.1 %	6.3 %	9.6 %
Castelo de Paiva	84.4 %	6.3 %	9.3 %
Paredes	86.0 %	4.9 %	9.2 %
Penafiel	82.2 %	7.8 %	10.0 %
Entre Douro e Vouga	81.2 %	8.4 %	10.4 %
Arouca	75.7 %	16.0 %	8.2 %
S. Maria da Feira	82.1 %	7.4 %	10.5 %

Quadro 13: Alojamentos familiares existentes em 2001 por forma de ocupação em valores percentuais

De um modo geral, conclui-se que a proporção de alojamentos de residência habitual e alojamentos vagos constituem a maior parte dos alojamentos totais, com excepção no entanto de Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Espinho e Arouca.

Nestes concelhos verifica-se que a percentagem de alojamentos de uso sazonal ou secundário é bastante representativa, sendo efectivamente superior à fracção dos alojamentos vagos. Este fenómeno tem no entanto uma explicação que se prende com o facto de os três primeiros concelhos mencionados, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Espinho, se situarem na orla marítima e por conseguinte estarem sujeitos aos fluxos sazonais de ocupação.

Além deste facto, convém ainda referenciar a elevada taxa de alojamentos vagos no concelho do Porto que está associada consequentemente à elevada diminuição de população no último decénio, mas também à visível degradação do parque edificado.

Época de Construção

As deficiências dos alojamentos em relação às infra-estruturas estão relacionadas, na maioria das vezes, com a degradação física dos edifícios e com a idade destes, daí que a avaliação da idade dos edifícios e o seu nível de degradação física, torna-se crucial para um conhecimento real das necessidades do mercado imobiliário, além de ser um ponto de reflexão para os programas de reabilitação urbana.

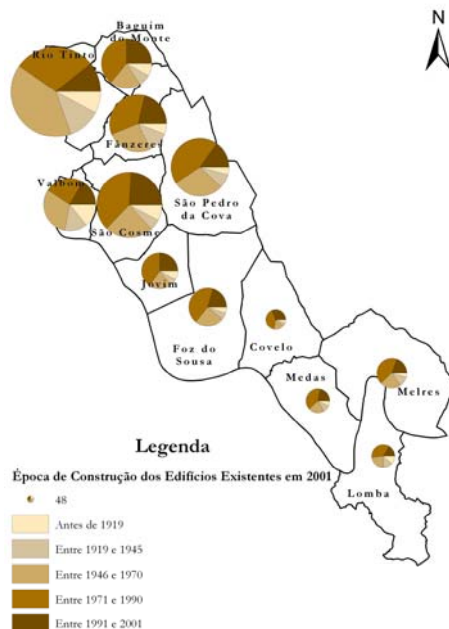


Figura 32: Época de Construção dos Edifícios

	IDADE MÉDIA DO EDIFICADO
Concelho	26.75 anos
Alto Concelho	23.87anos
Covelo	20.13 anos
Foz do Sousa	23.73 anos
Jovim	21.99 anos
Lomba	27.42 anos
Medas	24.63 anos
Melres	25.96 anos
Baixo Concelho	27.37 anos
Baguim do Monte	22.72 anos
Fânzeres	26.97 anos
São Cosme	22.55 anos
Rio Tinto	31.34 anos
São Pedro da Cova	26.51 anos
Valbom	29.31 anos

Quadro 13: Idade Média do Edificado

Como se pode verificar pela figura e pelo quadro acima, o parque edificado do concelho de Gondomar é relativamente jovem, dado que a idade média do edificado não chega aos 30 anos. Porém existem algumas excepções que ultrapassam a idade média concelhia, tal como Rio Tinto, Fânzeres, Valbom e Lomba, além do próprio Baixo Concelho. Este fenómeno decorre de um crescimento bastante elevado tanto para o período de 1946 a 1970, como para o período de 1971 a 1990.

Efectivamente é possível constatar que a maioria dos edifícios existentes no Alto Concelho, foi construída entre 1971 e 1990, existindo no entanto uma fracção importante referente aos períodos de 1946 a 1970 e também no período de 1991 a 2001. Deve destacar-se no entanto, para esta unidade territorial, a freguesia de Covelo, uma vez que esta possui uma fracção considerável de edifícios construídos nos últimos dez anos, o que a torna na freguesia com o parque edificado mais jovem do concelho.

Para a média da Baixo Concelho, assiste porém a uma situação distinta e uma pouco contraditória, uma vez que se as freguesias que compõem esta unidade territorial são as mais dinâmicas do concelho, devendo por conseguinte o seu parque edificado o mais jovem. Na verdade quase 48% dos edifícios foram construídos antes de 1971, existindo excepções como Baguim do Monte, São Cosme e São Pedro da Cova, nas quais o parque edificado teve aumentos mais significativos após 1971, principalmente na época de 1971 a 1990.

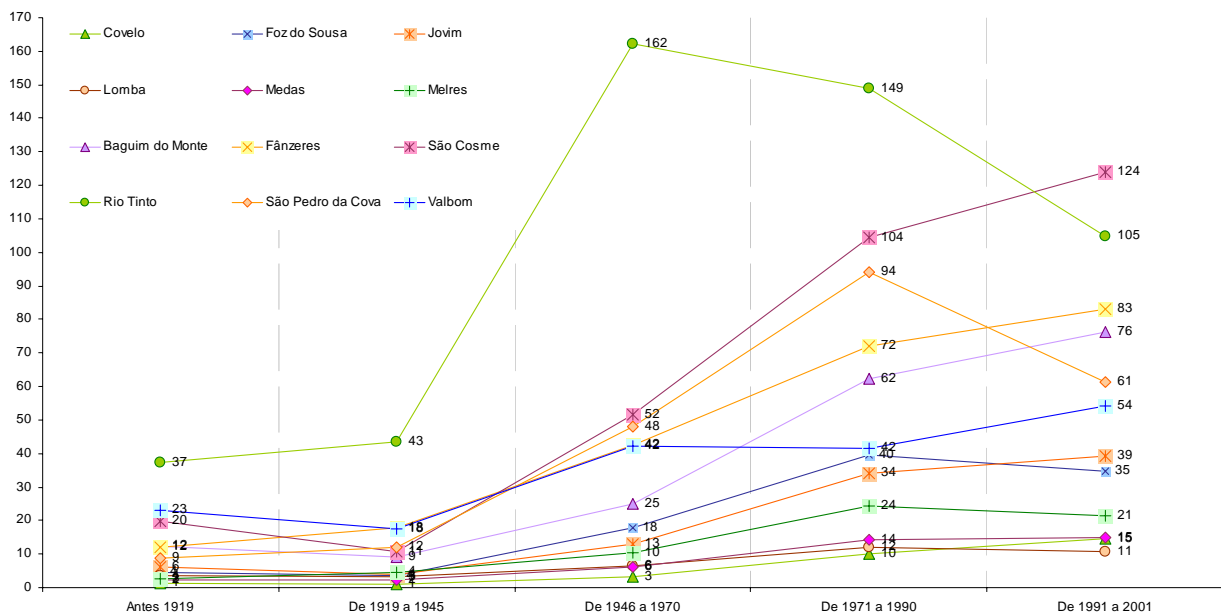
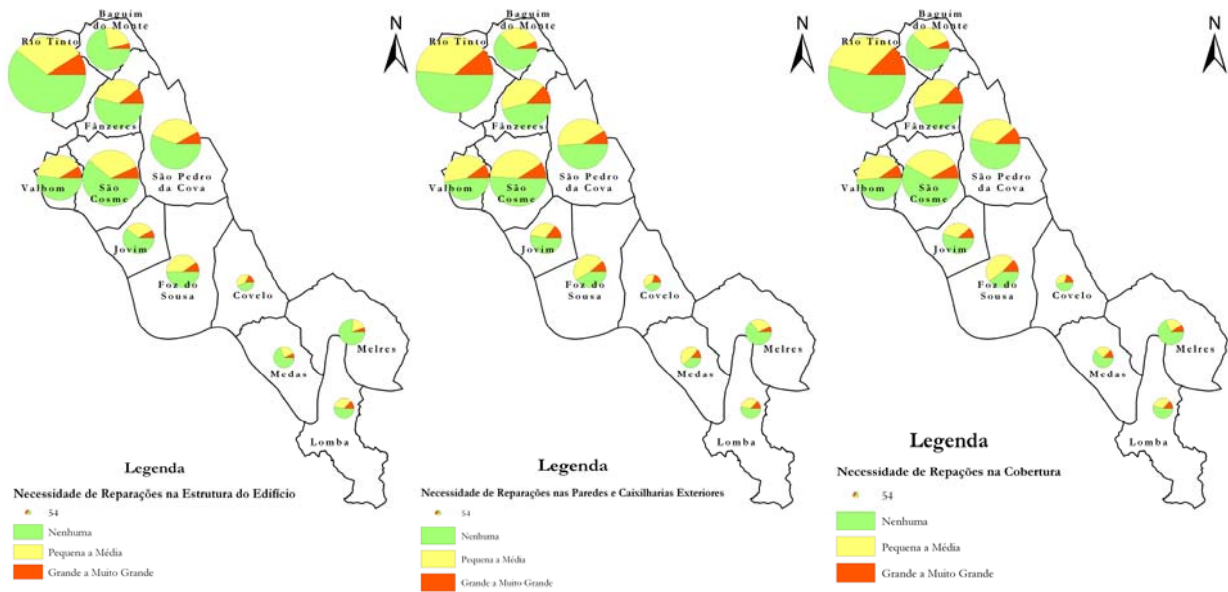


Gráfico 6: Número Médio de Edifícios construídos por Ano, em cada Época de Construção

Do gráfico anterior é possível verificar que o período entre 1946 e 1990 correspondeu sem dúvida aos aumentos mais significativos, apesar de nalguns casos se terem verificado valores inferiores de uma época para a outra. A década de 90 marca claramente uma tendência para a estabilização do número médio de edifícios construídos por ano, identificando-se casos em que o número de edifícios diminui, não sendo sinónimo de regressão, mas sim de preferência por construção em altura, oferecendo mais alojamentos num só edifício.

Comparando a análise das dinâmicas populacionais com as épocas de construção, pode-se concluir que as décadas de maior crescimento populacional coincidem com as épocas onde se registam taxas de variação anual mais elevadas. Contudo, apesar de se ter registado na década de 90 um decréscimo populacional no Alto Concelho, foram construídos na mesma época cerca de 22% do total de edifícios existentes em 2001, o que indica a supressão de necessidades de alojamento existentes nas décadas anteriores, bem como o aumento da procura de habitação de uso sazonal ou secundária. No Baixo Concelho por sua vez a década de 90 não foi uma das mais representativas, apesar dos aumentos populacionais, revelando por conseguinte excedente de alojamentos de décadas anteriores.

Relacionadas com a época de construção estão as necessidades de reparação do parque edificado, sendo que os edifícios mais recentes à partida terão menos necessidade de intervenção do que os edifícios construídos anteriormente. As figuras seguintes apresentam para todo o parque edificado a fracção de edifícios sem necessidades de reparação e a fracção de edifícios com necessidade de reparação, distinguindo-se os níveis de intervenção exigidos. Além disso são também evidenciados os elementos sujeitos à intervenção, ou seja, os edifícios poderão sofrer intervenções na estrutura, nas paredes e caixilharias exteriores, e na cobertura.



Figuras 33, 34e 35: Necessidades de Reparações nos Edifícios existentes em 2001, na Estrutura, nas Paredes e Caixilharias Exteriores e na Cobertura, respectivamente

É possível verificar que a nível concelhio, a maioria dos edifícios não necessitam de intervenção para os elementos referidos, fruto obviamente de um parque edificado relativamente jovem. Porém existe ainda uma fracção considerável que necessita de pequenas a médias intervenções, especialmente nas paredes e caixilharias exteriores e na cobertura.

Convém no entanto destacar que apesar de possuir o parque edificado mais jovem do concelho, Covelo regista a maior fracção de edifícios com necessidade de reparações tanto a nível da estrutura, como no exterior e na cobertura. Por sua vez Rio Tinto regista também uma fatia considerável do edificado com necessidades de intervenção, fenómeno coerente com o facto de possuir o parque edificado mais velho do concelho.

Merece ainda atenção a situação de Baguim do Monte e Melres, pois registam as menores fracções de edifícios com necessidade de intervenção grande a muito grande na estrutura, mas também em reparações no exterior e na cobertura. No caso da estrutura estas duas freguesias apresentam efectivamente os valores mais elevados para edifícios sem necessidade de reparação, revelando uma preocupação com o parque edificado e o seu estado de conservação.

Condições dos Alojamentos

Uma forma de analisar as condições dos alojamentos passa por conhecer as instalações básicas disponíveis nestes, ou seja, as condições de infra-estruturação de electricidade, água e saneamento. Estas infra-estruturas são básicas e de carácter obrigatório em qualquer construção nova, uma vez que são essenciais à manutenção e preservação da saúde e salubridade públicas, daí que o ponto mais importante consiste em estudar a evolução de alojamentos com estas infra-estruturas e também conhecer a fracção de alojamentos que as possuem.

O quadro abaixo pretende dar uma visão da evolução das instalações existentes nos alojamentos permitindo desta forma avaliar quais os investimentos feitos nos últimos anos, mas sobretudo quais as deficiências que existiam em 1991. Porém, a informação disponibilizada pelo INE até à data não permite distinguir redes públicas de privadas, daí que seja impossível avaliar com exactidão se todo o investimento foi público.

	ALOJ. FAM. RESIDÊNCIA HABITUAL		INSTALAÇÕES								
			ELECTRICIDADE			ÁGUA			SANEAMENTO		
	1991	2001	1991	2001	VAR. 91/01	1991	2001	VAR. 91/01	1991	2001	VAR. 91/01
Concelho	40 863	53 886	40 643	53 838	0.45%	38 433	53 601	5.76%	38 772	53 693	5.02%
Alto Concelho	6 032	6 842	5 981	6 832	0.71%	5 180	6 773	15.27%	5 648	6 793	6.03%
Covelo	435	518	430	517	0.97%	344	513	25.23%	405	514	6.58%
Foz do Sousa	1 675	1 849	1 663	1 848	0.67%	1 535	1 838	8.47%	1 600	1 841	4.23%
Jovim	1 855	2 143	1 844	2 141	0.50%	1 648	2 129	11.83%	1 760	2 134	4.96%
Lomba	470	523	462	519	0.95%	267	502	68.96%	398	509	14.93%
Medas	659	712	655	710	0.33%	601	704	8.42%	631	706	3.56%
Melres	938	1 097	927	1 097	1.19%	785	1 087	18.40%	854	1 089	9.04%
Baixo Concelho	34 831	47 044	34 662	47 006	0.41%	33 253	46 828	4.26%	33 124	46 900	4.83%
Baguim do Monte	2 768	4 583	2 745	4 579	0.75%	2 491	4 542	10.13%	2 550	4 555	7.89%
Fânzeres	4 980	7 292	4 963	7 284	0.23%	4 668	7 257	6.17%	4 677	7 265	6.08%
São Cosme	5 830	8 456	5 814	8 452	0.23%	5 613	8 422	3.45%	5 575	8 430	4.25%
Rio Tinto	12 573	16 630	12 520	16 616	0.34%	12 163	16 578	3.05%	12 110	16 596	3.61%
São Pedro da Cova	4 729	5 258	4 691	5 250	0.66%	4 495	5 217	4.39%	4 495	5 234	4.73%
Valbom	3 951	4 825	3 929	4 825	0.56%	3 823	4 812	3.07%	3 717	4 820	6.19%

Quadro 14: Variação entre 1991 e 2001 das Instalações Existentes nos Alojamentos Familiares de Residência Habitual

As taxas de variação obtidas para cada uma das instalações existentes foi obtido a partir da variação do nível de condições nos alojamentos em cada ano em análise, ou seja, foi avaliada não só a variação de alojamentos já existentes, mas que não ofereciam estas condições, como também a variação dos alojamentos novos que deveriam à partida já ter estas condições. Optou-se por esta abordagem por ser mais realista e fidedigna, dado que traduz a evolução da infra-estruturação dos alojamentos, tanto os novos como os mais antigos, possibilitando desta forma obter um controle da necessidade e interesses públicos em patrocinar melhores condições de vida aos habitantes.

Analisando conjuntamente o gráfico abaixo e o quadro acima, é possível verificar que nas freguesias do Alto Concelho o nível de condições nos alojamentos é substancialmente inferior ao das freguesias do Baixo Concelho, apesar de na última década terem sido feitos alguns investimentos para melhor essa situação. Efectivamente é no Alto Concelho que se verificam variações mais significativas, especialmente no que respeita ao abastecimento de água, destacando-se nomeadamente a registada para Lomba, mas que ainda não foi suficiente para obter uma cobertura aceitável em toda a freguesia.

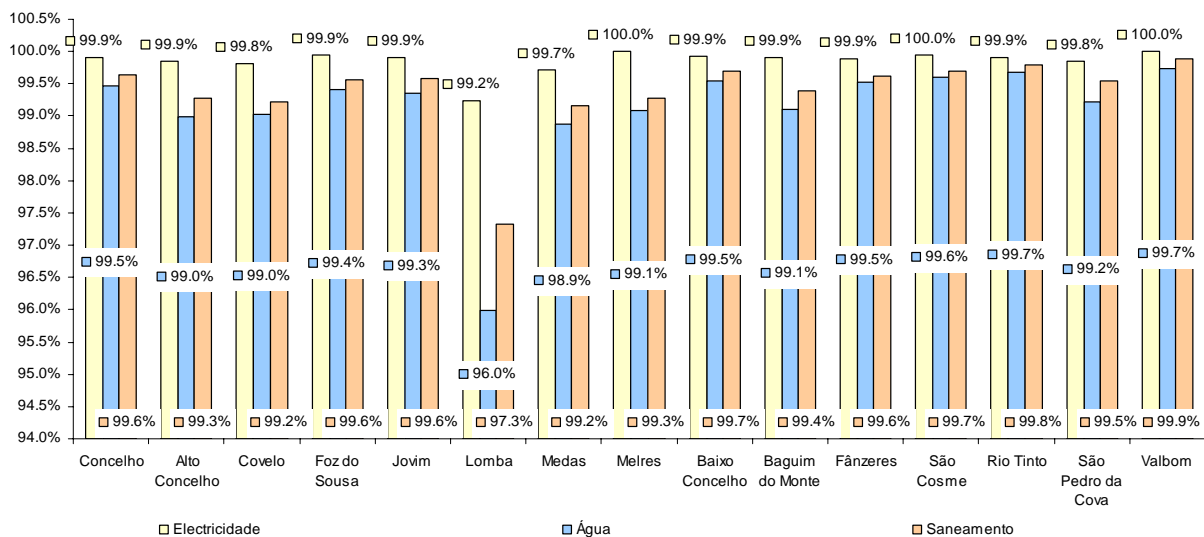


Gráfico 7: Alojamentos de Residência Habitual, segundo as instalações existentes, em 2001

No entanto, com base num outro estudo apresentado pelo INE ao nível da freguesia, sabe-se que, em 1998, todas as freguesias do concelho de Gondomar possuíam redes públicas de abastecimento de água, mas que a rede pública de água residual abrangia apenas algumas freguesias no Baixo Concelho. Deste estudo pode-se

concluir que, àquela data, eram necessários fortes investimentos da edilidade de Gondomar na infra-estruturação pública do concelho, afim de colmatar as falhas ainda existentes e permitir desta forma que os seus habitantes tenham condições de vida mais condignas.

2. ANÁLISE DE LICENCIAMENTOS

Para completar a caracterização do parque habitacional resta agora analisar as licenças concedidas entre 1994 e 2000, pela Câmara Municipal de Gondomar, afim de se conseguir estabelecer as tendências mais recentes das tipologias dos alojamentos, dos tipos de obras mais frequentes, bem como os destinos habituais dessas mesmas obras. Verifica-se pela imagem abaixo que a repartição do número de licenças concedidas por ano é relativamente uniforme, destacando-se no entanto Valbom que regista um número de licenças em 1995 elevadíssimo, quase 50%, e também Jovim que regista quase 35% das licenças só em 1999.

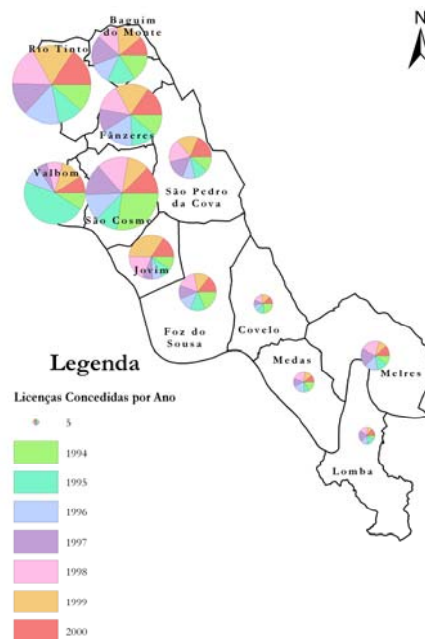


Figura 36: Licenças concedidas anualmente no concelho entre 1994 e 2000

A distribuição das licenças no concelho não é uniforme nem em termos de unidades territoriais mais abrangentes, Baixo Concelho e Alto Concelho, nem dentro destas mesmas unidades territoriais. Um fenómeno semelhante já tinha sido detectado aquando da análise da variação dos edifícios e alojamentos entre 1991 e 2001.

Em termos de unidades territoriais mais abrangentes regista-se que apenas 696 das 3884 licenças concedidas, cerca de 20%, são no Alto Concelho, demonstrando-se mais uma vez que o Baixo Concelho é sem dúvida o território mais activo e dinâmico. Por seu lado, deve ainda destacar-se que em função do total do Alto Concelho, as freguesias de Jovim e Foz do Sousa assinalam 39.7% e 26.2% das licenças emitidas, enquanto no extremo oposto, a freguesia de Covelo assinala apenas 6.4% das licenças, o que significa que, entre 1994 e 2000, apenas foram emitidos 52 alvarás de licença para aquela freguesia. Os primeiros resultados demonstram, mais uma vez que Jovim e Foz do Sousa recebem influências urbanas tanto do Baixo Concelho, como da AMP, demarcando-se das restantes freguesias do Alto Concelho.

Desta forma, é possível afirmar que o Alto Concelho se revela bastante menos sujeito à pressão urbana que o Baixo Concelho, situação que se relaciona não só com a situação geográfica da primeira unidade territorial em relação ao Porto, mas também pelo facto de possuir extensas áreas de elevado valor paisagístico e ambiental.

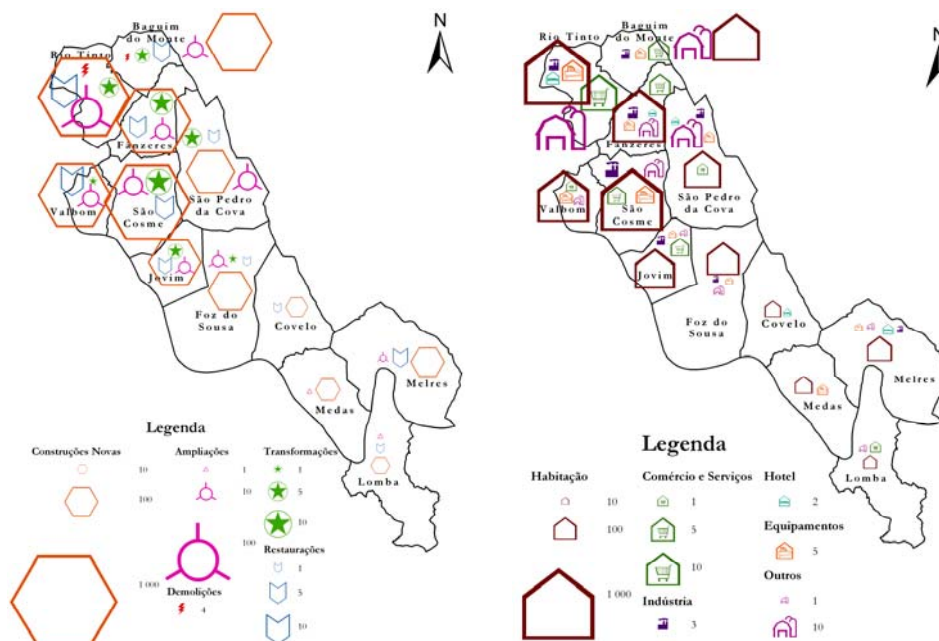
No entanto, regista-se, durante o período em estudo, uma tendência de alteração da situação que merece mais atenção e reflexão. Se em 1994, apenas 16.1% das licenças emitidas pela Câmara Municipal correspondiam ao Alto Concelho, a partir de 1998 registou-se um aumento do peso relativo desta unidade territorial face à totalidade do território concelhio, significando um incremento ligeiro da pressão construtiva que, exceptuando o caso particular de 2000, apresenta valores próximos dos 23% do total das licenças emitidas.

A análise dessa tendência revela-se interessante quando comparada com a evolução da população residente que, na década de 90, apresenta uma tendência regressiva nesta unidade territorial, com excepção das freguesias de Covelo e Melres, que apresentam um crescimento populacional de 4 e 6%, respectivamente.

Considerando que a maior parte das freguesias do Alto Concelho registaram situações de regressão populacional, mesmo considerando a possibilidade de formação de novas famílias e a situação de existência de aglomerados urbanos com alguma dinâmica como, por exemplo, Jovim, pareceria poder aventar-se a hipótese de o Alto Concelho ter vindo a sofrer alguma pressão para construção de segunda habitação. Contudo, esta situação pode estar associada maioritariamente, a construção de 1ª habitação de famílias ainda não registadas no novo concelho de residência.

Atendendo às tendências registadas desde 1998, embora correndo-se o risco inerente a uma análise estatística para um período de referência muito curto, começa a parecer evidente a densificação dos espaços urbanizados do Alto Concelho, particularmente para as freguesias de Jovim e Foz de Sousa.

Nesta fase é importante analisar qual o tipo de obra a que estão associadas as licenças concedidas, bem como o principal destino a que se destina a obra, podendo desta forma compreender os motores do sector da construção e imobiliário. Numa primeira abordagem é possível identificar que tanto o tipo, como o destino da obra têm um elemento dominante, Construções Novas e Habitação, respectivamente. Estes dois são sem dúvida os principais motores dos sectores referidos, contudo deve-se salientar o número considerável de ampliações que se registam, especialmente no Baixo Concelho.



Figuras 37 e 38: Total de licenças concedidas por tipo e destino de obra, entre 1994 e 2000

Comparando as freguesias do Alto Concelho com as do Baixo Concelho é possível verificar que a esta última está associada a uma maior diversidade de tipos de construção e de destinos das obras, denotando-se claramente o carácter urbano das freguesias do Baixo Concelho, com efeito existem tipos de obras que são intrínsecos das freguesias mais urbanas, nomeadamente as Transformações e as Demolições. Da mesma forma, o Comércio e Serviços e Outros destinos são marcadamente urbanos,

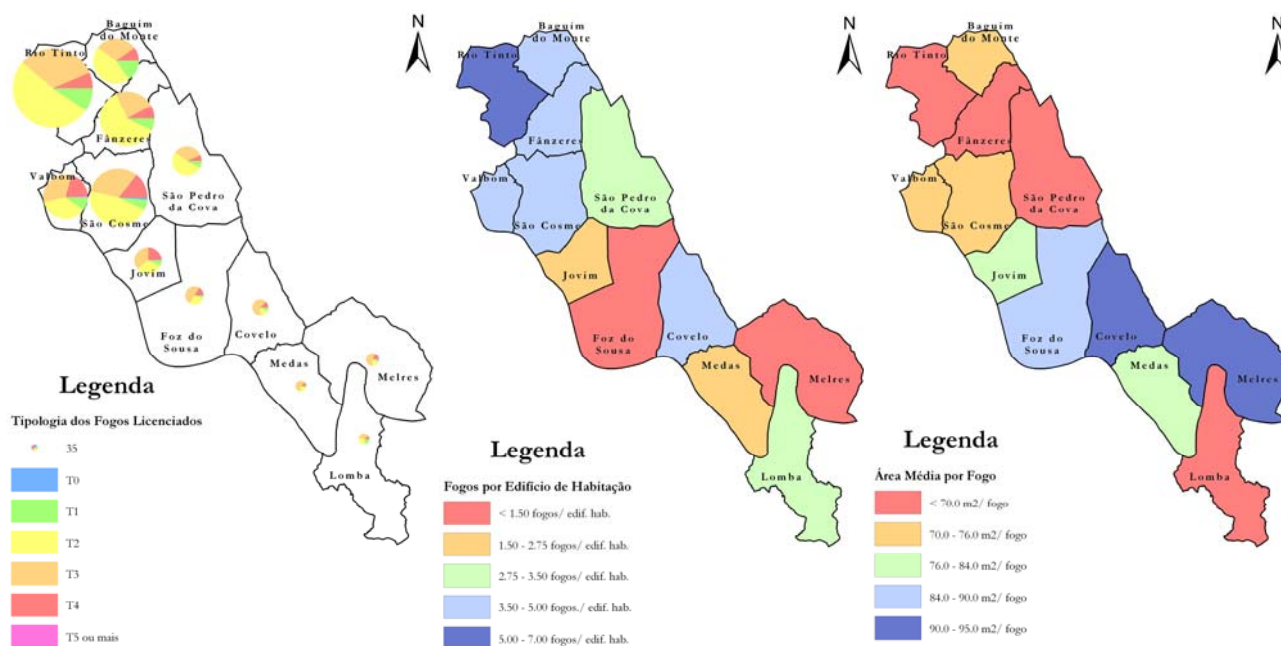
destacando-se no entanto que o seu grau de importância é muito inferior ao da habitação, não deixando no entanto de ser um facto merecedor de uma breve reflexão.

Por fim, cabe ainda referir que se denota uma clara aposta no turismo por parte dos investidores, uma vez que no espaço de 6 anos foram concedidas 8 licenças para Hotelaria, das quais 3 são para o Alto Concelho (2 em Melres e 1 em Covelo). Este fenómeno surge na sequência de o Alto Concelho se revelar cada vez mais um local para segundas residências, facto associado à paisagem e valores naturais desta unidade territorial, como já foi referido.

Ainda relacionado à análise dos licenciamentos estão as informações obtidas das licenças relacionadas com a tipologia dos fogos licenciados, bem como a área média destes. Os elementos mencionados permitem construir um índice de avaliação do mercado imobiliário e das próprias condições oferecidas a nível de habitação.

A figura 16 apresenta-nos o retrato da tipologia dos fogos licenciados entre 1994 e 2000, deixando perceber a preferência por T2 e T3, que vai de encontro aos dados da lotação média dos alojamentos em função da população apurados nos últimos censos. Porém distinguem-se duas situações relacionadas com as duas unidades territoriais intermédias, Baixo e Alto Concelho, verificando-se que na primeira prevalecem claramente os T2, conjugados com uma elevada fracção de T3, enquanto na segunda os T3 são sem dúvida os fogos mais frequentes.

Além disto é possível verificar que no Alto Concelho as restantes tipologias tem pouca representatividade, à excepção de Jovim e Melres que registam fracções significativas de fogos T4 e T5 ou superior. Lomba mais uma vez, protagoniza um caso particular, uma vez que apresenta cerca de 20% dos fogos do tipo T1, à semelhança do que se passa em Baguim.



Figuras 39, 40 e 41: Tipologia dos Fogos; Fogos por Edifício de Habitação; Área Média por Fogo, respectivamente

No que respeita ao número médio de fogos por edifício de habitação, identificam-se dois fenómenos interessantes, por um lado temos uma grande diversidade de situações no Alto Concelho, ressaltando-se a freguesia de Covelo, com uma média de 4.6 fogos por edifício, assumindo um valor superior ao registado para a média concelhia. Por outro lado, regista-se um número máximo de 7.0 fogos por edifício de habitação, o qual em termos de edifícios de habitação colectiva, tão próprios das zonas urbanas, é um índice relativamente baixo.

Ao se analisar a área média dos fogos licenciadas entre 1994 e 2000, verifica-se que as áreas maiores estão associadas ao Alto Concelho, com a excepção de Lomba, reforçando-se o facto de que se está perante uma zona de urbanização pouco intensa. Pelo contrário as áreas registadas no Baixo Concelho, em especial nas freguesias de Rio Tinto e Fânzeres, são efectivamente inferiores aos mínimos exigidos pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas para as tipologias dominantes, T2 e T3. Este facto poderá estar associado a falhas na troca de informações sobre as licenças, contudo merece alguma reflexão, uma vez que estes indicadores a serem realistas afectam directamente a população, diminuindo substancialmente a sua qualidade de vida.

Para concluir este estudo torna-se imperiosa uma análise que estabeleça uma relação entre a variação das famílias e a variação dos fogos no decorrer de um determinado período, afim de perceber qual a tendência e dependência existentes entre ambas. Como podemos verificar pelo gráfico abaixo que traduz a relação mencionada, o crescimento anual do número de fogos é, em todo o território concelhio, superior ao do número de famílias, no entanto, este fenómeno pode apresentar causas distintas.

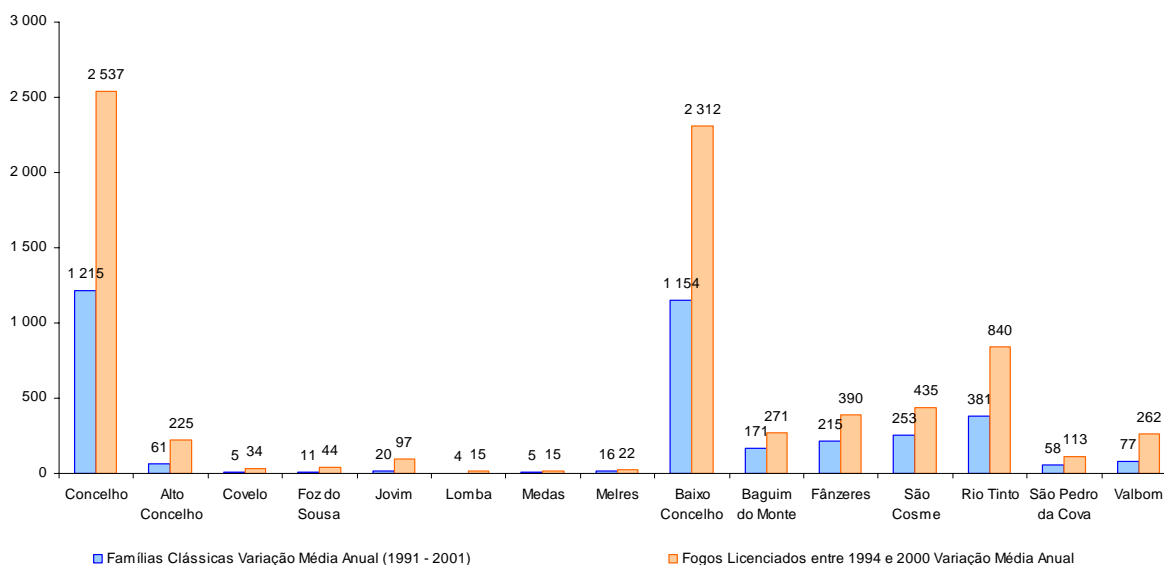


Gráfico 8: Evolução do número de famílias e alojamentos licenciados entre 1994 e 2001

Se por um lado, no Baixo Concelho, onde se localizam os aglomerados populacionais mais densos, como sejam Gondomar e Rio Tinto, essa situação pode relacionar-se com a dinâmica urbana instalada, bem como com a “centralidade” que estes núcleos representam, por outro no Alto Concelho este fenómeno poderá dever-se às características naturais e paisagísticas intrínsecas desta unidade territorial.

As freguesias que, no período em estudo, registaram maior desfazamento entre o crescimento do número de famílias e o do número de fogos, foram as de Jovim, Foz do Sousa e Covelo, porém convém referir que no panorama do Baixo Concelho, Valbom e Rio Tinto, registam valores superiores à média desta unidade territorial e à média concelhia. Convém, no entanto salientar que as diferenças para as freguesias mencionadas em primeiro lugar, são muito mais acentuadas, especialmente em Covelo, que regista um número de fogos licenciados quase 7 vezes superior ao número de famílias, apesar de os valores absolutos estarem muito aquém dos registados para qualquer das freguesias do Baixo Concelho.

Entre 1994 e 2000, as freguesias com maior peso relativamente ao número de licenciamentos no Alto Concelho, foram Jovim (42.9%) e Foz do Sousa (19.4%), enquanto Melres e Covelo, as freguesias de maior dinâmica populacional na década de 90, apresentam valores para o peso relativo da ordem dos 9.7% e dos 15.0%, respectivamente. No Baixo Concelho, a situação é semelhante, uma vez que a freguesia com maior peso relativo relativamente ao número de licenciamentos é Rio Tinto, estando as restantes aproximadamente ao mesmo nível entre si, à excepção de São Pedro da Cova, enquanto as freguesias com maior dinâmica populacional entre 1991 e 2001, são Baguim do Monte, Fânzeres e São Cosme.

Por fim, resta enaltecer a análise do número de fogos em relação ao número de famílias existentes para o período de 1994 a 2000, índice este que para a Alto Concelho assume valores bastante elevados, em média 3.2 fogos/família, enquanto para o concelho de Gondomar se registam 1.8 fogos/família. Este índice apresenta particular relevância para as freguesias de Covelo, Jovim e Foz do Sousa que registaram 5.5, 4.4 e 3.6 fogos por família, respectivamente, reforçando desta forma a tendência, já referida, para a existência de pressão de construção de segunda habitação.

IV. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA

1. INTRODUÇÃO

Embora a definição de uma estratégia de desenvolvimento económico se justifique, quer em termos teóricos, quer em termos de viabilidade de implementação, apenas para áreas geográfico-administrativas de maior dimensão: a região: e, por isso, seja da competência de planos de índole sócio-económica, pareceu-nos indispensável que o Plano Director Municipal, um plano essencialmente físico-territorial, fizesse referência a estes aspectos, mesmo que de carácter indicativo. Assim, este capítulo tem como objectivo o diagnóstico e as perspectivas por sector do sistema produtivo no concelho de Gondomar.

Em termos de metodologia procurou-se fazer uma avaliação pormenorizada dos dados disponíveis, para cada sector de actividade, tendo sido efectuado um enquadramento regional e o retrato concelhio exaustivo. Alinhando pelo princípio de definição das questões chaves como vectores estratégicos de planeamento e desenvolvimento, a profundidade da abordagem teve em consideração o peso real e potencial de cada actividade no concelho. Além desta abordagem, optou-se inicialmente por enquadrar o concelho na realidade regional, em termos de recursos humanos e emprego, descrevendo-se também para o concelho, quais as características mais importantes deste dois itens.

2. EMPREGO E RECURSOS HUMANOS

Para um claro entendimento das dinâmicas económicas do concelho num contexto regional, é necessário além da caracterização dos grandes sectores de actividade económica, conhecer a realidade da qualificação dos recursos humanos, mas também as ofertas de emprego. Uma vez que, a questão do nível de instrução da população já foi analisada no capítulo referente à Caracterização Demográfica (Cap. II), resta apenas a análise do emprego e recursos humanos que se apresenta de seguida, enaltecendo-se a competitividade das várias unidades territoriais em análise e as suas principais características.

A caracterização do emprego num contexto regional centrou-se essencialmente nas questões das taxas de actividade e de desemprego, surgindo posteriormente a clarificação do sector de actividade em que se encontra empregada a população, possibilitando desta forma ter-se a noção da distribuição da população e conseqüentemente inferir sobre as relações que estes resultados possuem com os níveis de qualificação analisados anteriormente.

$$\text{Taxa de Actividade} = \frac{\text{Pop. Activa}}{\text{Pop. Total}}$$

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{\text{Pop. Desempregada}}{\text{Pop. Activa}}$$

É possível através do gráfico abaixo, identificar um fenómeno interessante que respeita à diferença substancial entre a taxa de actividade nos homens e a taxa nas mulheres, sendo que a primeira é substancialmente mais elevada que a segunda, descrevendo um mercado de trabalho com mais vocacionado para os homens. Arouca e Castelo de Paiva registam os valores mais baixos para todas as taxas, em ambos os períodos em análise, de entre todas as unidades territoriais analisadas, o que revela um cenário algo preocupante. Castelo de Paiva regista efectivamente um valor muito reduzido para a taxa de actividade nas mulheres, indiciando que neste concelho o mercado está definitivamente mais vocacionado para os homens.

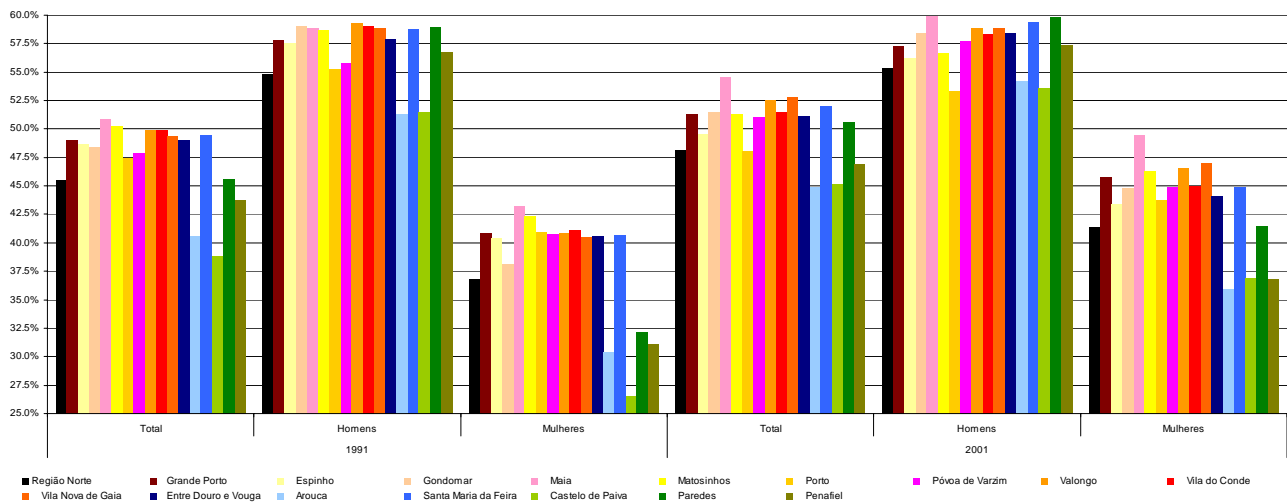


Gráfico 10: Taxa de Actividade Total, nos Homens e nas Mulheres, em 1991 e 2001

Por outro lado, o Porto apresenta o valor mais baixo em 2001 para a taxa de actividade nos homens, registando conseqüentemente a diminuição mais drástica para este índice entre 1991 e 2001. Além disto, é ainda possível verificar que em 2001, Maia, Santa Maria da Feira e Paredes são os concelhos que registam os valores mais elevados na taxa de actividade nos homens. A Maia destaca-se ainda por apresentar o valor mais

elevado para as três taxas em análise, revelando uma capacidade de atracção e fixação de população.

Gondomar por sua vez, apresenta valores intermédios para as taxas em análise quer no contexto da AMP, quer mesmo a nível da região e dos concelhos vizinhos. É ainda de salientar que no que respeita à taxa de actividade nas mulheres, em especial no valor registado em 1991, Gondomar situa-se abaixo da média da AMP, reflectindo um mercado de trabalho com maior abertura para os homens.

Em termos de variação da taxa de actividade, representada no gráfico abaixo, convém salientar dois aspectos que sobressaem numa primeira abordagem, os quais estão relacionados, por um lado com o aumento do número de mulheres no mercado do trabalho, enquanto por outro se verificam situações de diminuição ligeira do número de homens. É possível constatar que a maioria dos concelhos da AMP, registam diminuições na taxa de actividade nos homens, enquanto para a taxa de actividade nas mulheres assinalam aumentos consideráveis. Estas tendências revelam uma tentativa de aproximação das duas taxas, a qual ainda não é uma realidade, existindo por conseguinte, mais homens no mercado de trabalho do que mulheres.

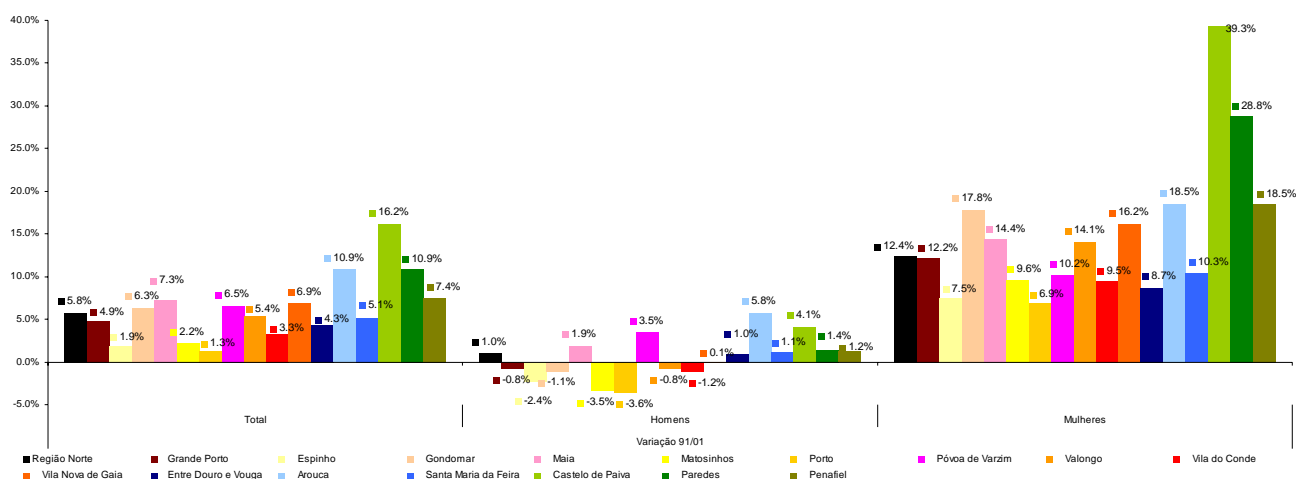


Gráfico 11: Variação da Taxa de Actividade Total, nos Homens e nas Mulheres, entre 1991 e 2001

De entre as unidades territoriais em estudo Castelo de Paiva, Paredes, Penafiel e Arouca, são os concelhos que registam aumentos mais significativos de população activa, quer em termos totais, quer nos homens e nas mulheres, o que se reflecte obviamente num aumento da taxa de actividade, indiciando um processo de recuperação em termos de mercado de trabalho, apesar de mesmo assim ainda registarem níveis inferiores às unidades territoriais envolventes. O Porto protagoniza uma

situação oposta, isto é, é o concelho que apresenta variações das taxas mais baixas, assim como Espinho, o que reflecte alguma recessão no mercado de trabalho.

Gondomar, por sua vez, regista o valor mais elevado de variação para a taxa de actividade nas mulheres no Grande Porto, e uma das mais elevadas no total, o que reflecte um mercado de trabalho em expansão, todavia, mais voltado para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres do que propriamente no aumento de homens a trabalhar. É ainda de referir que a Maia e a Póvoa de Varzim são os únicos concelhos da AMP que registam aumentos na taxa de actividade dos homens e na taxa de actividade das mulheres.

No que toca à taxa de desemprego, expressa no gráfico abaixo, é possível verificar situações distintas para os três casos, estando no entanto a taxa de desemprego nas mulheres associada a valores mais elevados tanto para 1991 como para 2001. Castelo de Paiva, Porto e Arouca destacam-se, no contexto das unidades territoriais em que se inserem, em relação a qualquer das taxas de desemprego analisadas, denunciando deficiências no mercado de trabalho, especialmente para as mulheres. Efectivamente entre 1991 e 2001, ocorreram algumas flutuações para as taxas em análise o que provocou algumas mudanças nos concelhos mais afectados pelo desemprego, registando-se um aumento generalizado destas taxas, que indicia uma recessão generalizada no mercado de trabalho, a qual afecta todo o país.

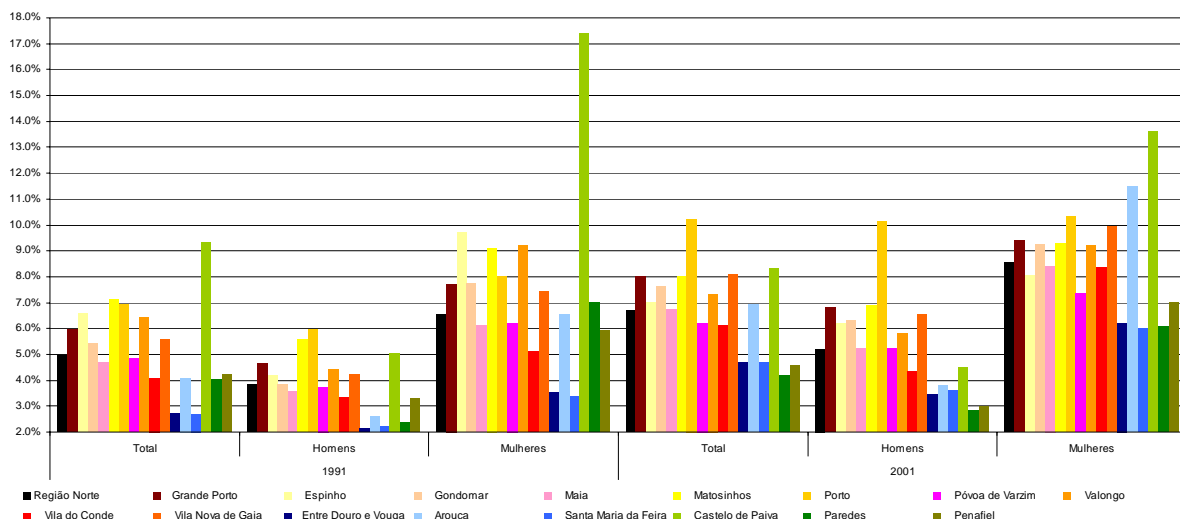


Gráfico 12: Taxa de Desemprego Total, nos Homens e nas Mulheres, em 1991 e 2001

No contexto da AMP é possível verificar que, em 2001, Matosinhos Porto e Vila Nova de Gaia são os concelhos que apresentam taxas de desemprego mais elevadas,

assim como Valongo e Gondomar apenas na taxa de desemprego nas mulheres. Estas situações reflectem deficiências no mercado de trabalho da AMP, em especial nestes concelhos, denotando-se claramente que as mulheres são por norma mais afectadas do que os homens.

Merece ainda atenção o facto de que tanto o agrupamento de Entre Douro e Vouga, como os concelhos a este pertencentes registam níveis de desemprego bastante mais baixos do que as restantes unidades territoriais, tanto para 1991, como para 2001. Porém, Arouca destaca-se deste cenário, pelo elevado valor de mulheres desempregadas, fenómeno que se torna mais evidente em 2001, fazendo aumentar a taxa já elevada.

Por fim, convém referenciar a situação de Gondomar neste contexto, verificando-se que tanto para 1991 como 2001 se situa ligeiramente abaixo da média da AMP, mas acima dos concelhos circunvizinhos, pertencentes a outras unidades territoriais, evidenciando algumas deficiências em relação a estes.

Voltando a atenção para as variações ocorridas na década em análise é possível verificar que o desemprego se tornou numa realidade em verdadeira expansão, ou seja, nos últimos dez anos a taxa de desemprego total, nos homens ou nas mulheres, aumentou bruscamente. Existem no entanto cinco excepções, duas relacionadas com a taxa nos homens, duas com a taxa nas mulheres e a outra relacionada com a taxa total, que poderão apenas reflectir um fenómeno de equilíbrio em relação a décadas passadas, e não propriamente associadas a um aumento de postos de trabalho.

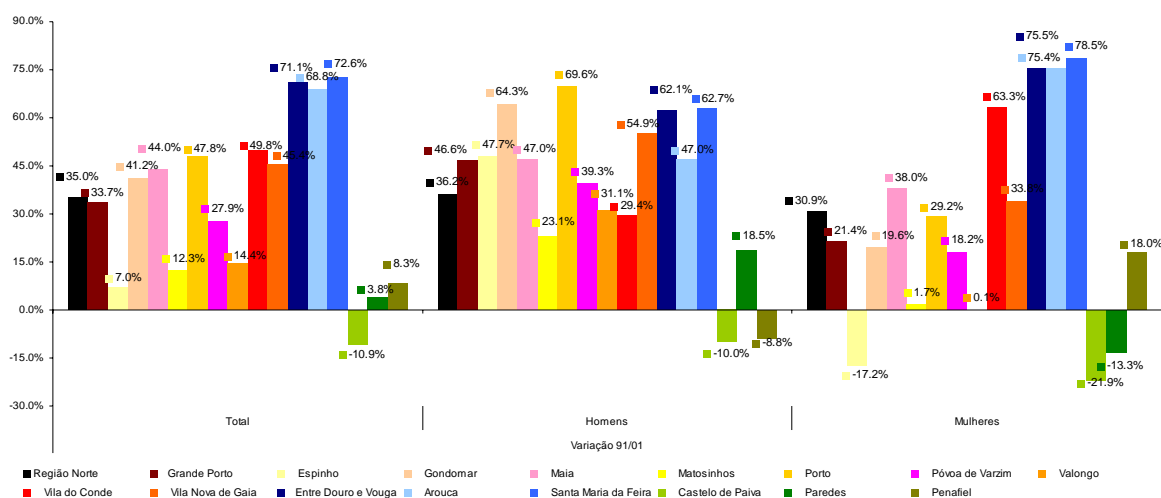


Gráfico 13: Variação da Taxa de Desemprego Total, nos Homens e nas Mulheres, entre 1991 e 2001

No contexto global deste enquadramento regional é possível verificar que as variações mais significativas das taxas estão associadas aos concelhos e agrupamento que, tanto em 1991, como em 2001, registaram os valores de taxa de desemprego mais baixos, descrevendo por conseguinte um cenário de crescente preocupação, isto é, apesar de terem as taxas mais baixas revelam um aumento nos últimos anos que poderá conduzir num futuro próximo à igualdade destas com as registadas para os concelhos vizinhos.

Por fim, resta salientar que no contexto da AMP, Gondomar apresenta variações superiores à média, especialmente na taxa de desemprego nos homens, fenómeno que merece alguma atenção. Maia, Porto, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, à semelhança de Gondomar também apresentam variações superiores à média, suscitando também a atenção.

Numa posição inversa à mencionada anteriormente, está Castelo de Paiva que apresenta para os períodos em análise e para a taxa de desemprego total e nas mulheres valores bastante elevados quando comparados com os dos concelhos pertencentes ao mesmo agrupamento, e que em termos de variação regista diminuições, denunciando uma certa estabilização do fenómeno. Penafiel e Paredes são os únicos concelhos, além de Castelo de Paiva, neste contexto que apresentam diminuições nas taxas de desemprego, isto é, apresentam uma diminuição da taxa de desemprego entre 1991 e 2001.

Em complementaridade às taxas analisadas acima, segue-se agora uma análise à distribuição da população empregada em função do sector de actividade, expressa no gráfico seguinte. Numa primeira abordagem é possível aferir que o sector Primário não tem quase relevância no contexto regional, destacando-se apenas a Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Arouca, com níveis a rondar os 10%, se bem que no último caso este número é ultrapassado.

Além disto é ainda possível averiguar que os concelhos pertencentes à AMP, consequentemente mais urbanos, têm a maioria da sua população empregada no Sector Terciário, estando o mercado de trabalho também muito mais vocacionado para os serviços, o que reflecte também o nível de instrução que a população residente possui. Nestes concelhos efectivamente a fracção de população com o ensino secundário e superior é muito mais elevada do que nos restantes.

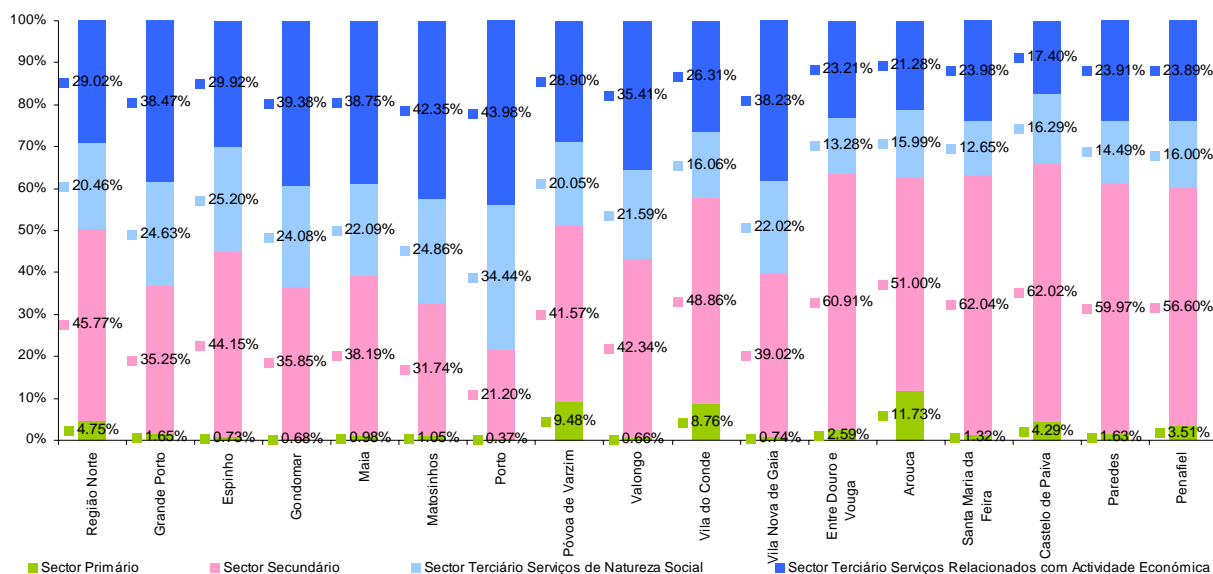


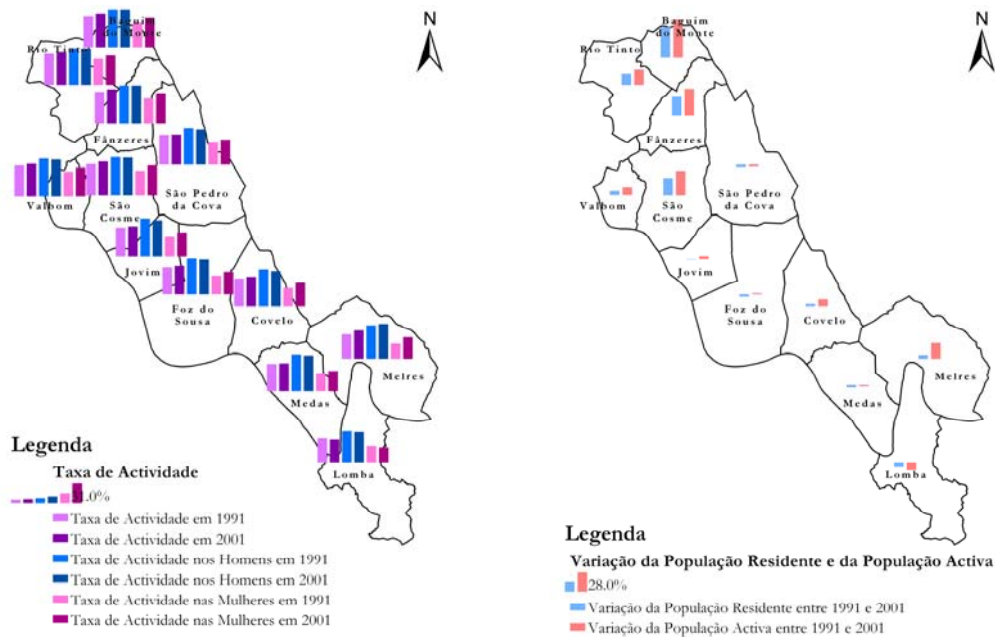
Gráfico 14: População Empregada por Sector de Actividade em 2001

Convém ainda salientar que o Porto protagoniza a situação mais díspar, uma vez que possui mais de 75% da sua população empregada no Sector Terciário, reflectindo por conseguinte, que será neste concelho que se encontram centralizada a maioria dos serviços. Da mesma forma, Santa Maria da Feira e Castelo de Paiva também se destacam por possuir quase 65% da população empregada no sector Secundário, denunciando a possibilidade de nestes concelhos existirem indústrias com alguma relevância, especialmente em termos de dimensão humana.

Por fim, resta apenas mencionar que, para todas as unidades territoriais em análise neste contexto regional, o Sector Terciário se encontra mais vocacionado para os Serviços relacionados com a actividade económica, o que reforça obviamente as características urbanas.

No contexto concelhio as principais dinâmicas económicas serão retratadas recorrendo não só às taxas de actividade e desemprego, mas também à análise de outros elementos caracterizadores das referidas taxas, bem como à distribuição da população por sector de actividade. Em relação à taxa de actividade optou-se por complementar a análise com a comparação da variação da população activa com a variação da população residente em igual período, afim de tentar entender as dependências e relações entre estes dois pontos. No que toca à taxa de desemprego escolheu-se fazer a caracterização da população desempregada, ou seja, distinguir entre população à procura do 1.º emprego ou à procura de novo emprego.

Numa primeira abordagem é possível verificar na figura 1 que a taxa de actividade nas freguesias do Alto Concelho é substancialmente mais baixa do que nas freguesias do Baixo Concelho, fruto do cariz marcadamente urbano destas últimas. Além disto é também reconhecível que entre as freguesias do Alto Concelho existem situações distintas, pois tanto Lomba como Melres registam valores bastante inferiores em relação às restantes freguesias.



Figuras 43 e 44: Taxa de Actividade e Variação da População Residente e da Activa entre 1991 e 2001, respectivamente

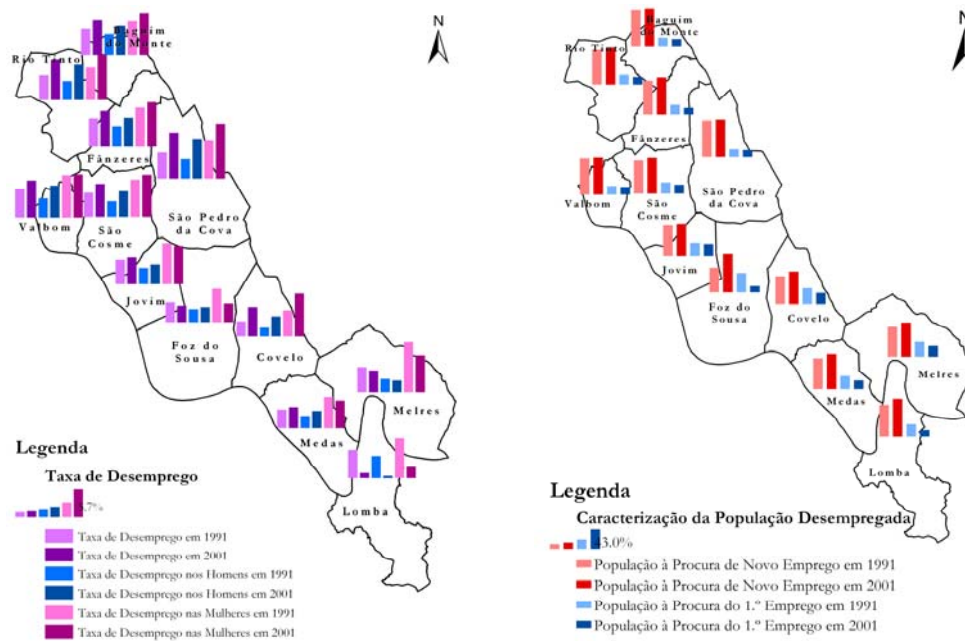
Existe porém um fenómeno que é transversal às duas unidades territoriais e que se relaciona com a desigualdade entre a taxa de actividade nos homens e a taxa de actividade nas mulheres, fenómeno aliás que já detectado no enquadramento regional. Contudo existem situações, essencialmente no Alto Concelho, em que a taxa de actividade nas mulheres representa entre metade a dois terços do valor da taxa de actividade nos homens.

Convém realçar que em 1991, Melres, e em 2001, Lomba, se destacam, por possuírem taxas de actividade nas mulheres inferiores a 25%, o que revela um cenário deveras preocupante. Lomba efectivamente, protagoniza o caso mais problemático, uma vez que tanto a taxa de actividade total, como a taxa de actividade nos homens e nas mulheres, apresentam o valor mais baixo do concelho, bastante abaixo da média (abaixo dos 50%).

Para terminar a análise à figura 1, resta ainda referir que por um lado se verificaram aumentos consideráveis em todas as freguesias para a taxa de actividade total e para a taxa de actividade nas mulheres, à excepção de Lomba que regista uma diminuição de quase 10% para esta última. Por outro lado, a taxa de actividade nos homens diminui em quase todas as freguesias, à excepção do aumento de quase 5% em Melres e de variações quase nulas em Baguim do Monte e Fânzeres.

Quanto às variações da população residente e da população activa cabe referir que apenas três freguesias, Lomba, Medas e São Pedro da Cova, registam variações negativas para ambos os elementos em análise, não sendo contudo muito significativas, denuncia um claro abandono e falta de incentivos de fixação de população. Foz do Sousa e Jovim por sua vez, apesar de apresentarem variações negativas quanto à população residente, conseguem conquistar população activa. De modo geral, pode afirmar-se que os aumentos de população são sempre mais significativos de população, o que poderá estar associado ao ganho de população em idade activa, fenómeno bastante benéfico para o crescimento do concelho.

As figuras seguintes respeitam à caracterização da taxa de desemprego e é possível verificar que existem essencialmente duas realidades associadas às duas unidades territoriais intermédias, Baixo e Alto Concelho, uma vez que na primeira a taxa de desemprego é bastante superior aos valores registados na segunda. No que toca à diferenciação do tipo de situação da população desempregada é a procura de novo emprego que tem mais relevância.



Figuras 45 e 46: Taxa de Desemprego e Características da População Desempregada em 1991 e 2001, respectivamente

É possível verificar que no Alto Concelho se registam as maiores disparidades entre a taxa de desemprego nos homens e a taxa nas mulheres, sendo esta por norma, ligeiramente superior. Este facto pode decorrer de inúmeros factores, tendendo no entanto a estar associado a factores sociais e culturais, uma vez que tanto na análise regional como em nesta análise se verifica que a taxa de desemprego das mulheres é sempre superior.

As taxas de desemprego mais elevadas são registadas no Baixo Concelho, em Rio Tinto e em São Pedro da Cova, e no Alto Concelho, em Covelo e em Jovim. Pelo contrário Lomba regista as taxas mais baixas, as quais não chegam a atingir 3.0%. Porém, os valores da taxa de desemprego total, nos homens e nas mulheres, auferidas em Lomba, estão associadas a uma diminuição brutal nos últimos dez anos, fruto provavelmente do abandono da população.

Por outro lado, em Covelo registam-se aumentos muito significativos das taxas de desemprego em análise, aumentos que rondam os 120%, o que suscita alguma preocupação e merece reflexão, assim que seja possível identificar as causas directas deste fenómeno, que deverão provavelmente estar associadas à diminuição de postos de trabalho. Da mesma forma, também as freguesias do Baixo Concelho registam

aumentos consideráveis para as taxas em estudo, especialmente para a taxa nos homens, ultrapassando em alguns casos os 90%.

Para finalizar a análise das taxas de desemprego e das características da população desempregada, convém realçar que a população à procura de novo emprego aumentou consideravelmente nos últimos dez anos, o que leva a crer que poderão estar a ocorrer um de dois fenómenos: a renovação/ regeneração dos quadros, ou o encerramento de vários postos de trabalho, sendo que esta última hipótese se apresenta como mais provável devido ao aumento generalizado da taxa de desemprego.

Cabe agora examinar a distribuição da população por sector de actividade, afim de se entender quais os sectores que movimentam a economia do concelho, essencialmente a nível da população, uma vez que para se ter uma noção real da importância de cada sector na economia concelhia seria necessário analisar os valores do PIB, valores estes que não se encontram disponíveis, existindo apenas como referência os relativos a 1970, que no nosso ponto de vista já não correspondem à realidade. Através da figura seguinte é imaginável um retrato concelhio dos sectores de actividade com maior impacto a nível de oferta de emprego, verificando-se à priori que o sector terciário assume o papel principal, salvo em São Pedro da Cova e Lomba. De salientar ainda que o Baixo Concelho se distingue no entanto por uma forte dependência do sector terciário, como seria de esperar, uma vez que este território possui características mais urbanas, enquanto no Alto Concelho, sector secundário e sector terciário rivalizam por este papel.

Além disto é ainda possível averiguar que as freguesias do Baixo Concelho, com características mais urbanas, fruto da proximidade dos outros concelhos da AMP e das acessibilidades privilegiadas, têm a maioria da sua população empregada no sector terciário, o que reflecte também o nível de instrução que a população residente possui. Nestas freguesias efectivamente a fracção de população com o ensino secundário e superior é muito mais elevada do que nos restantes. Rio Tinto, São Cosme e Valbom são as freguesias que registam maior nível de população empregada no sector terciário, enquanto Lomba é a freguesia que regista o nível mais baixo.

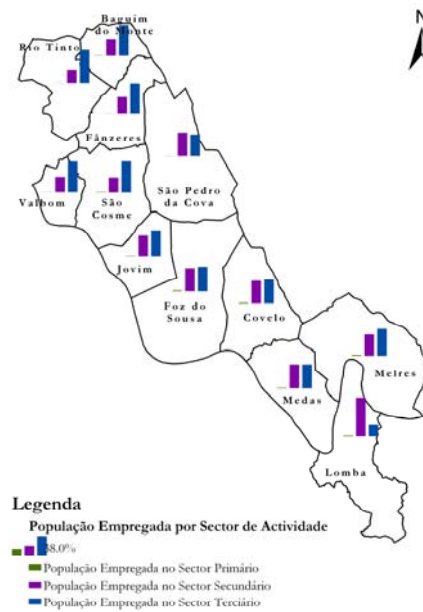


Figura 47: População Empregada por Sector de Actividade em 2001

Convém ainda salientar que Lomba protagoniza uma realidade totalmente díspar das restantes freguesias e do próprio concelho, uma vez que possui mais de 75% da sua população empregada no sector secundário, reflectindo a dependência desta freguesia das pequenas indústrias que aí se localizam. Da mesma forma, as restantes freguesias do Alto Concelho também se destacam por possuírem valores muito próximos dos 50% da população empregada no sector secundário. Rio Tinto, porém apresenta um valor bastante baixo, inferior aos 30%,o que reforça mais uma vez a realidade de ser uma freguesia profundamente vocacionada para s serviços.

Por fim, resta apenas mencionar que apenas as freguesias do Alto Concelho apresentam valores superiores a 1.0% de população empregada no sector primário, o que revela um claro abandono das actividades associadas a este sector. Covelo e Melres registam os valores mais elevados, mas não vão além dos 2.0%, enquanto São Cosme atinge quase 1.0%.

3. SECTOR PRIMÁRIO

a) Caracterização Geral do Sector

Tal como já foi analisado e referenciado anteriormente o sector primário não possui grande impacto e visibilidade a nível de postos de trabalho, porém cerca de 23% do território concelhio correspondem a áreas agrícolas, segundo a Carta de Ocupação de Solo de 90, o que revela por seu turno, alguma relevância em termos físicos. O facto de não existir uma elevada fracção de mão-de-obra associada a este sector, pode no entanto estar relacionada com uma visão mais empresarial do sector, que fomenta a crescente mecanização e industrialização do sector, em substituição da mão-de-obra tradicional, tornando o sector mais competitivo.

Como se pode verificar pela imagem abaixo a maioria das empresas e sociedades sedeadas no concelho de Gondomar têm como principal actividade a Agricultura. Porém em Valbom, Jovim e Foz de Sousa, as empresas dedicadas à Pesca assumem alguma relevância, especialmente nos dois primeiros casos. Esta situação advém essencialmente da sua localização geográfica, que resulta da proximidade a cursos de água.

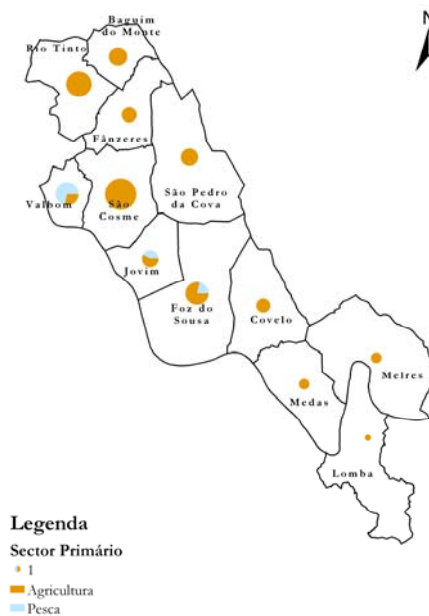


Figura 48: Empresas no Sector Primário em 2001

É ainda possível verificar que existem mais empresas sedeadas no Baixo Concelho do que no Alto Concelho, consequência não só das diferenças de mentalidade

e visão empresarial entre a população da zona urbana e a da zona rural, mas também, fruto das difíceis condições naturais para a exploração agrícola no Alto Concelho, especialmente no que se refere à introdução de máquinas agrícolas.

A tabela seguinte permite ter uma noção das características fundiárias gerais das explorações, porém antes de proceder à análise dos dados da tabela é importante compreender o qual o significado das variáveis descritas, afim de se entender qual o resultado que produzem. Vejamos então a definição de SAU e Bloco com SAU:

Superfície Agrícola Utilizada (SAU), entende-se como a superfície da exploração que inclui terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

Bloco com SAU define-se como a parte das terras da exploração inteiramente rodeada de terra, águas, etc., não pertencentes à exploração, considerando-se um bloco único o que é atravessado por uma estrada ou caminho, por uma linha-férrea, etc., desde que essa interrupção não prejudique a continuidade, em termos de passagem dum lado para o outro, podendo possuir acesso a caminhos públicos, ou seja, existe acesso a um caminho quando é possível passar um tractor durante a maior parte do ano.

	EXPLOR.	SUP. AGRÍCOLA UTILIZADA (SAU) (ha)				SAU POR EXPLOR.	BLOCOS COM SAU / EXPLOR.	SUP. IRRIGÁVEL	POP. AGRÍCOLA
		TOTAL	CONTA PRÓPRIA	ARREND.	OUTRAS FORMAS				
Concelho	779	1563	1114	317	131	2.01	3.34	1388	2751
Alto Concelho	398	680	527	63	89	1.71	3.36	646	1559
Covelo	44	76	66	5	5	1.73	4.48	76	175
Foz do Sousa	118	236	184	18	33	2.00	3.70	222	460
Jovim	38	111	72	7	32	2.92	2.97	106	135
Lomba	36	42	37	2	3	1.17	2.94	39	138
Medas	55	82	60	14	8	1.49	2.71	80	203
Melres	107	133	108	17	8	1.24	3.36	123	448
Baixo Concelho	381	884	588	253	42	2.32	3.37	741	1192
Baguim do Monte	36	72	44	20	8	2.00	4.06	62	124
Fânzeres	77	141	86	52	4	1.83	2.57	126	247
São Cosme	133	327	217	95	14	2.46	2.80	250	366
Rio Tinto	69	216	132	76	7	3.13	4.09	183	220
São Pedro da Cova	41	98	86	7	5	2.39	4.80	94	165
Valbom	25	30	23	3	4	1.20	1.92	26	70

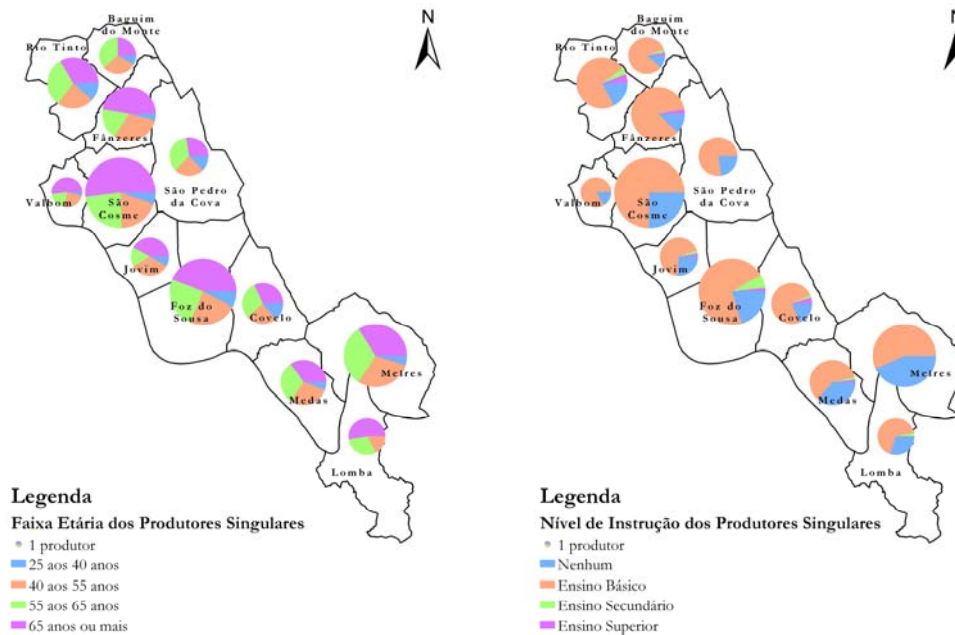
Quadro 16: Características Fundiárias das Explorações no concelho de Gondomar em 1999

Das definições anteriores e dos valores registados no quadro acima conclui-se que Gondomar não é um concelho muito voltado para a Agricultura, uma vez que não possui muitas explorações e a área útil destas não ultrapassa em média os 2 hectares. Além disto a desagregação substancial por exploração, ou seja, o elevado número de blocos por exploração, constitui um verdadeiro entrave à modernização e competitividade das explorações. Outro facto que fomenta esta constatação diz respeito à reduzida fracção da população residente que depende directamente da agricultura, isto é, a população agrícola representa pouco mais de 1.5% da população residente. Porém convém salientar que em termos de superfície irrigável o concelho apresenta uma situação muito favorável, uma vez que quase toda a SAU se encontra abrangida, em algumas freguesias chega a fracção de SAU abrangida chega a ser de 100%.

Por fim, resta mencionar que o número de explorações existentes é bastante inferior ao número de empresas e sociedades sedeadas no concelho, além da maioria das explorações serem exploradas por conta própria, o que delinea um cenário de subaproveitamento dos recursos e da ausência de cooperação e associação entre os produtores para aumentar a produção e obter um escoamento competitivo dos produtos.

b) Características dos Produtores Singulares

O conhecimento das especificidades da mão-de-obra agrícola permite entender quais as suas principais limitações e o tipo de recursos humanos que são mobilizadas para a produção. É portanto essencial conhecer além da faixa etária dos produtores singulares, o nível de instrução que possuem, pois estes são efectivamente dois parâmetros decisivos na integração de uma visão empresarial para a exploração.



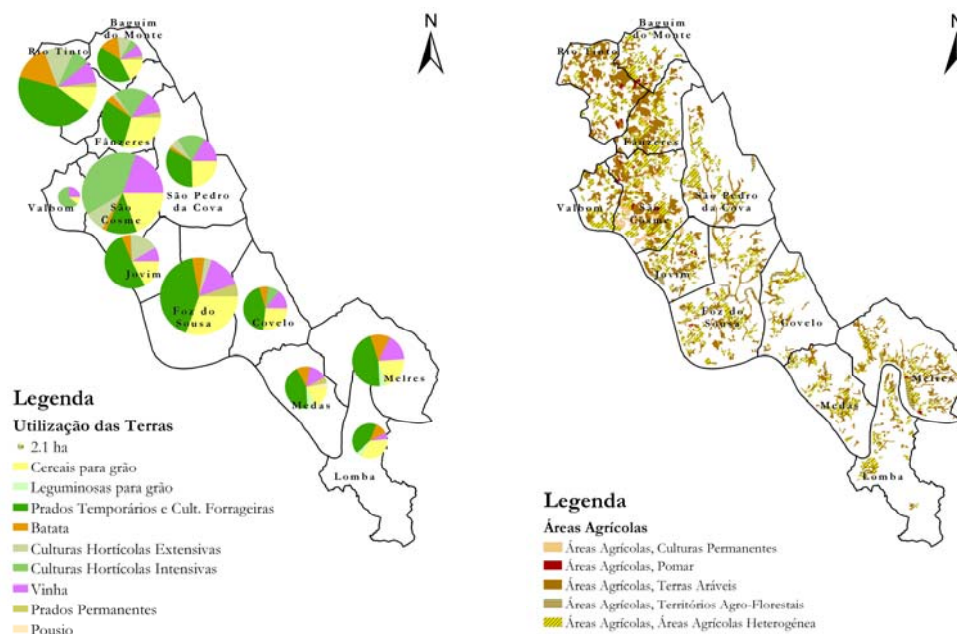
Figuras 49 e 50: Faixa Etária e Nível de Instrução dos Produtores Singulares em 1999

É possível reconhecer logo à partida que não existem produtores com menos de 25 anos, facto que se apresenta como desfavorável para o crescimento deste sector, uma vez que este necessita de modernizações urgentes e profundas, com ideias e formas de produção inovadoras e competitivas. Além disto a grande maioria dos produtores tem mais de 65 anos, o que ainda torna o cenário pior. As faixas etárias intermédias, alternam-se entre si, destacando-se no entanto situações, como Rio Tinto, Baguim do Monte, São Pedro da Cova e Covelo, em que todas as faixas etárias têm uma importância semelhante.

No que respeita ao nível de instrução do Produtor Singular, é bem patente o baixo nível de formação destes, visto que em média mais de metade dos produtores possui apenas o ensino básico completo e uma fracção quase insignificante concluiu o secundário ou o ensino superior. Existe ainda uma fracção considerável da população, especialmente no Alto Concelho que não possui qualquer nível de ensino, fruto possivelmente de terem começado desde de muito cedo o trabalho na agricultura. Rio Tinto, Foz do Sousa, Baguim do Monte e Covelo, constituem pequenas excepções, pois apresentam uma fracção com alguma importância de produtores como ensino secundário ou superior.

c) Utilização das Terras

No âmbito da caracterização do Sector Primário, é absolutamente necessária a identificação dos produtos mais relevantes produzidos na unidade territorial em estudo, de forma a ser possível avaliar o funcionamento e perspectivas para o sector. A utilização das terras, segundo o tipo de cultura, e a forma de ocupação física no território surgem como pontos fulcrais de reflexão e análise. As imagens abaixo pretendem efectivamente espelhar estes parâmetros, sendo possível verificar logo à partida que é no Baixo Concelho que se encontram as áreas agrícolas mais significativas, associadas essencialmente a prados temporários e culturas forrageiras, mas também a cereais para grão.



Figuras 51 e 52: Utilização das Terras em 1999; Áreas Agrícolas segundo a Carta de Ocupação do Solo 90, respectivamente

Antes de se iniciar uma análise mais profunda, aos dados expressos nos mapas anteriores, convém esclarecer a relação entre as designações do tipo de cultura e a classificação da ocupação do solo. A relação não é directa e não permite a identificação clara do tipo de cultura na carta de ocupação do solo, porém existem relações que tornam válidas as análises subsequentes. Na categoria de Terras Aráveis são incluídas as superfícies que são mobilizadas frequentemente com lavouras, cavas, sachas, etc., pertencendo assim a esta categoria, os cereais e leguminosas para grão, os prados temporários e culturas forrageiras, a batata, as culturas hortícolas extensivas e intensivas, e ainda o pousio.

As Culturas Permanentes identificadas na Carta de Ocupação do Solo, dizem respeito à Vinha, enquanto os Prados Permanentes podem ser entendidos como Territórios Agro-Florestais. No caso de Áreas Agrícolas Heterogéneas que resultam da conjugação de dois tipos de culturas é mais difícil, a identificação em termos de culturas, porém convém salientar que a maioria das manchas pertencentes a esta categoria são culturais anuais + vinha, assim como no caso do Pomar identificado na COS, que respeita a um misto de pomares.

Desta forma, é possível realmente verificar que ao se juntar as áreas de Culturas Permanentes e Áreas Agrícolas Heterogéneas obtemos superfícies bastante expressivas, essencialmente para as freguesias de São Cosme, São Pedro da Cova, Foz do Sousa, Melres, Covelo, Medas e Fânzeres, as quais correspondem realmente a Vinha. Do mesmo modo é possível constatar que as manchas de terras aráveis existentes por exemplo em Rio Tinto pertencem a culturas forrageiras que são muito utilizados para alimentar o gado.

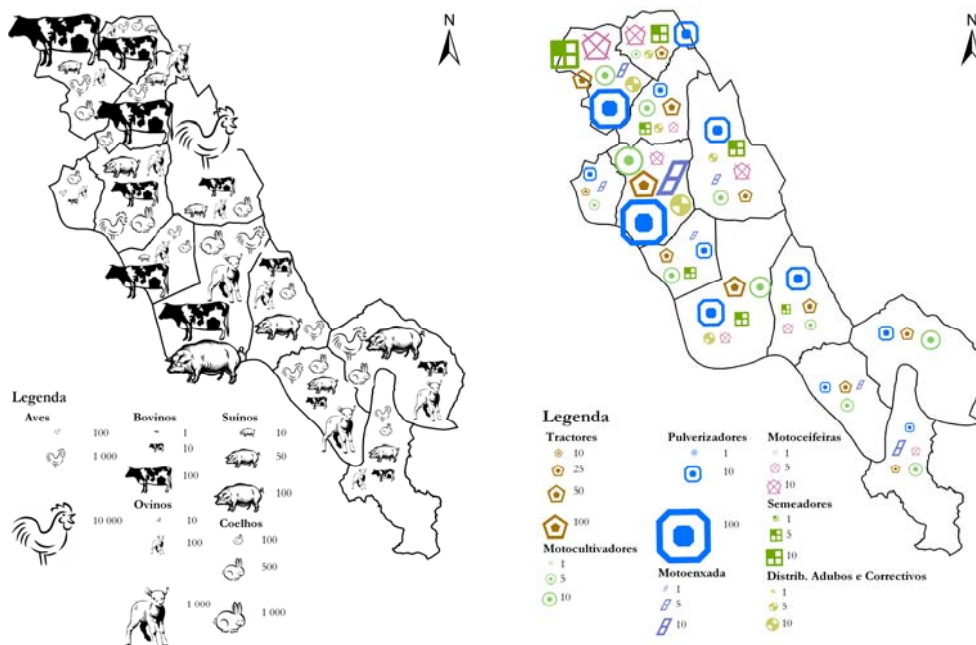
Em suma, os produtos que resultam das explorações agrícolas existentes no concelho, são essencialmente produtos para o mercado local ou de consumo próprio, podendo no entanto existir uma fracção considerável, associada provavelmente à batata e às culturas hortícolas, que se destine a abastecer o Mercado Abastecedor do Porto, que se localiza próximo do Baixo Concelho. Este fenómeno poderá estar na origem das expressivas áreas agrícolas nesta parte do concelho, além de o solo nesta unidade territorial apresentar características mais favoráveis para a ocupação agrícola.

d) Efectivo Animal e Mecanização Agrícola

Para terminar a caracterização do Sector Primário resta avaliar o efectivo animal existente no concelho e o grau de mecanização que está à disposição dos produtores, de forma a entender quais as principais tendências e especificidades do sector no concelho. As imagens seguintes traduzem respectivamente a distribuição por freguesia dos cinco grupos de animais mais numerosos e também a distribuição do equipamento agrícola, podendo ser identificado o tipo de equipamento e o número de máquinas disponível.

As aves, são sem sombra de dúvida, o grupo de animais mais expressivo, existindo em todas as freguesias, porém nem todas serão para abate e comercialização,

mas sim para consumo próprio. Um facto interessante é o elevado número de bovinos em Rio Tinto, Baguim do Monte, Fânzeres, Jovim e Foz do Sousa, denunciando claramente a existência de explorações com elevada capacidade produtiva, associada provavelmente à produção de leite. Verifica-se que quer os Ovinos, quer os Suínos, têm mais representatividade no Alto Concelho, fenómeno que poderá estar associado a factores de subsistência do que a produção para comercialização. Por fim, resta referir que os Coelhoos existentes não possuem muita expressividade no contexto geral estando provavelmente associados a consumo próprio e portanto não entram na cadeia de comercialização.



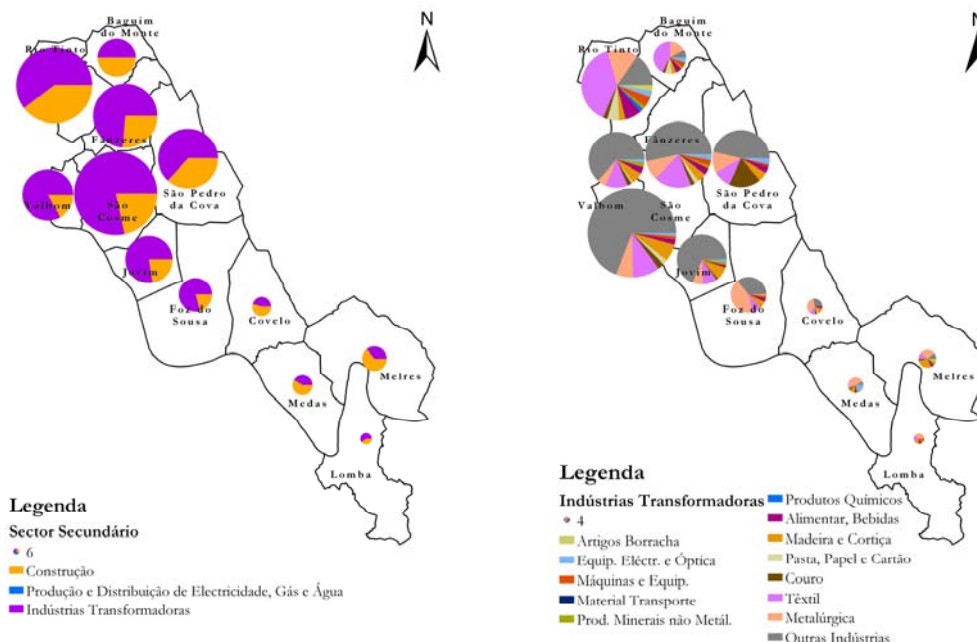
Figuras 53 e 54: Efectivo Animal e Mecanização Agrícola em 1999, respectivamente

A mecanização agrícola como já foi referido constitui um dos pontos essenciais para o desenvolvimento do sector agrícola, sendo portanto crucial o conhecimento do nível de mecanização. As freguesias do Baixo Concelho, são sem sombra de dúvida, as que apresentam maior nível de mecanização tendo em conta não só o número de equipamentos disponíveis, mas também a variedade existente. Rio Tinto e São Cosme, destacam-se logo à partida, porém é em Rio Tinto que se encontra a maior diversidade de equipamentos, especialmente pulverizadores, semeadores e motoceifeiras. Em contrapartida, Valbom, Lomba e Medas, são as freguesias que apresentam menos equipamentos e por conseguinte menor grau de mecanização.

4. SECTOR SECUNDÁRIO

Antes de se proceder à análise da distribuição das empresas no Sector Secundário por Classe de Actividade Económica no concelho e nas freguesias, importa lembrar que em termos de efectivos, ou seja, em termos de população empregada neste sector atinge valores bastante relevantes. No Alto Concelho pode-se considerar mesmo que constitui uma fonte fulcral de emprego, enquanto no Baixo Concelho apesar de ter menor representatividade em termos percentuais, acaba por se traduzir em maior número de postos de trabalho, pois a população empregada é muito superior.

Em termos de importância e relevância do Sector Secundário para cada freguesia, o cenário quase não difere em relação à situação descrita para o nível de efectivos a trabalhar no Sector. Pela figura 13 é possível perceber que é no Baixo Concelho que se concentra o maior número de empresas, especialmente em São Cosme e Rio Tinto, verificando-se efectivamente que as empresas aqui sedeadas são Indústrias Transformadoras. Pelo contrário, no Alto Concelho, as empresas existentes são essencialmente de Construção, à excepção de Jovim e Foz do Sousa, que sofrem ainda influências do território urbano.



Figuras 55 e 56: Empresas no Sector Secundário; Indústrias Transformadoras em 2001, respect.

Deve ainda salientar-se que a actividade de Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água aparece na legenda da figura 13, simplesmente porque existe

uma empresa sediada em São Cosme que tem como principal actividade a mencionada acima, apesar de no contexto geral esta não ter qualquer visibilidade.

No que toca ao Sector da Construção convém realçar que as empresas existentes, essencialmente as sediadas nas freguesias do Alto Concelho, são em geral de pequena dimensão e recorrem frequentemente à contratação de mão-de-obra por empreitada, subsidiando por conseguinte, a possibilidade de dupla actividade individual.

Por fim, impõem-se um conhecimento mais desagregado relativamente às empresas classificadas como Indústrias Transformadoras, pois abrangem uma vasta gama de actividades. O retrato desta realidade, expresso na figura 14, será construído com recurso ao número de empresas e sociedades sediadas nas freguesias, permitindo assim a caracterização do grau de dependência destas empresas relativamente às restantes actividades, nomeadamente no que respeita às actividades do Sector Primário.

Em 2001 encontravam-se registadas nas Estatísticas Industriais do INE, 3214 empresas no Sector das Indústrias Transformadoras em Gondomar, das quais quase metade não se encontrava inserida em nenhuma das categorias mencionadas, sendo classificadas apenas como Outras Indústrias Transformadoras. Mais uma vez é possível verificar que é no Baixo Concelho que se encontra maior diversidade no tipo das indústrias sediadas, Rio Tinto e Fânzeres são dois dos exemplos mais expressivos.

Uma das conclusões mais relevantes da análise da figura 14 diz respeito às actividades com maior visibilidade dentro do Sector das Indústrias Transformadoras, excluindo-se no entanto as Outras Indústrias Transformadoras da análise, uma vez que não permite a relação com os outros sectores de actividade. As Indústrias Transformadoras mais importantes são efectivamente a Indústria Metalúrgica de Base e de Produtos Metálicos, a Indústria Têxtil, a Indústria de Madeira e de Cortiça e suas Obras, a Indústria do Couro, e ainda a Indústria Alimentar, das Bebidas e do Tabaco.

Contudo, a distribuição destas empresas pelo concelho não é uniforme, existindo por conseguinte freguesias em que a principal actividade das indústrias é distinta do retrato concelhio, especialmente nas freguesias do Alto Concelho, em particular em Lomba, Medas e Melres. Nestas freguesias a Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos assume grande visibilidade, assim como a Fabricação de Artigos de Borracha, em Melres, a Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica, em Medas, e ainda a Fabricação de Máquinas e Equipamentos, em Lomba.

5. SECTOR TERCIÁRIO

Antes de se proceder à análise da distribuição das empresas no Sector Terciário por Classe de Actividade Económica no concelho e nas freguesias, importa lembrar que em termos de efectivos, ou seja, em termos de população empregada neste sector atinge valores bastante relevantes. Pode-se efectivamente considerar que este sector constitui a principal fonte de emprego para o concelho, uma vez que no Baixo Concelho a população empregada neste sector é a mais representativa em termos percentuais, o que acaba por se traduzir num elevado número de postos de trabalho.

Em termos de importância e relevância do Sector Terciário para cada freguesia, o cenário quase não difere em relação à situação descrita para o nível de efectivos a trabalhar no Sector. Pela figura 15 é possível perceber que é no Baixo Concelho que se concentra o maior número de empresas, especialmente em Rio Tinto e São Cosme, verificando-se efectivamente que a maior fracção de empresas sedeadas nestas freguesias é de Comércio, à semelhança do que se passa nas restantes freguesias.

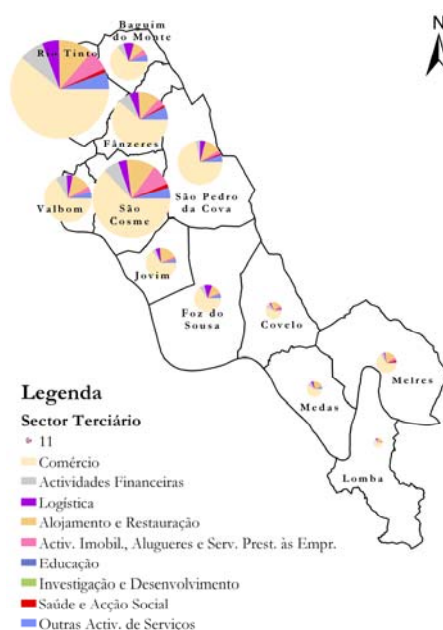


Figura 57: Empresas no Sector Terciário; em 2001

O resultado mais evidente da figura 15 expressa uma concentração das actividades económicas do Sector Terciário, quer no Comércio em geral, quer no Alojamento e Restauração, quer nas Actividades Financeiras, quer nas Actividades

Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas, verificando-se no entanto que para algumas freguesias a Logística, possui também uma importância expressiva.

Convém realçar que as empresas e sociedades vocacionadas para Alojamento e a Restauração, são essencialmente cafés e restaurantes, existindo por conseguinte, abundantemente em qualquer zona urbana, como se pode constatar na figura 15. Esta actividade movimenta não só um número bastante elevado de efectivos, como também gera riqueza local e subsidiado o turismo.

No que toca à Logística, que respeita aos Transportes, Armazenagem e Comunicações, e também às Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas, verifica-se que não possuem grande visibilidade na maioria das freguesias do Alto Concelho, mas no Baixo Concelho representam uma fatia considerável, o que demonstra que estas actividades são marcadamente urbanas e surgem em função das exigências da população desses núcleos.

Por outro lado, a Educação, Investigação e Desenvolvimento, Saúde e Acção Social, não possuem grande importância nas várias freguesias, contribuindo por conseguinte muito pouco a nível de oferta de emprego, facto que se torna prejudicial ao desenvolvimento e crescimento do concelho, uma vez que estas actividades são fulcrais para o bem-estar e qualidade de vida das populações.

Relativamente às Actividades Financeiras deve se realçar que as empresas existentes estão associadas a seguros e pensões, revelando mais uma vez mais o cariz urbano das freguesias do Baixo Concelho, particularmente Rio Tinto e São Cosme, que apresentam uma fatia considerável de empresas nessa actividade.

Por fim, impõem-se um conhecimento mais desagregado relativamente às empresas pertencentes ao Comércio em geral, pois abrangem uma vasta gama de actividades. O retrato desta realidade será construído com recurso ao número de empresas sedeadas nas freguesias, permitindo assim a caracterização do grau de dependência destas empresas relativamente às restantes actividades. Em 2001 encontravam-se registadas nas Estatísticas Industriais do INE, 4869 empresas no Sector do Comércio Automóvel (11.3%), Comércio por Grosso (23.7%) e a Retalho (65.0%) em Gondomar. Nestas empresas encontra-se geralmente um baixo número de trabalhadores efectivos, estando por norma vocacionadas essencialmente para a satisfação das necessidades básicas da população e possuindo um cariz eminentemente local.

a) Comércio Automóvel

A figura abaixo pretende clarificar qual a actividade principal das empresas que se dedicam ao Comércio Automóvel, de forma a ser possível clarificar quais as especificidades do Comércio local. Da figura é possível retirar que são as empresas de Manutenção e Reparação de Automóveis que dominam, apesar das empresas de Comércio de Automóveis também assumirem um papel importante neste sector.

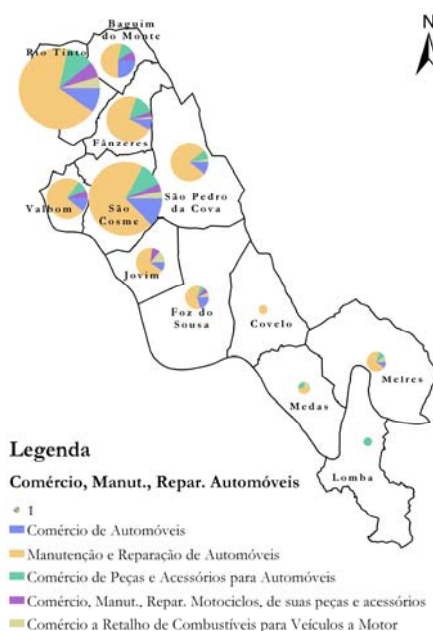


Figura 58: Empresas de Comércio Automóvel em 2001

Depreende-se também, mais uma vez, que é no Baixo Concelho que se localiza o maior número de empresas no ramo, realçando-se contudo que as empresas existentes no Alto Concelho possuem um cariz mais específico e servem quase exclusivamente uma das actividades possíveis dentro do Comércio Automóvel. Lomba por exemplo, apenas possui empresas de Comércio de Peças e Acessórios para Automóveis, enquanto Covelo apenas possui empresas de Manutenção e Reparação de Automóveis.

b) Comércio por Grosso

Na figura seguinte encontra-se identificada a principal actividade económica dos estabelecimentos comerciais grossistas existentes no concelho de Gondomar, de forma a ser possível delinear a relação destes estabelecimentos com os outros sectores de actividade económica, em especial o primário.

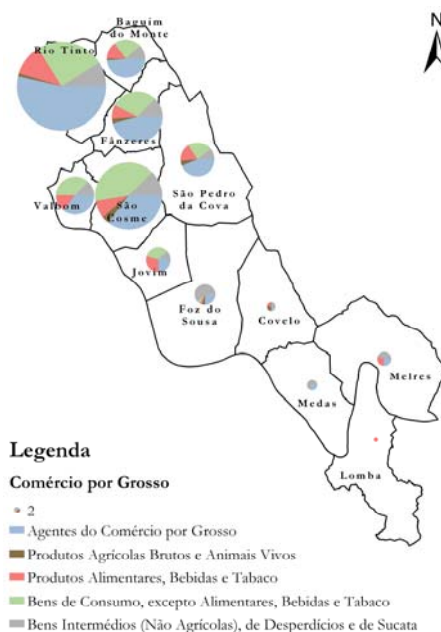


Figura 59: Empresas de Comércio por Grosso em 2001

Ao analisarmos os dados apresentados verificamos que a maior fatia dos estabelecimentos grossistas diz respeito a Agentes de Comércio por Grosso, não especificando qual o tipo de produtos que comercializam. De notar também a fracção considerável de empresas que comercializam Bens de Consumo, excepto Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco, o que reflecte a necessidade de abastecer os estabelecimentos locais e consequentemente satisfazer as populações com grande diversidade de oferta.

Por seu lado, as empresas que centram a sua actividade nos Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco, não apresentam tanta relevância como as anteriores, no entanto poderá afirmar-se que funcionam como âncora do sector primário, essencialmente no que toca ao escoamento e comercialização dos produtos. Por fim, convém realçar dois pontos importantes, um respeito à fracção considerável de empresas a comercializar Bens Intermédios, de Desperdícios e de Sucata, enquanto a outra respeito às empresas de Produtos Agrícolas Brutos e Animais Vivos, que constituem uma fracção razoável nas freguesias do Baixo Concelho, demonstrando dessa forma a consolidação do sector primário nestas freguesias.

c) Comércio a Retalho

Á semelhança da análise efectuada para os estabelecimentos comerciais grossistas, encontram-se definidas as principais actividades económicas dos estabelecimentos comerciais retalhistas existentes no concelho de Gondomar, na figura seguinte, de modo que seja possível o retrato do grau de especialização destes estabelecimentos e também conhecer a interacção destes estabelecimentos com os produtos obtidos quer no sector primário, quer no sector secundário.

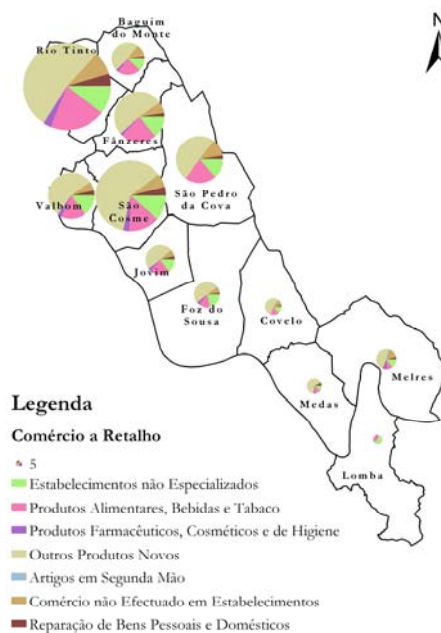
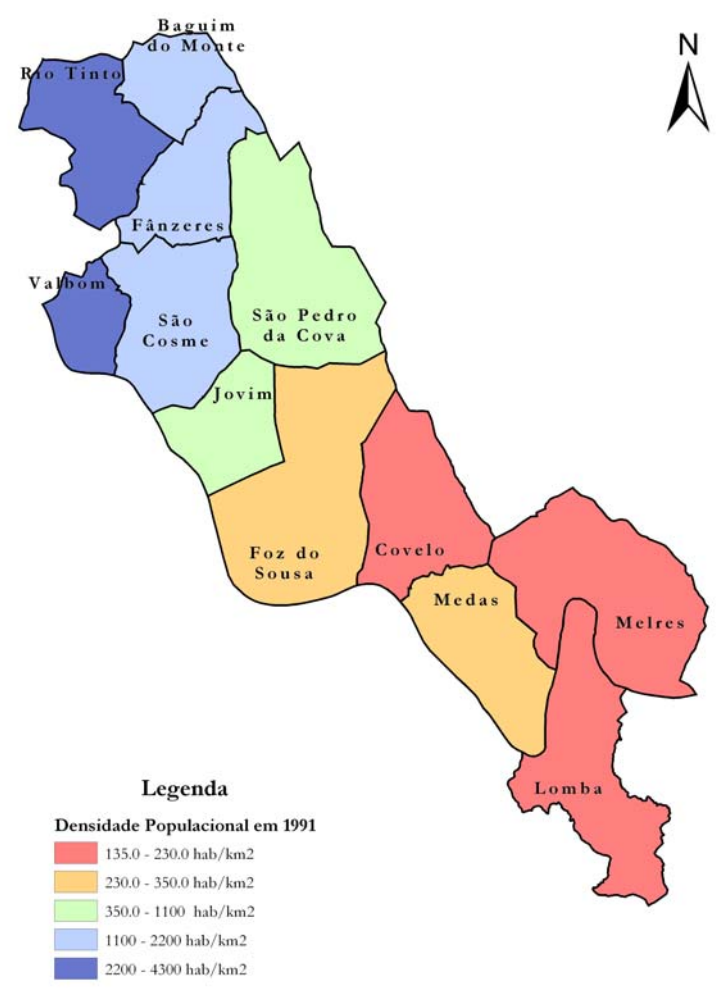
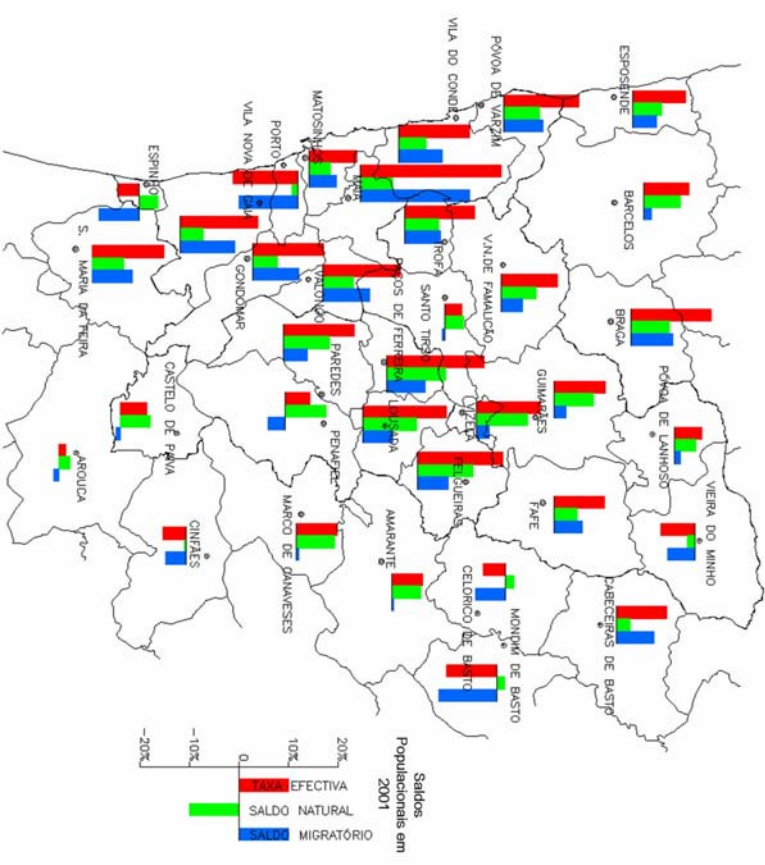
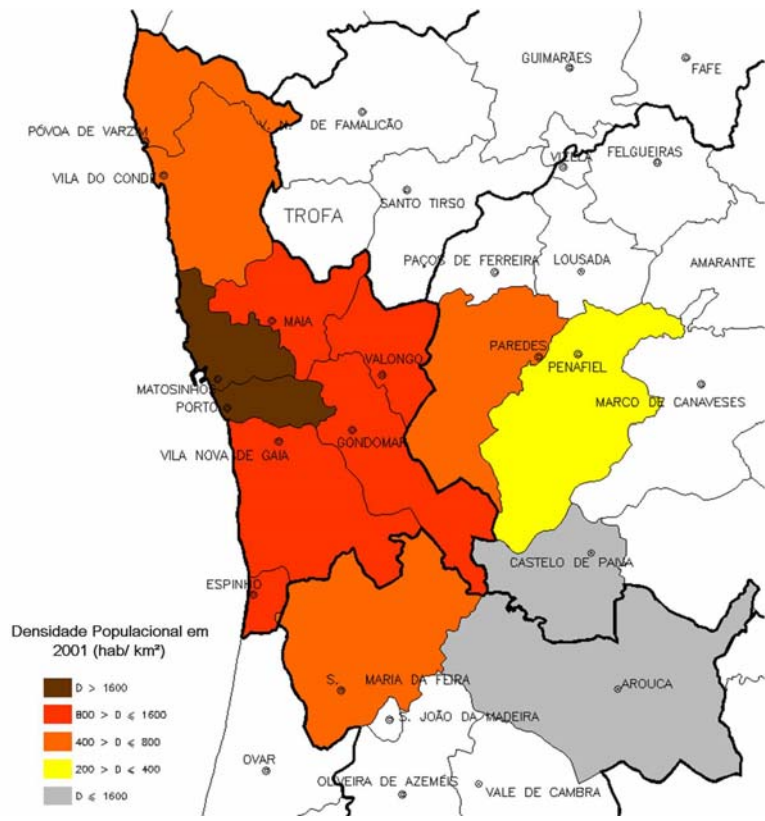
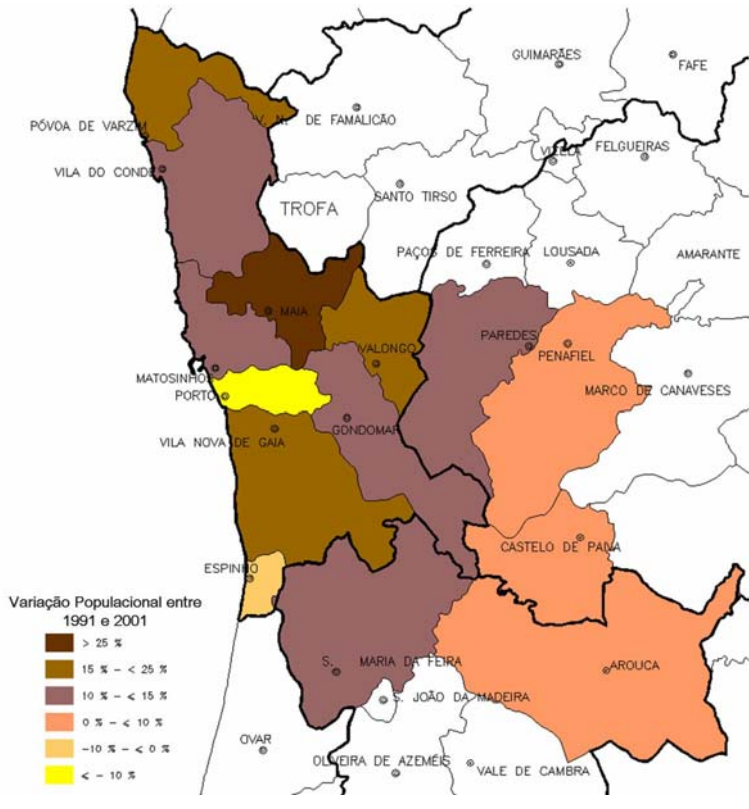


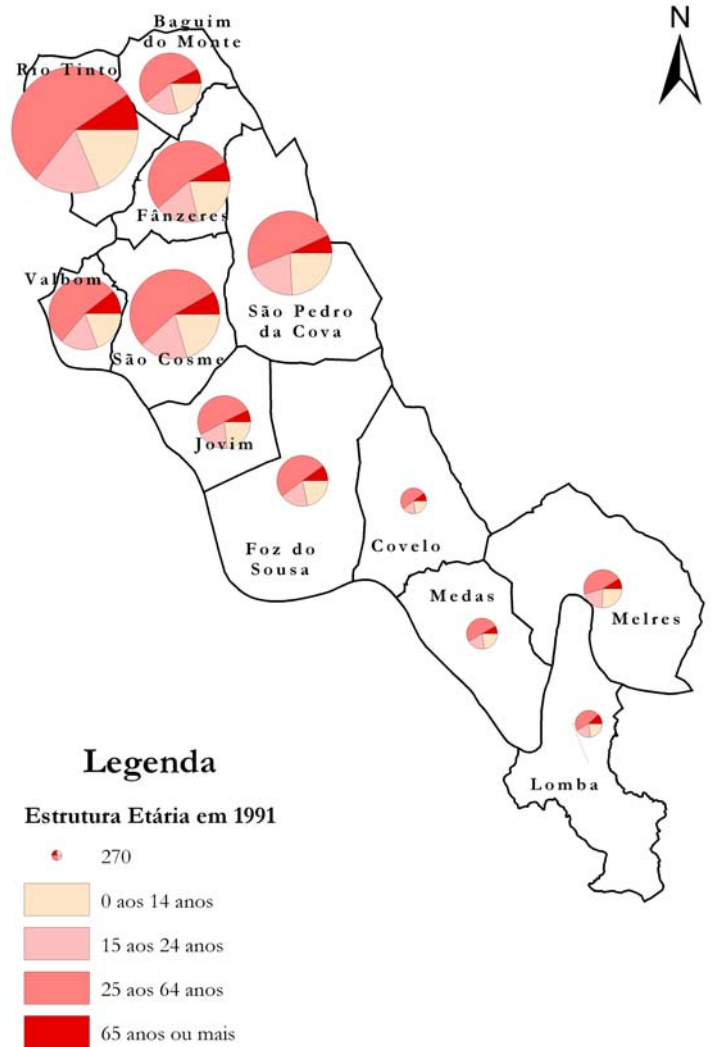
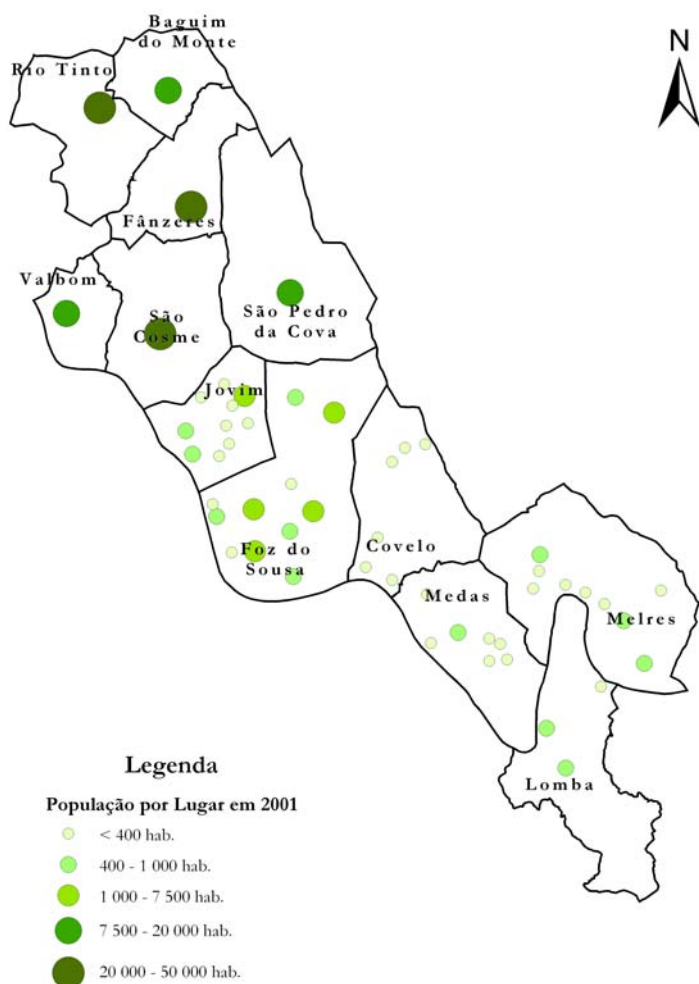
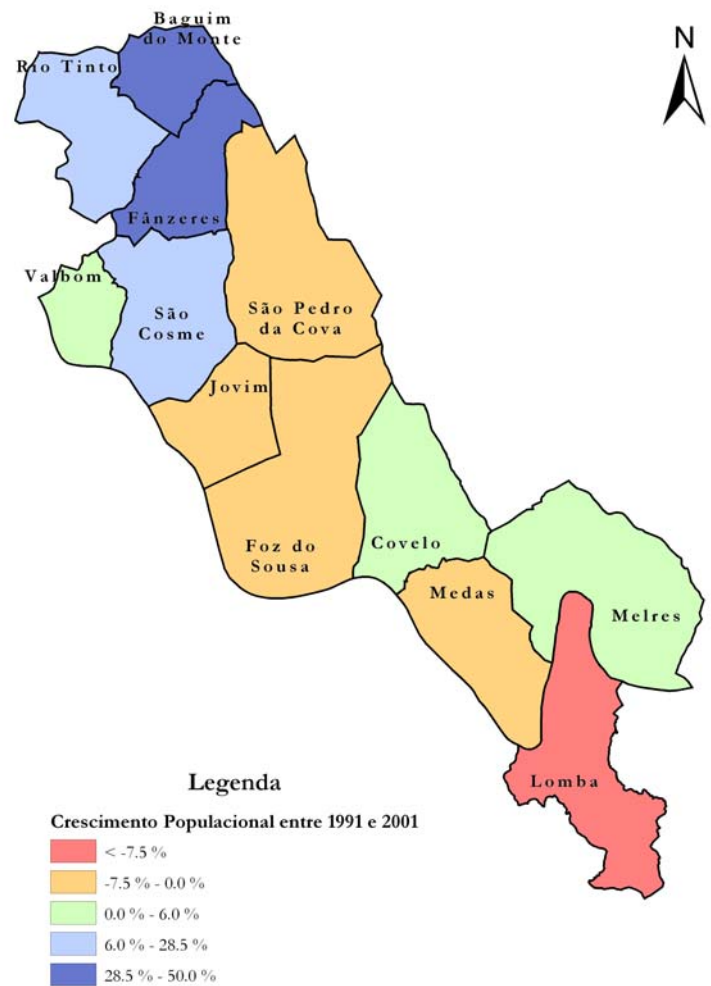
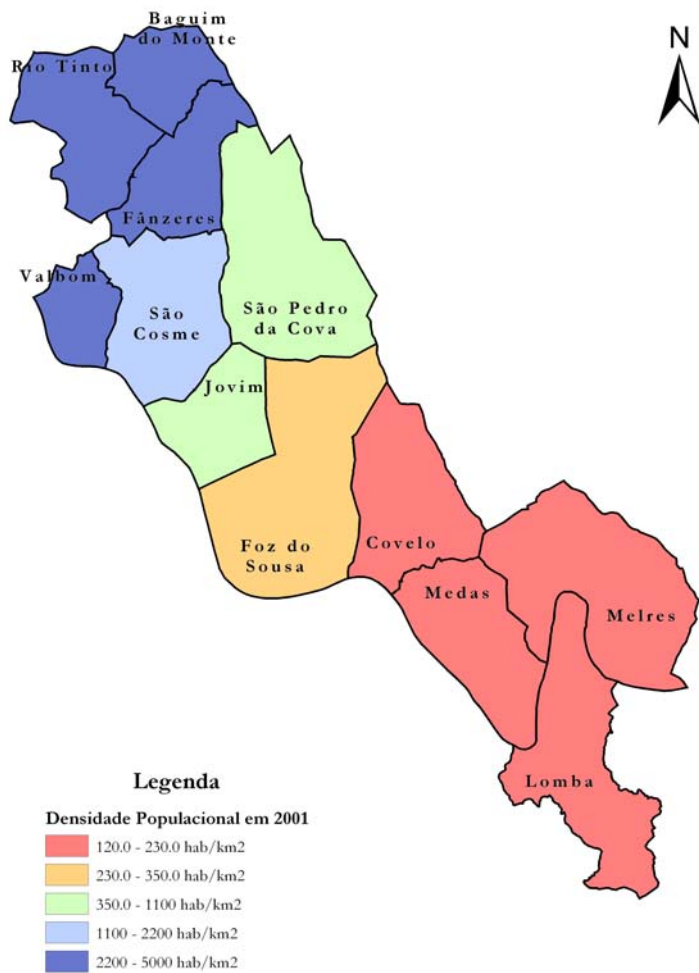
Figura 60: Empresas de Comércio a Retalho em 2001

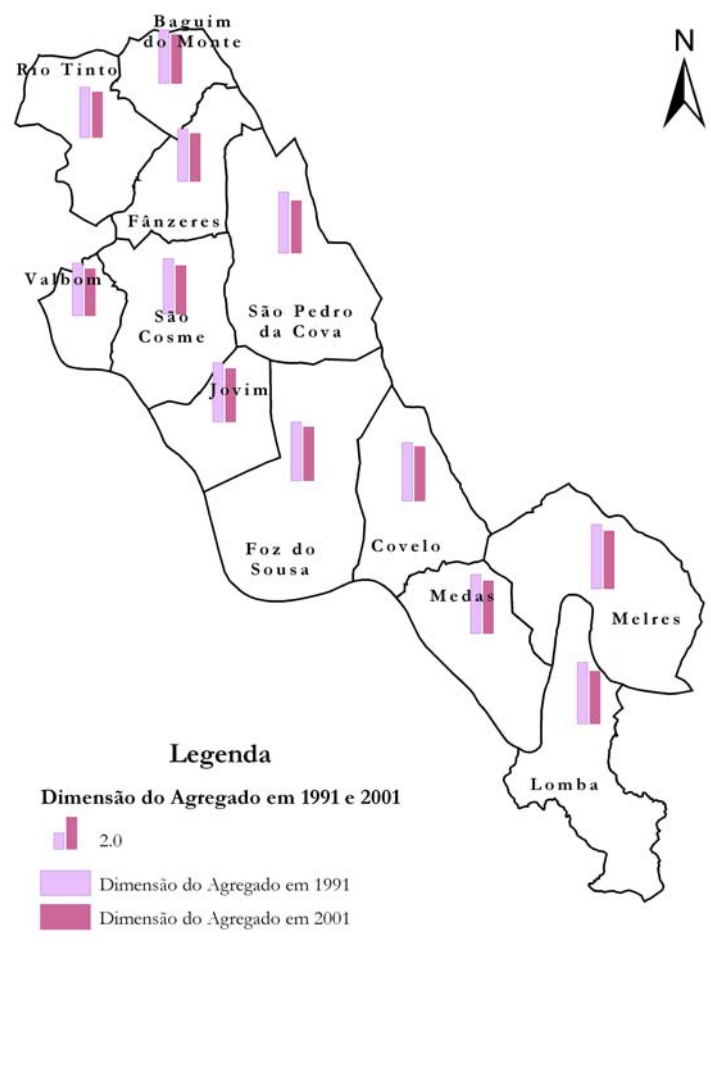
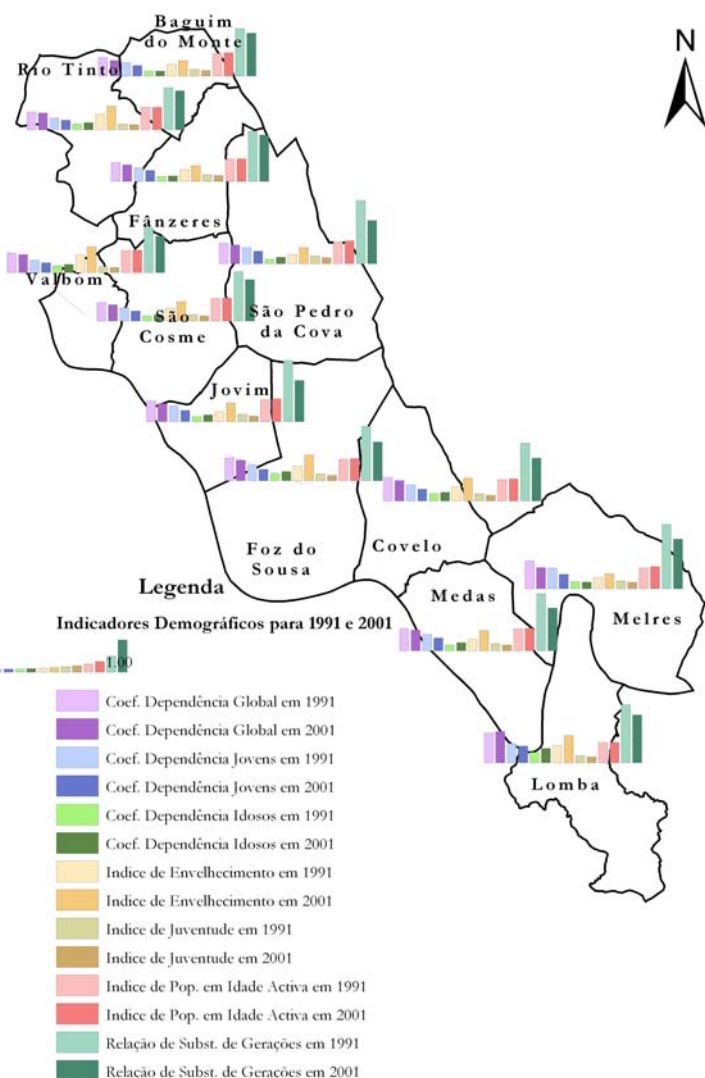
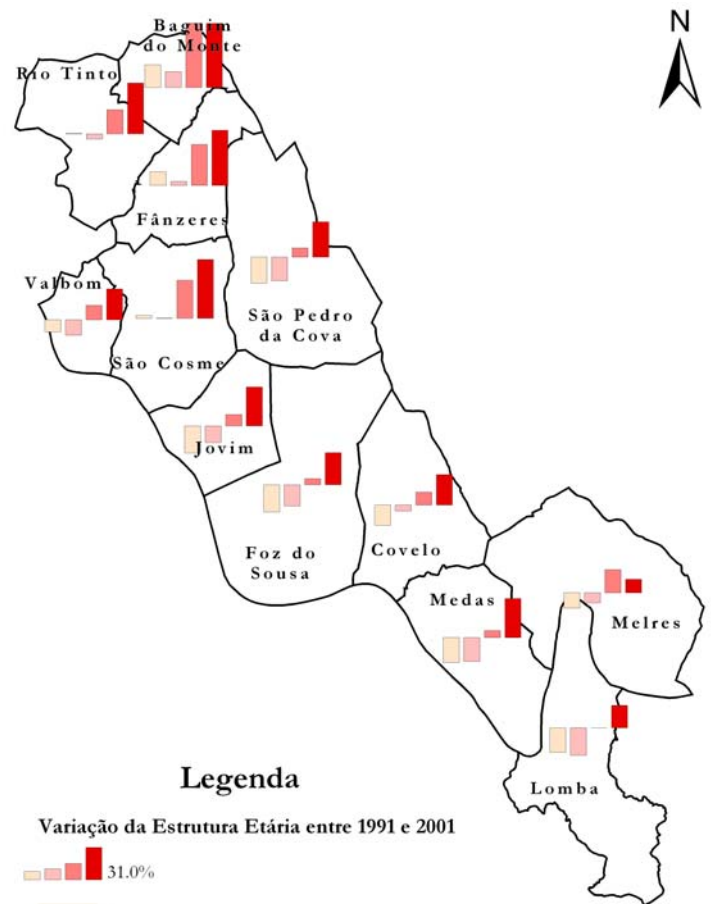
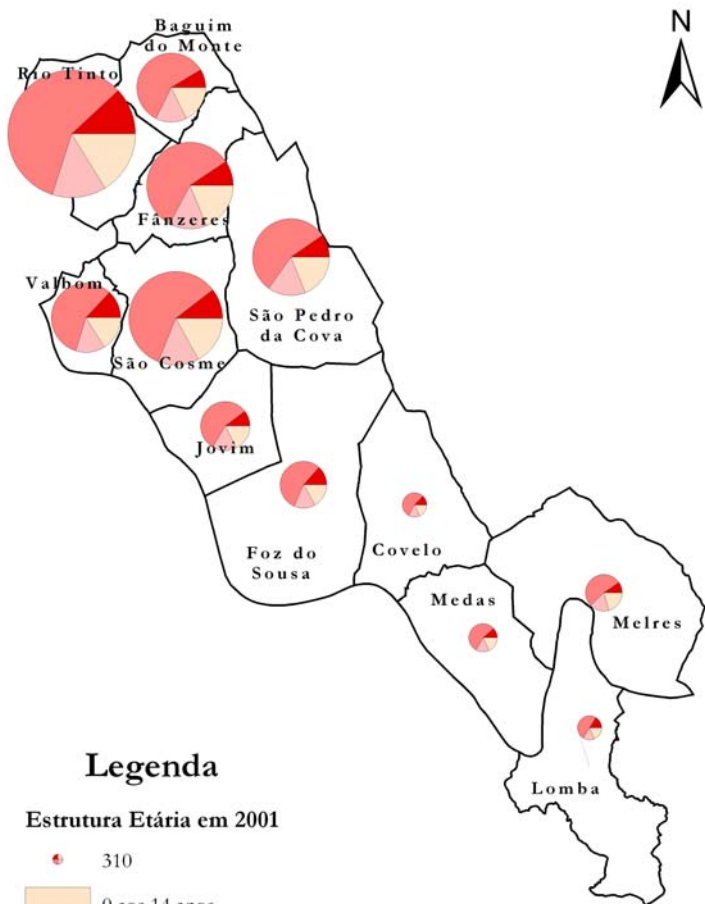
Numa primeira análise é possível constatar que são os estabelecimentos comerciais de outros produtos novos constituem a maior fatia no contexto dos estabelecimentos comerciais a retalho, fenómeno decorrente da crescente procura por bens não essenciais. Porém os estabelecimentos que comercializam produtos alimentares, bebidas e tabaco representam também uma fracção importante. Um elemento interessante respeita à fracção de Comércio não efectuado em Estabelecimentos, o qual denota claramente a relevância da venda porta-a-porta.

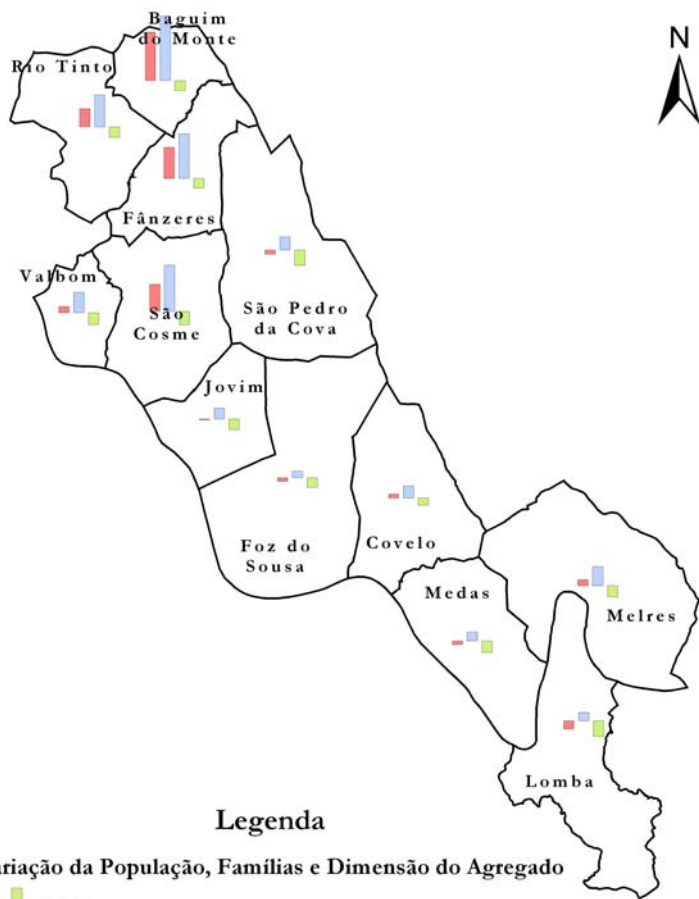
Os estabelecimentos não especializados também sobressaem na análise e a sua relevância aumenta à medida que caminhamos para a zona rural, facto associado à falta de procura especializada nesta unidade territorial. A existência de estabelecimentos de Reparação de Bens Pessoais e Domésticos está associada ao território urbano, onde representam uma fatia considerável.

ANEXOS



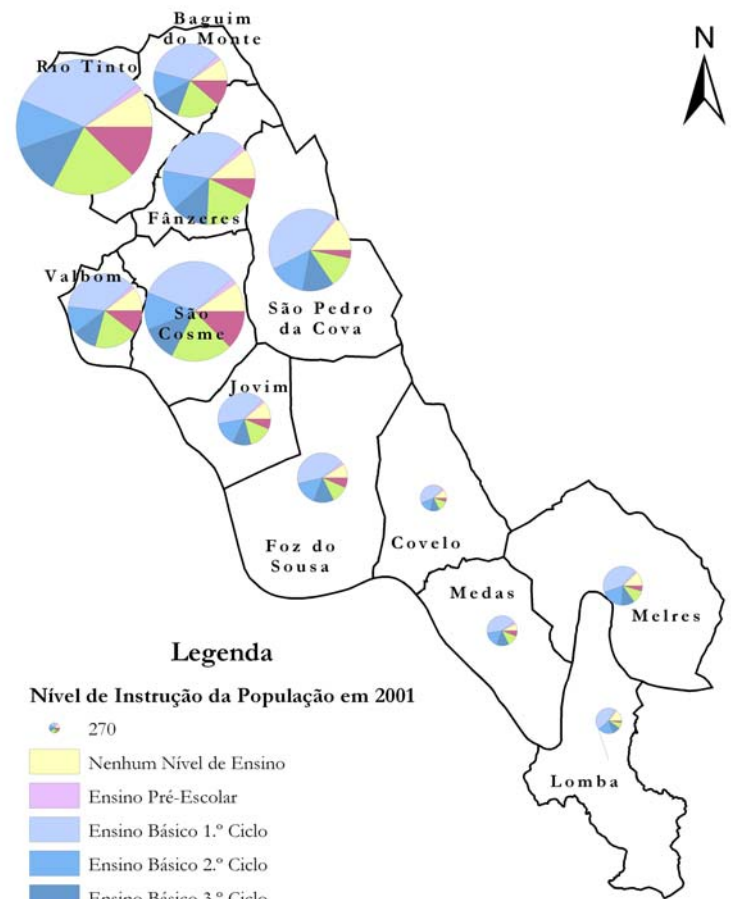
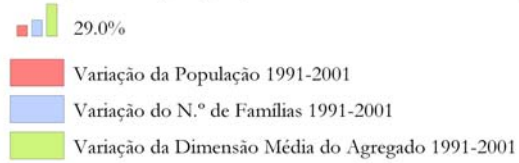






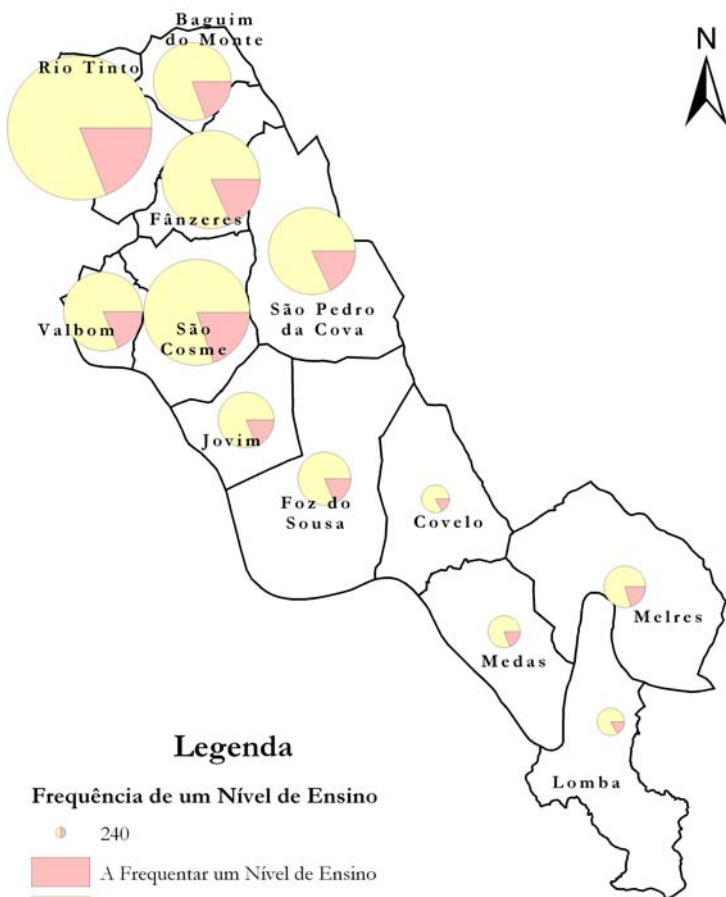
Legenda

Varição da População, Famílias e Dimensão do Agregado



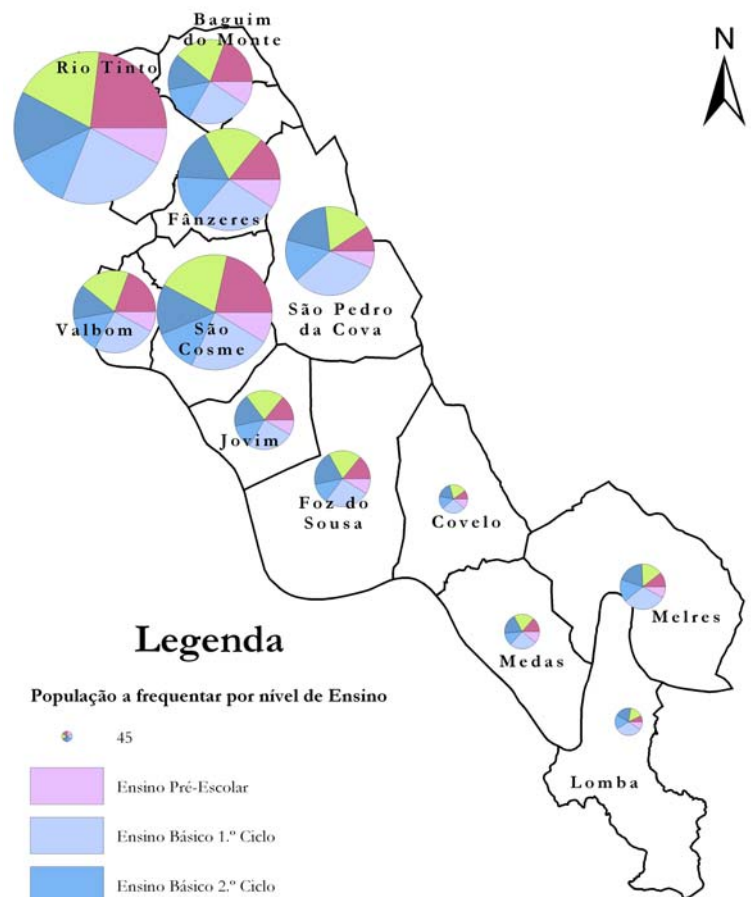
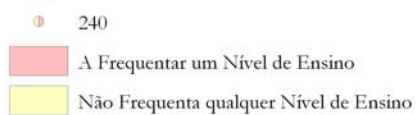
Legenda

Nível de Instrução da População em 2001



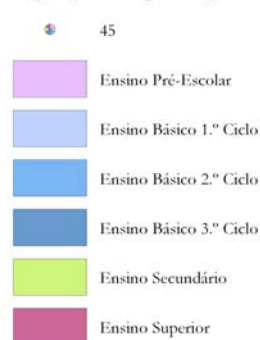
Legenda

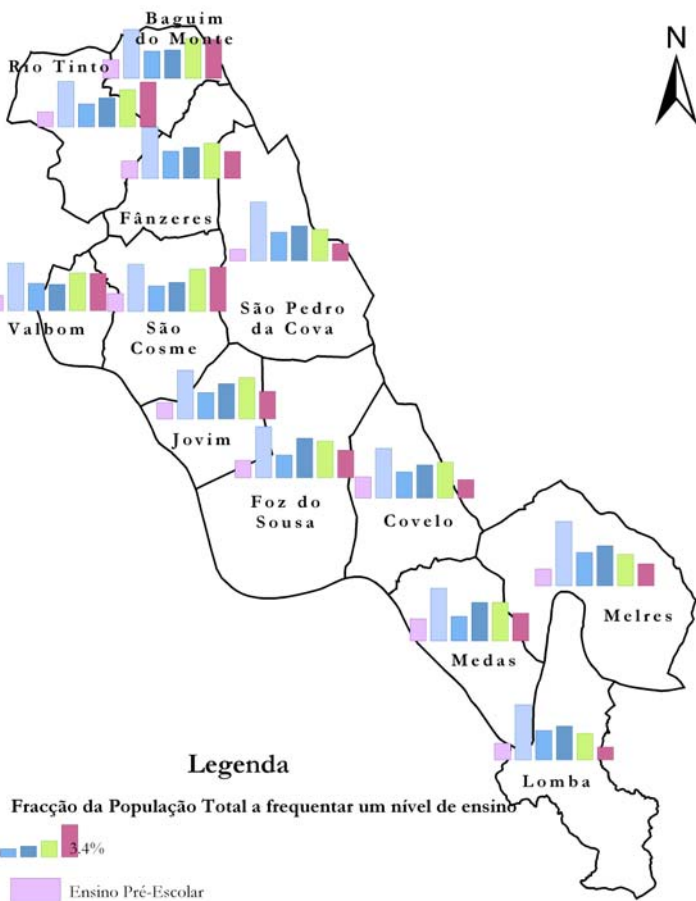
Frequência de um Nível de Ensino



Legenda

População a frequentar por nível de Ensino

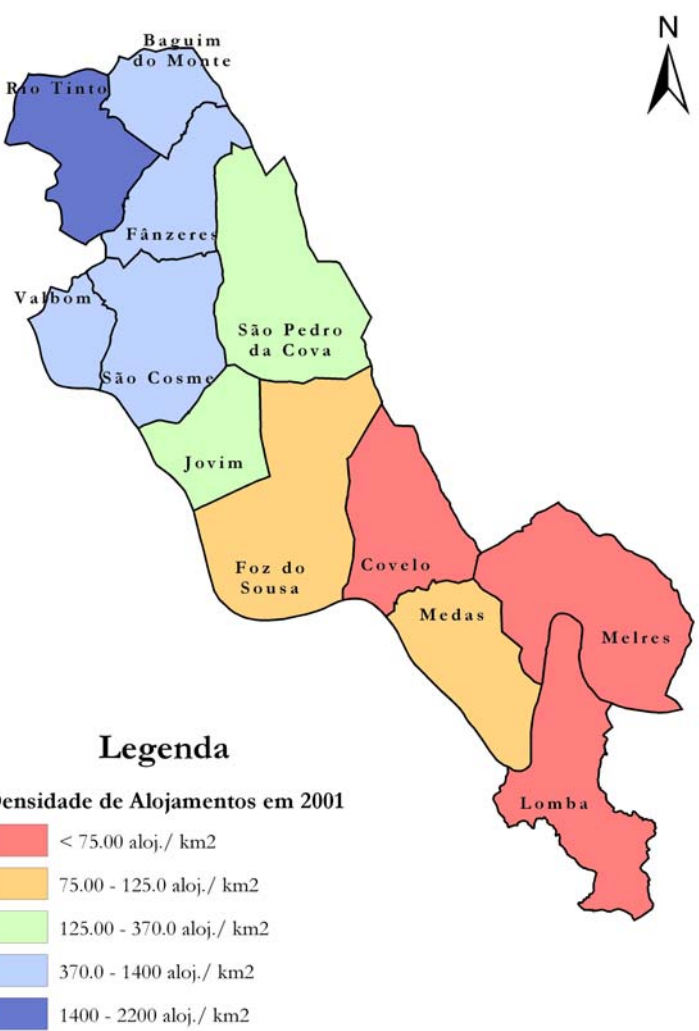
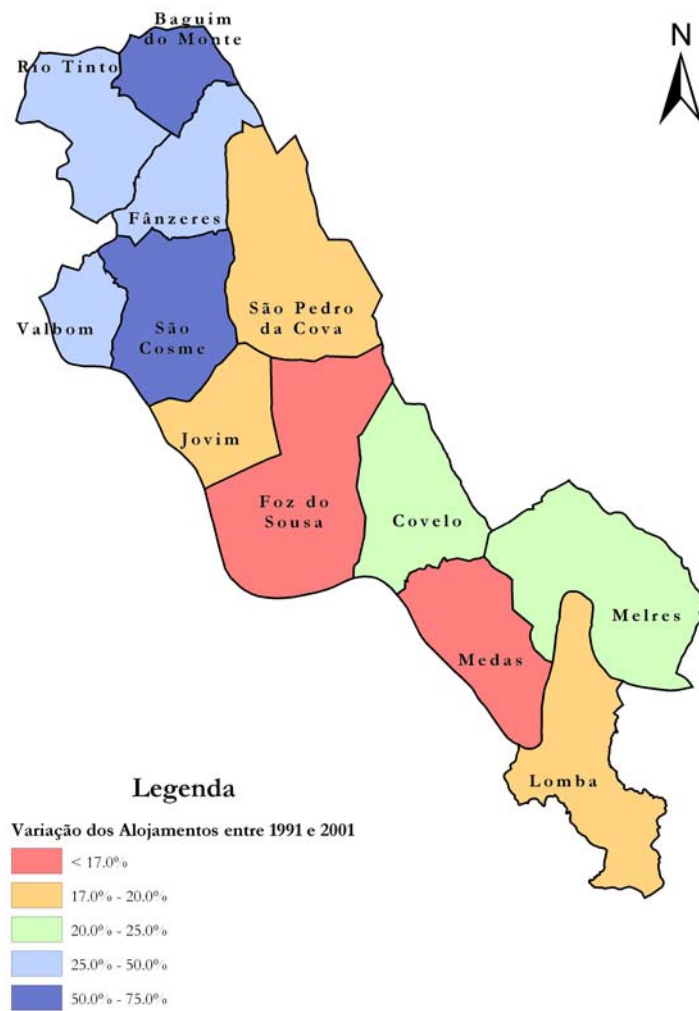
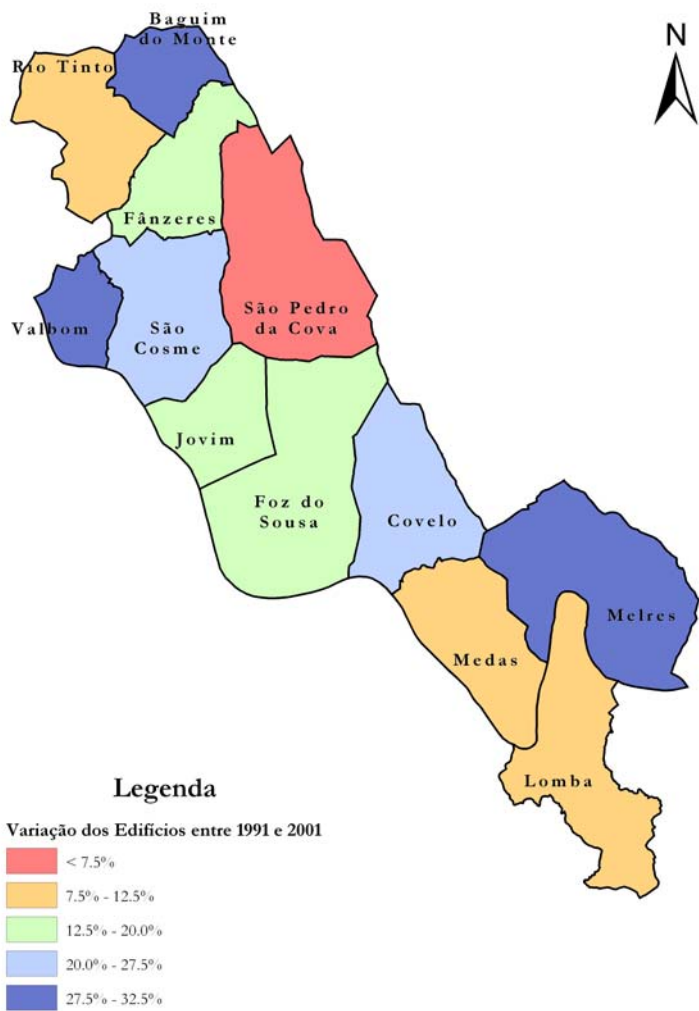


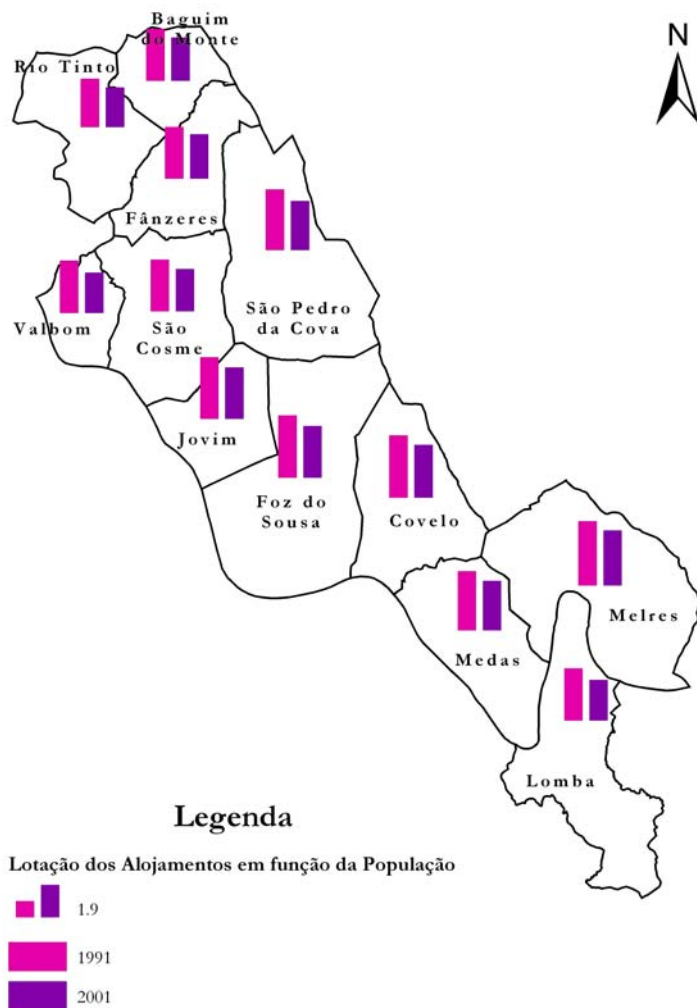
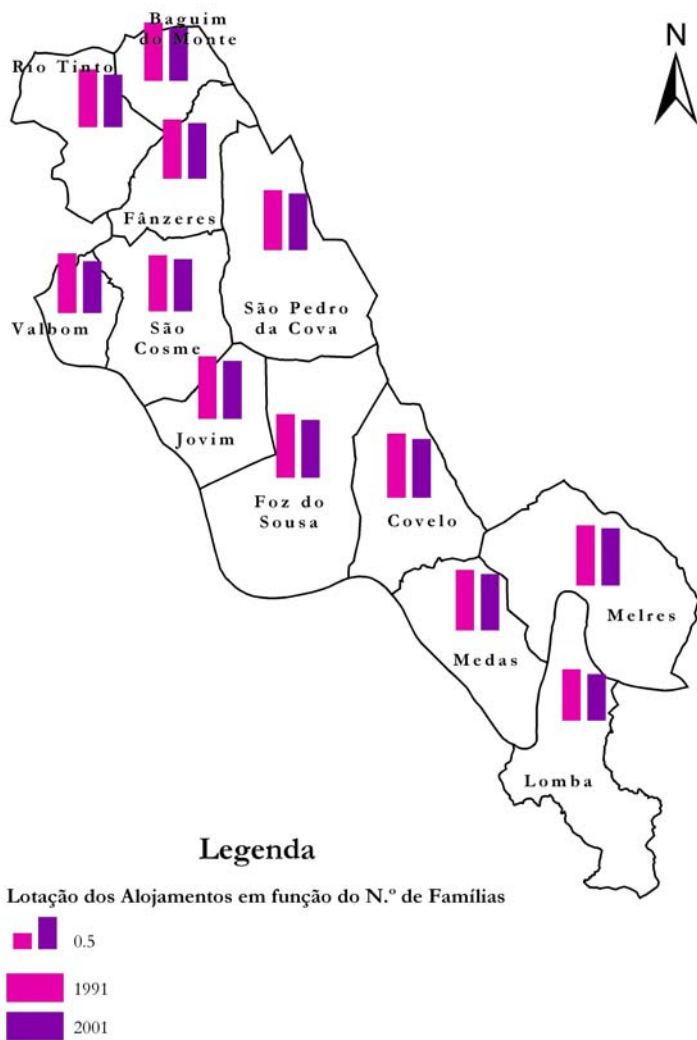
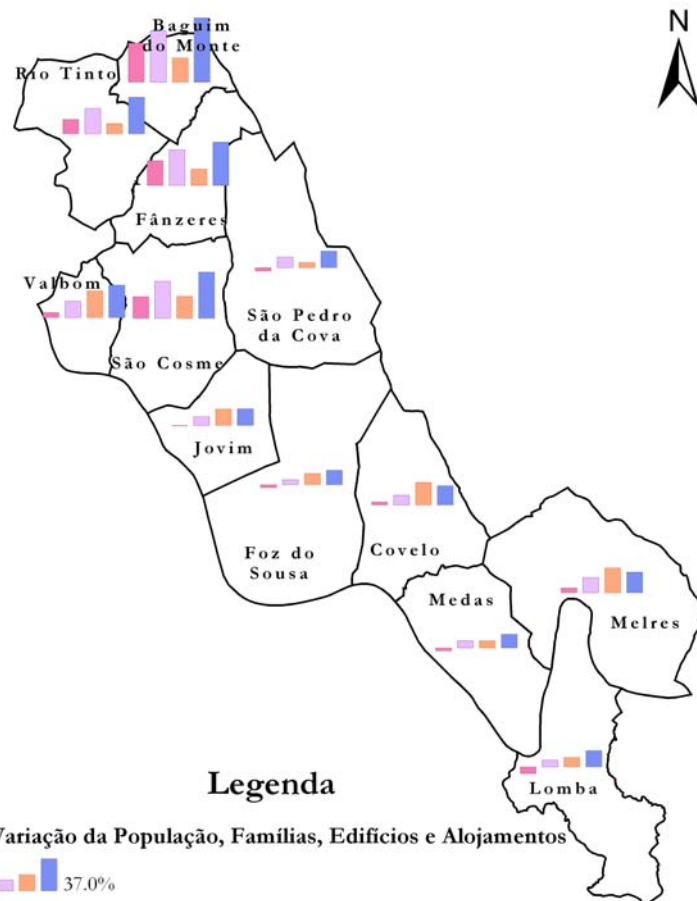
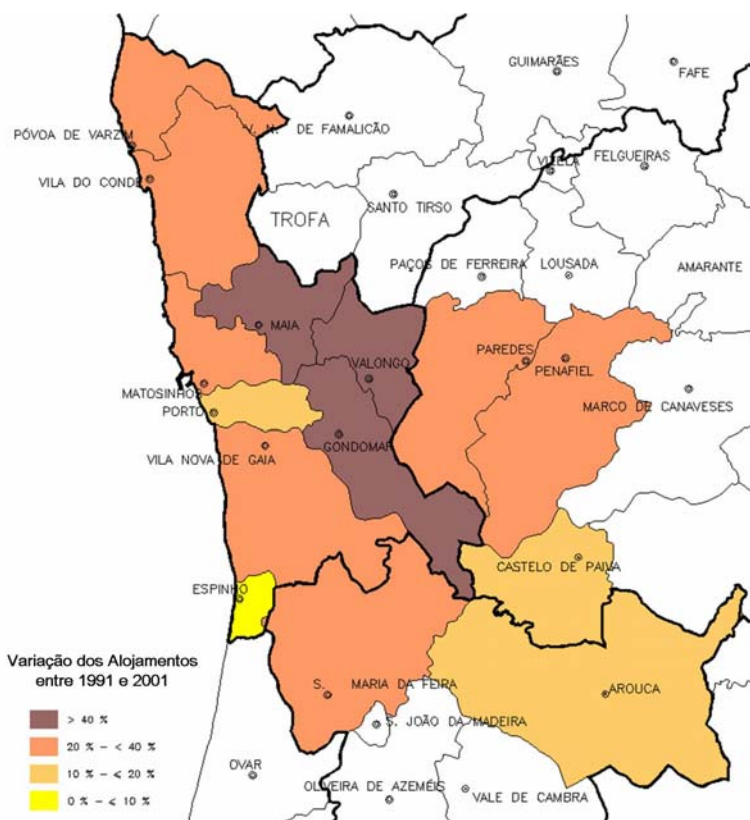


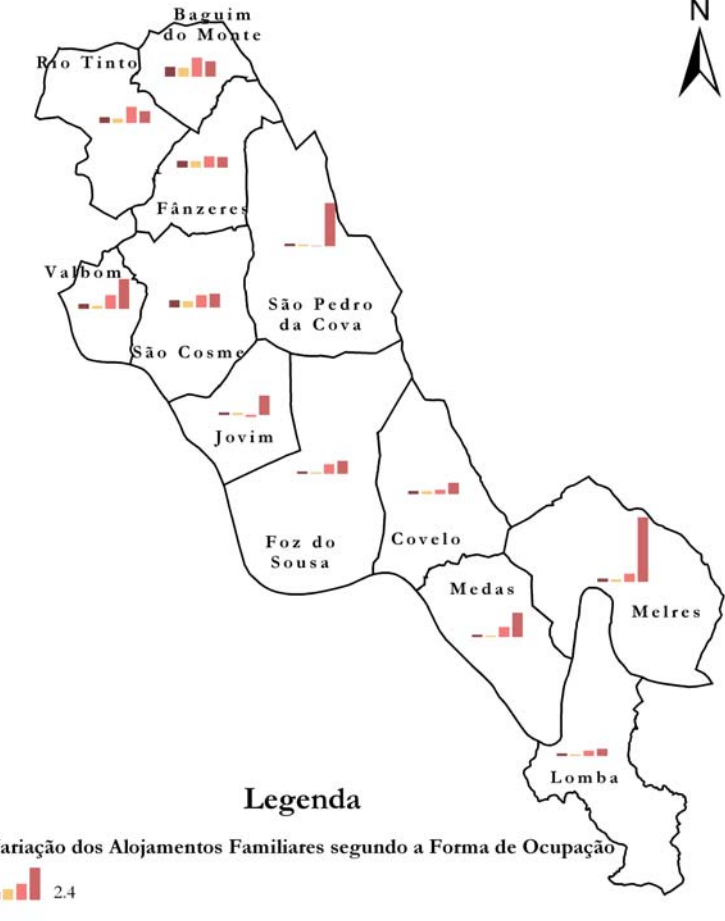
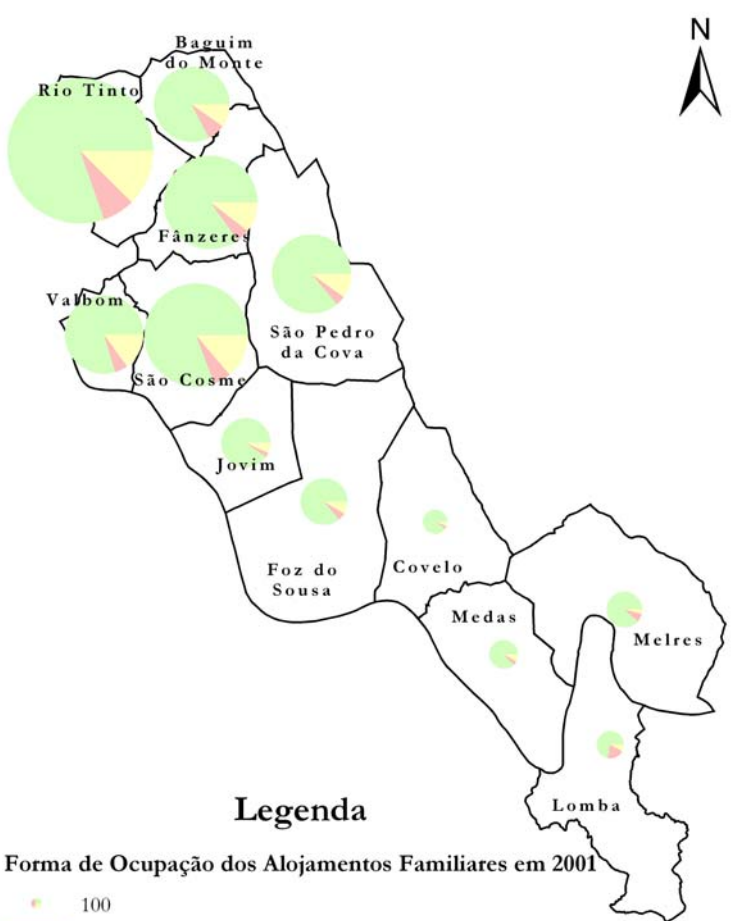
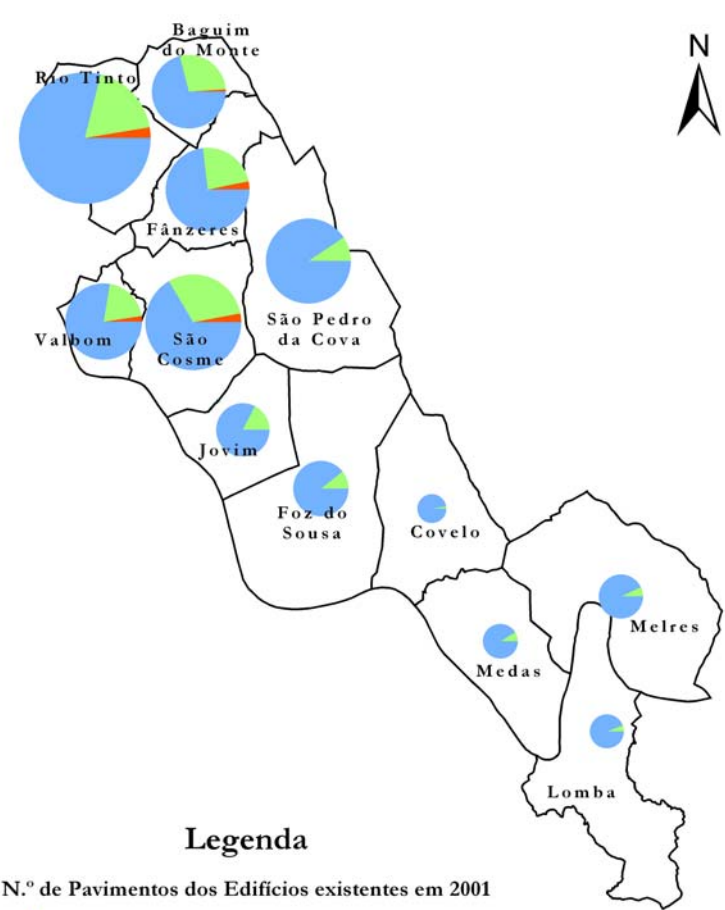
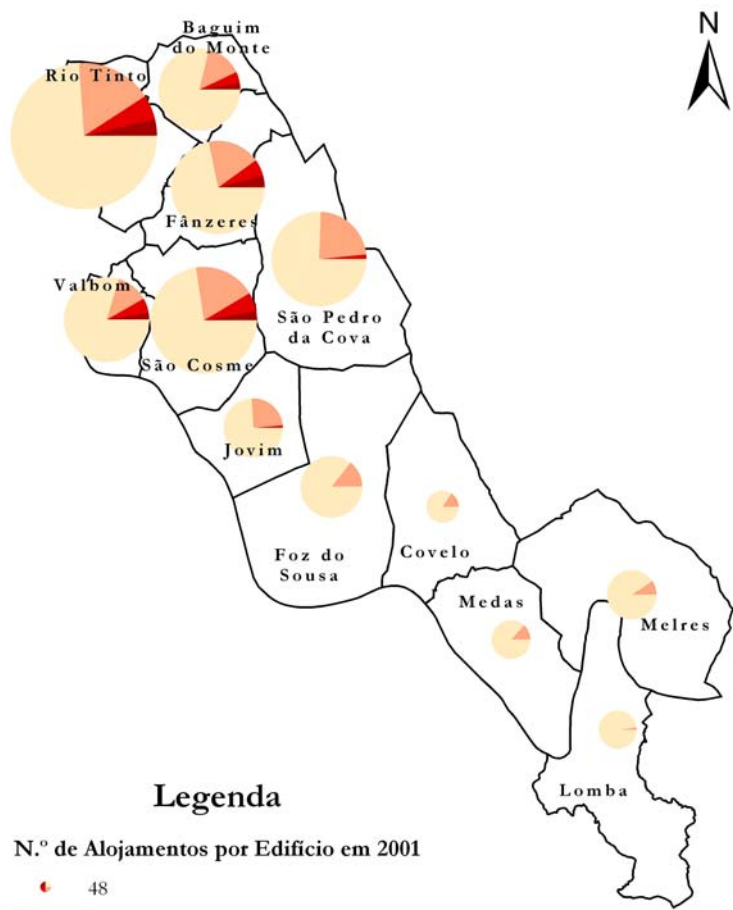
Legenda

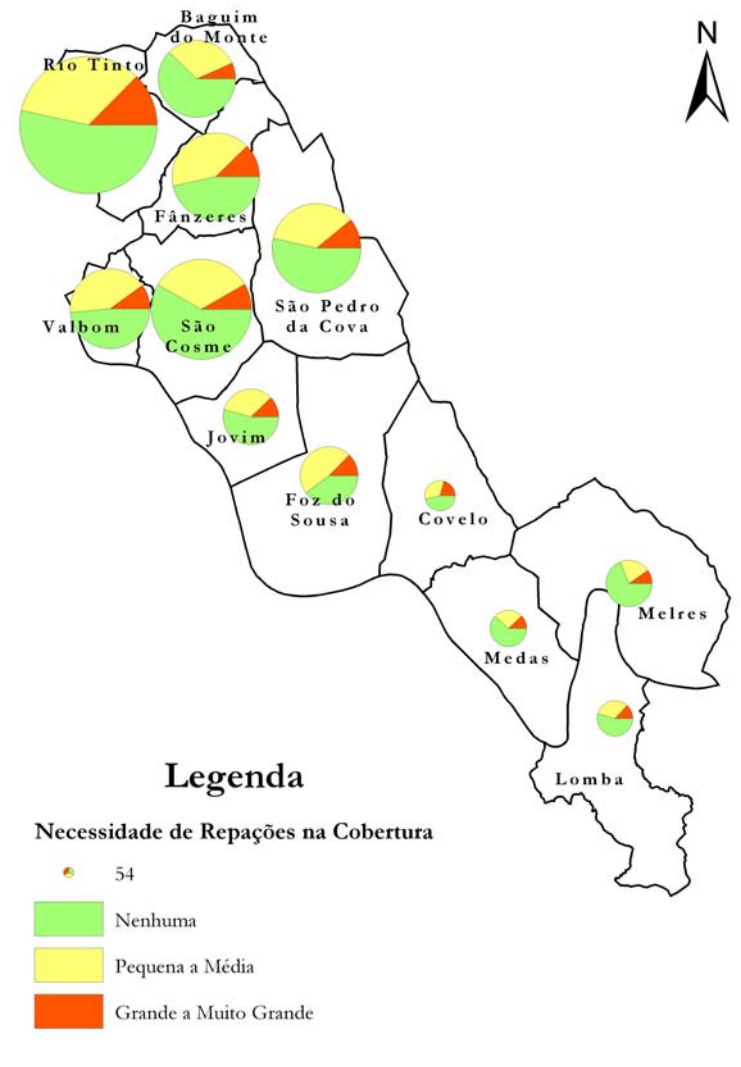
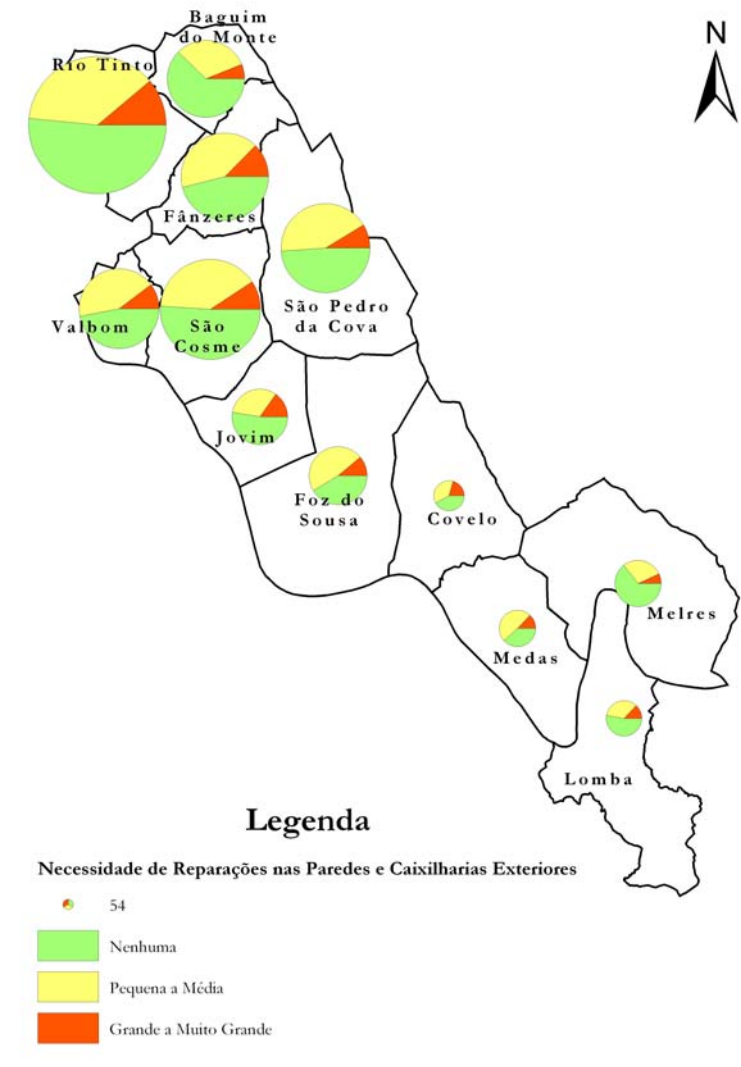
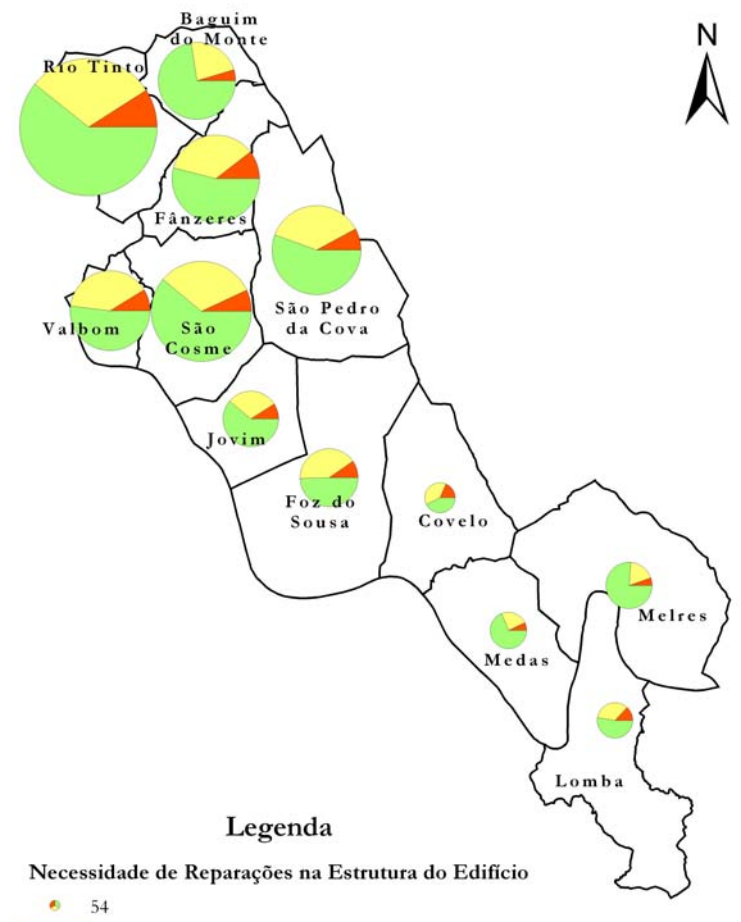
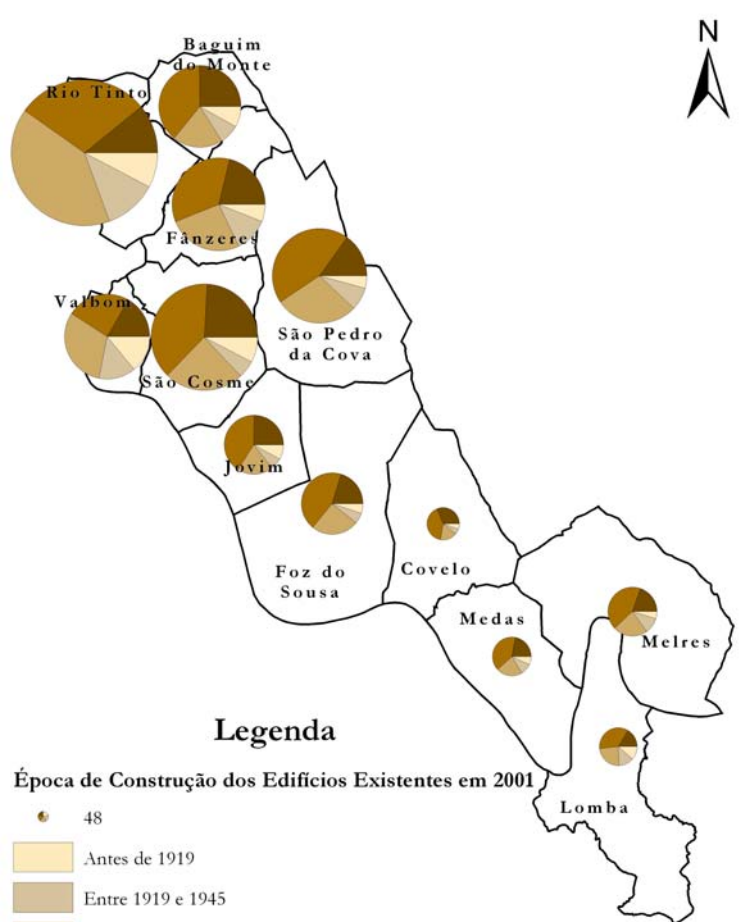
Fracção da População Total a frequentar um nível de ensino

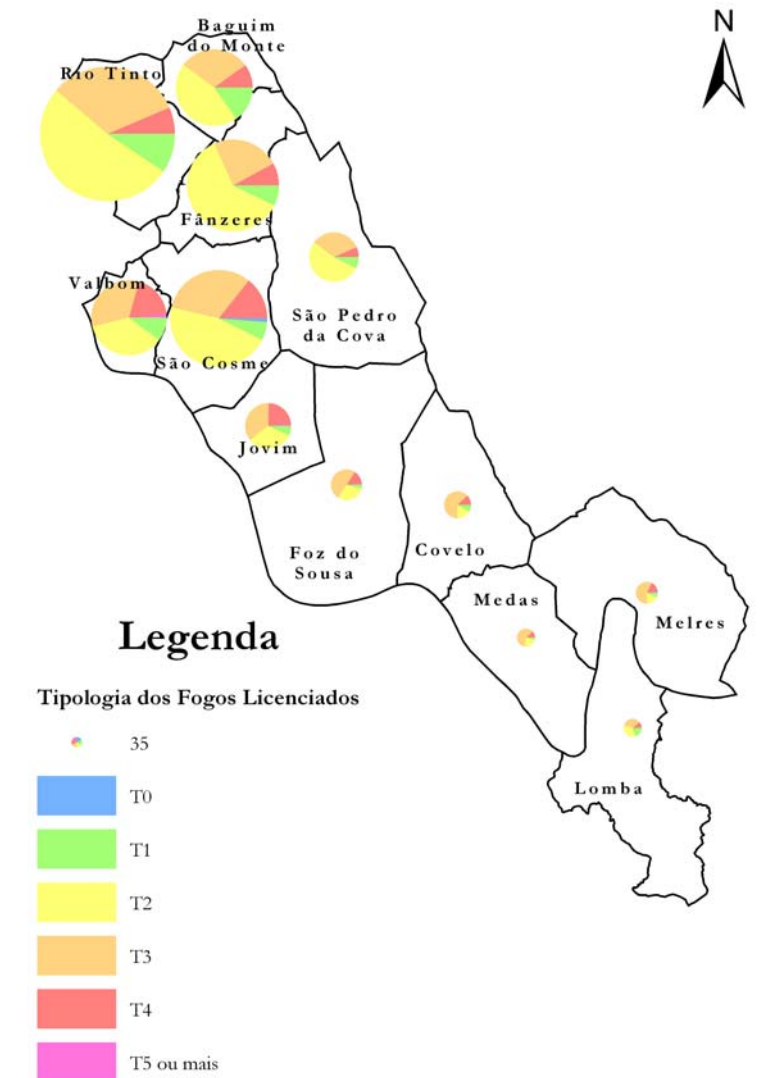
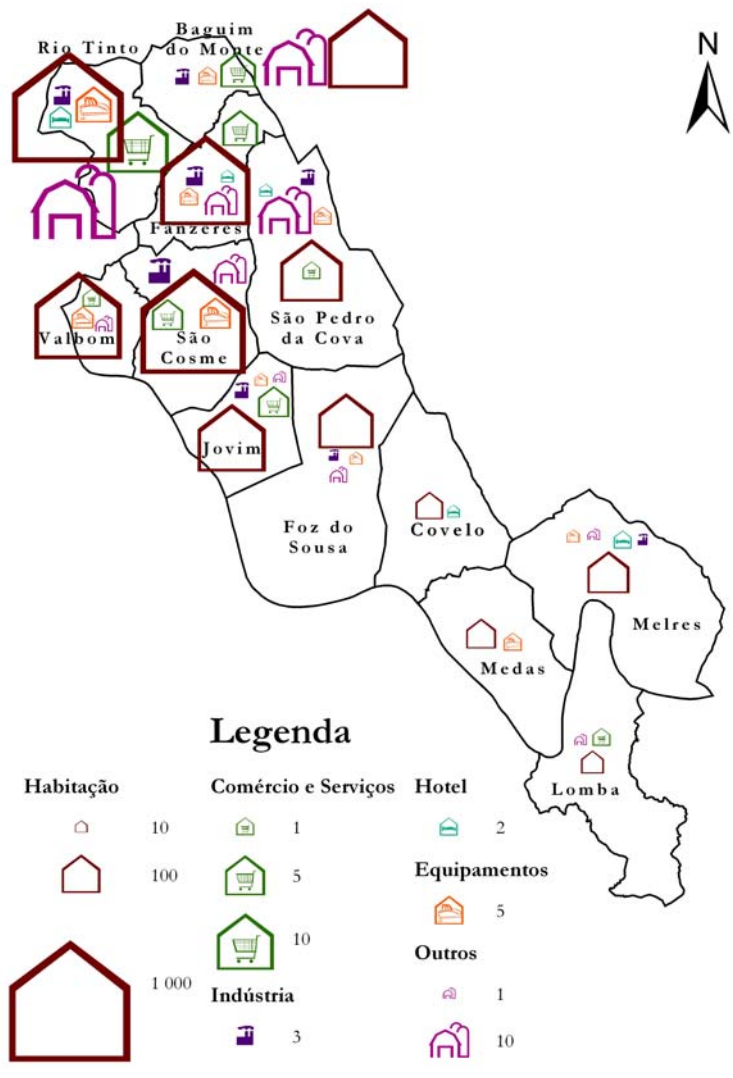
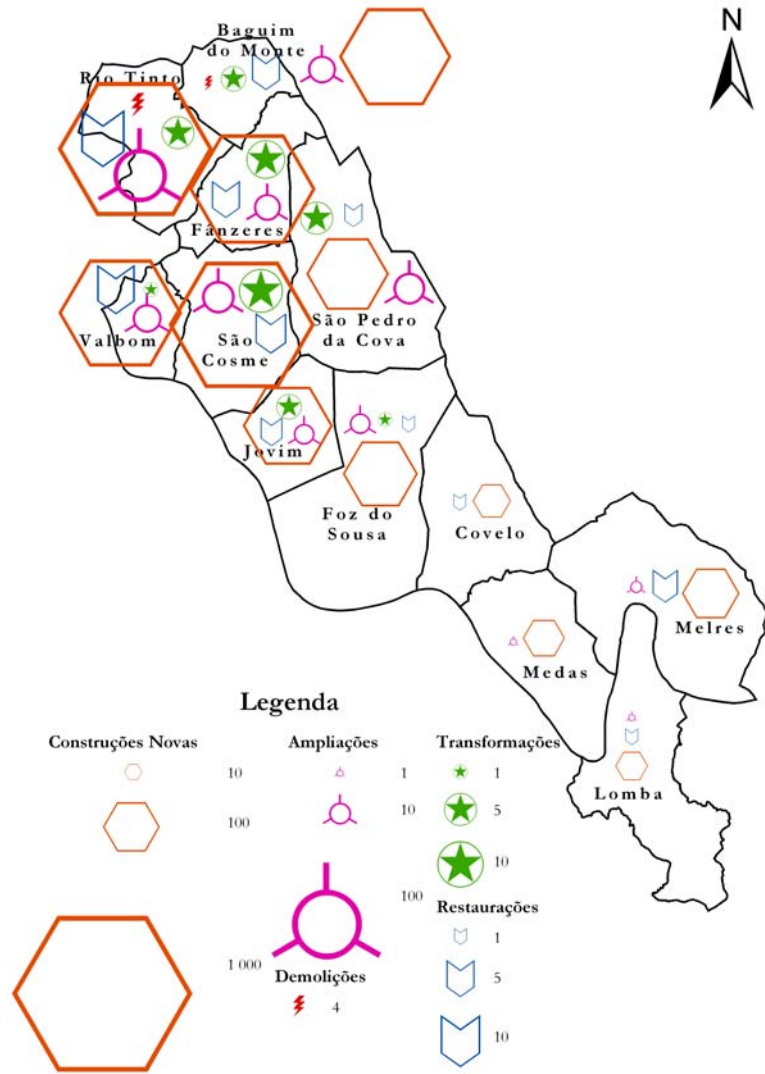
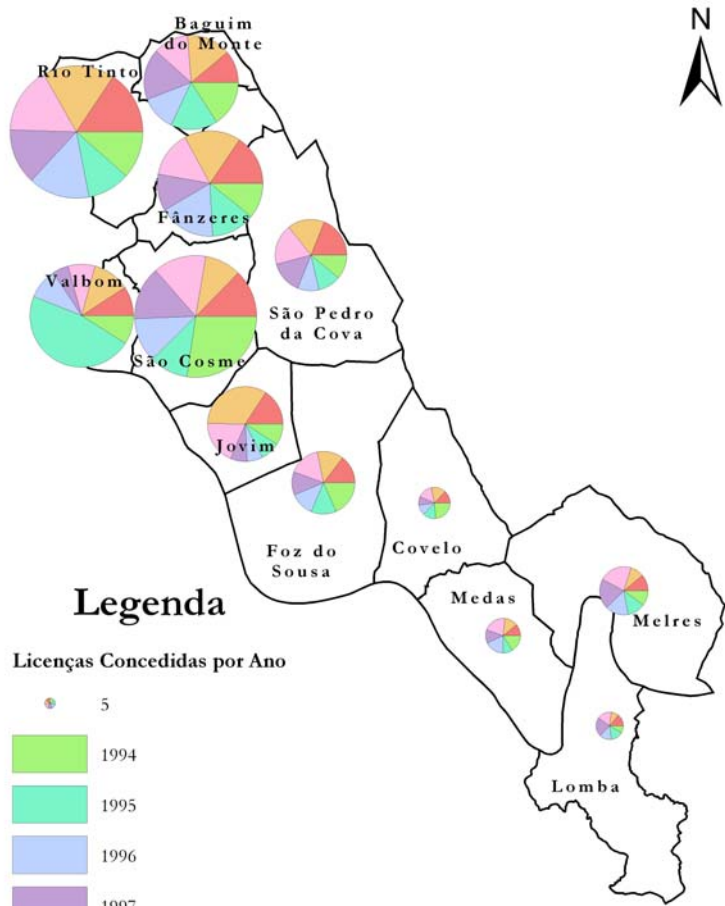
- 0% 3.4%
- Ensino Pré-Escolar
- Ensino Básico 1.º Ciclo
- Ensino Básico 2.º Ciclo
- Ensino Básico 3.º Ciclo
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

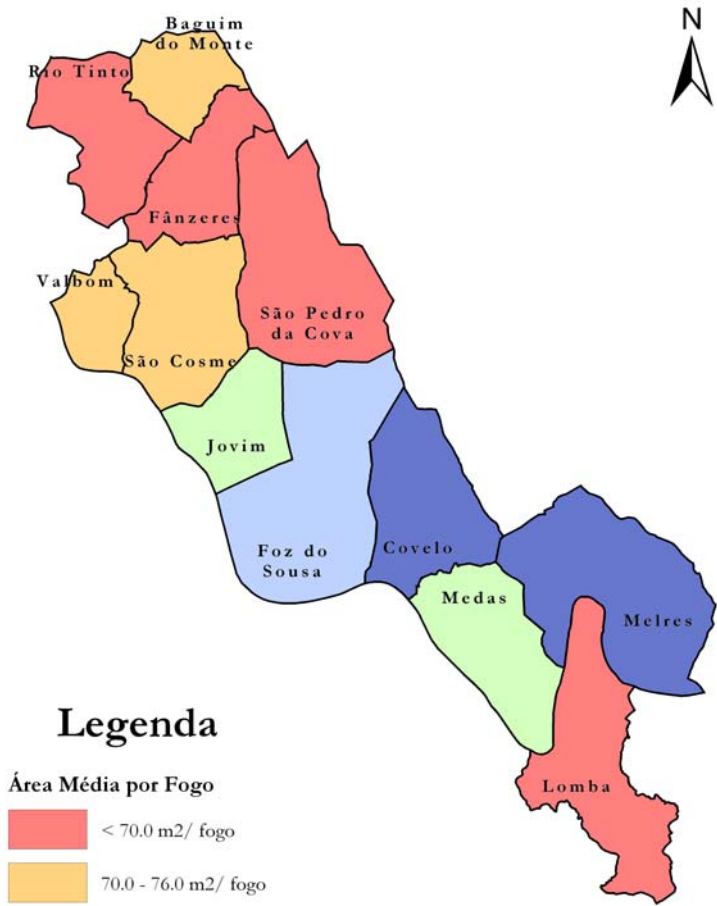
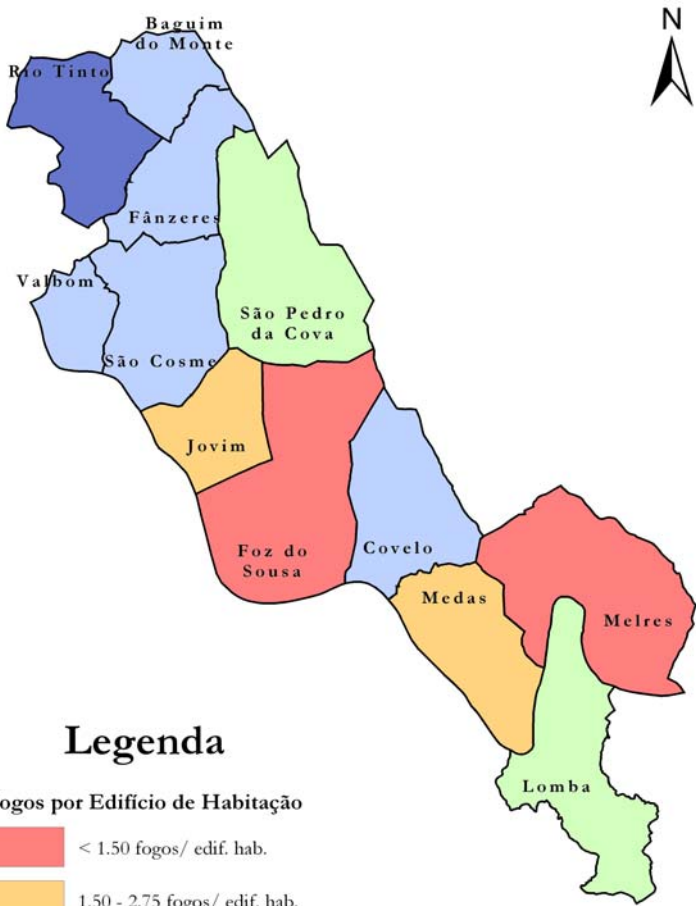


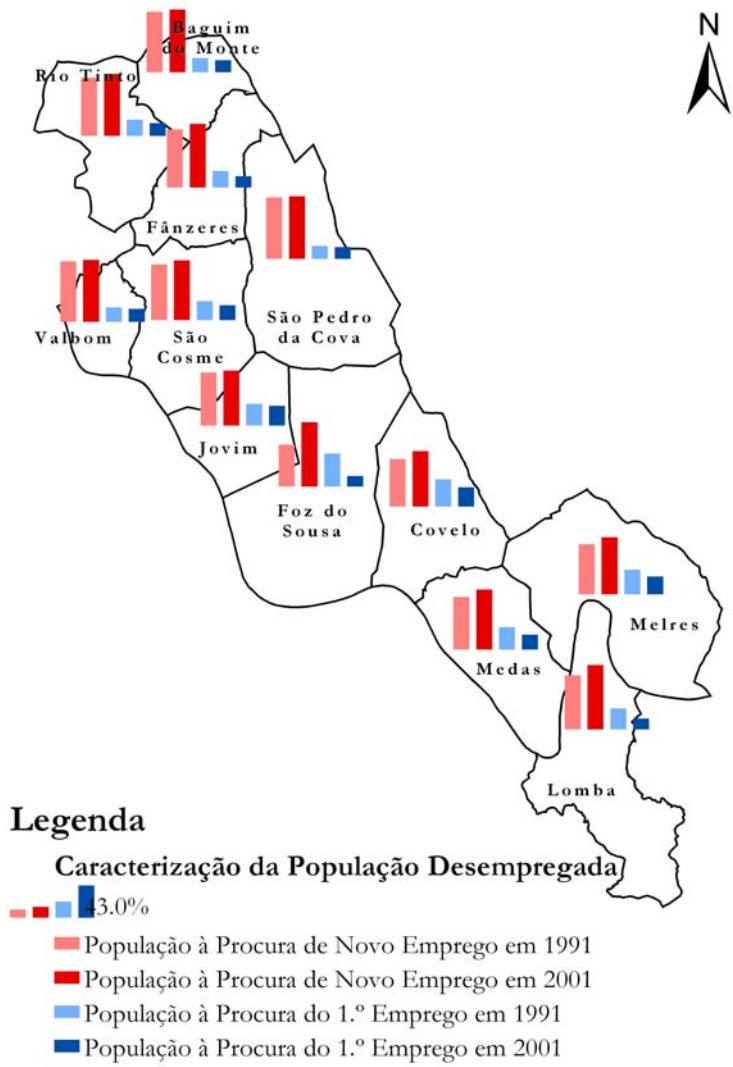
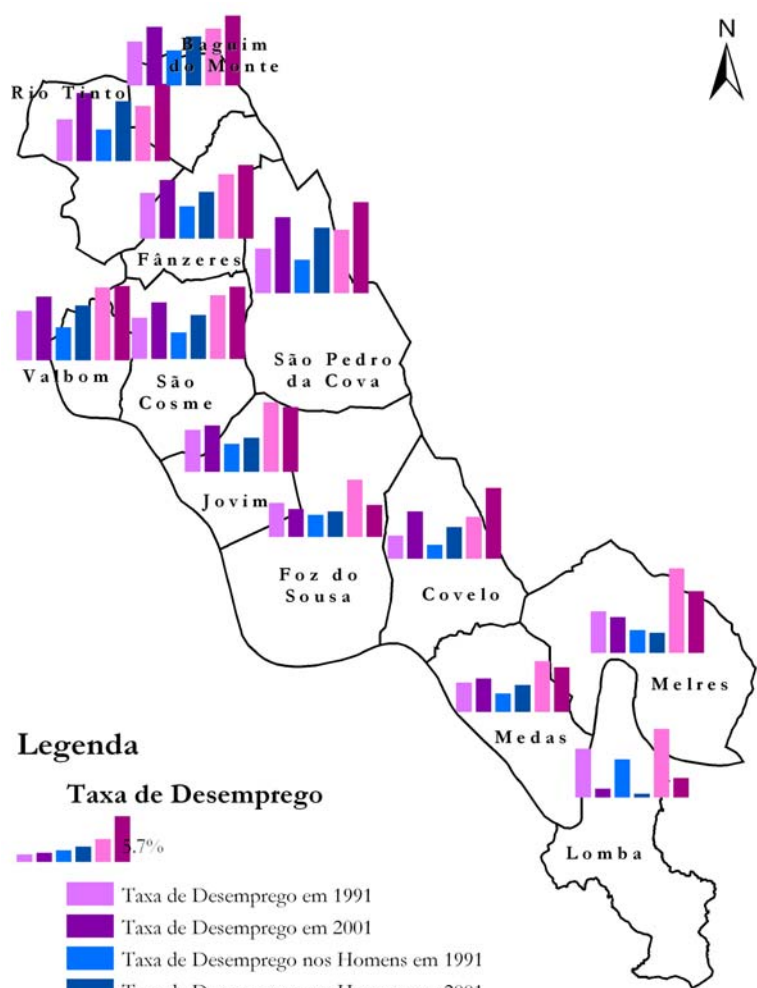
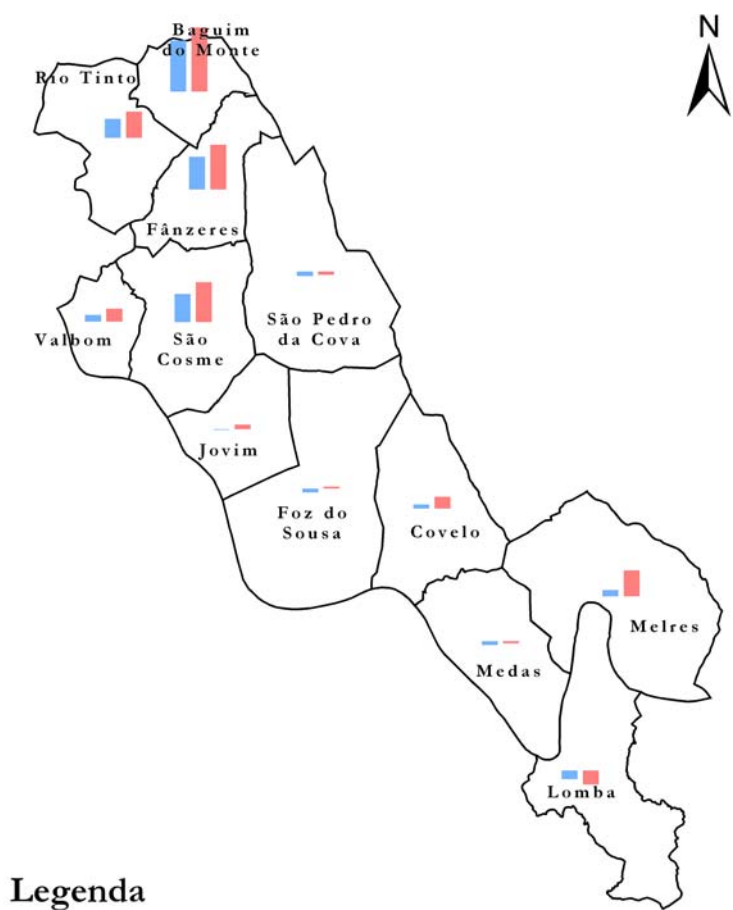
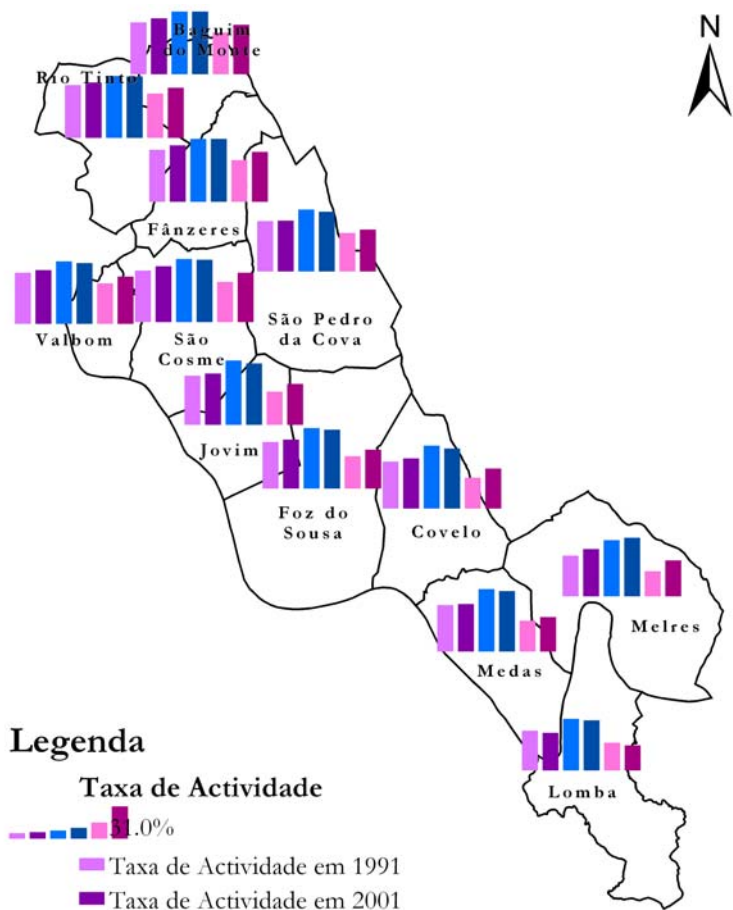


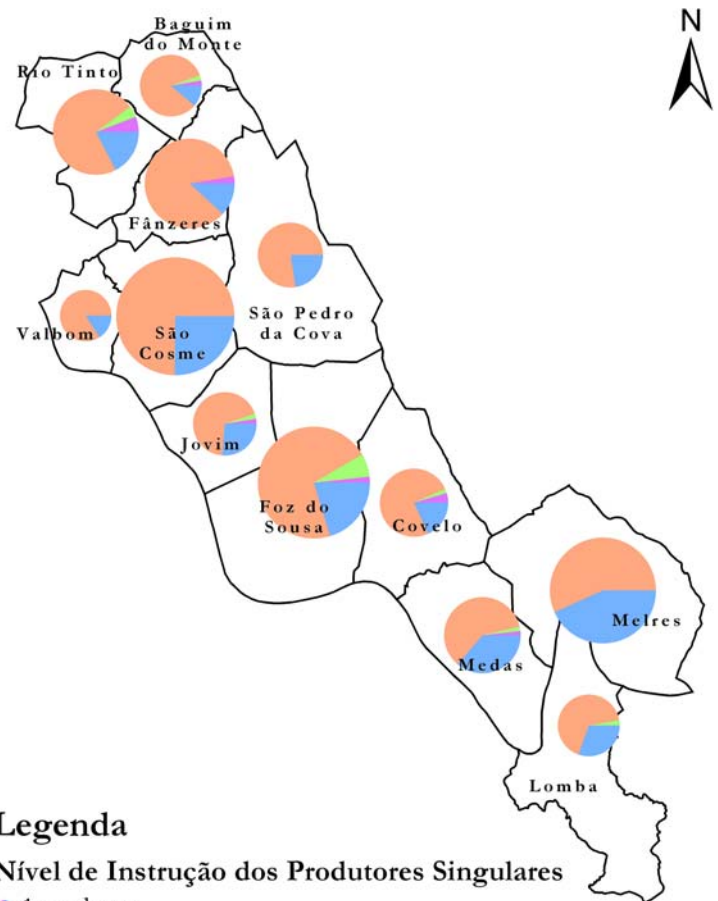
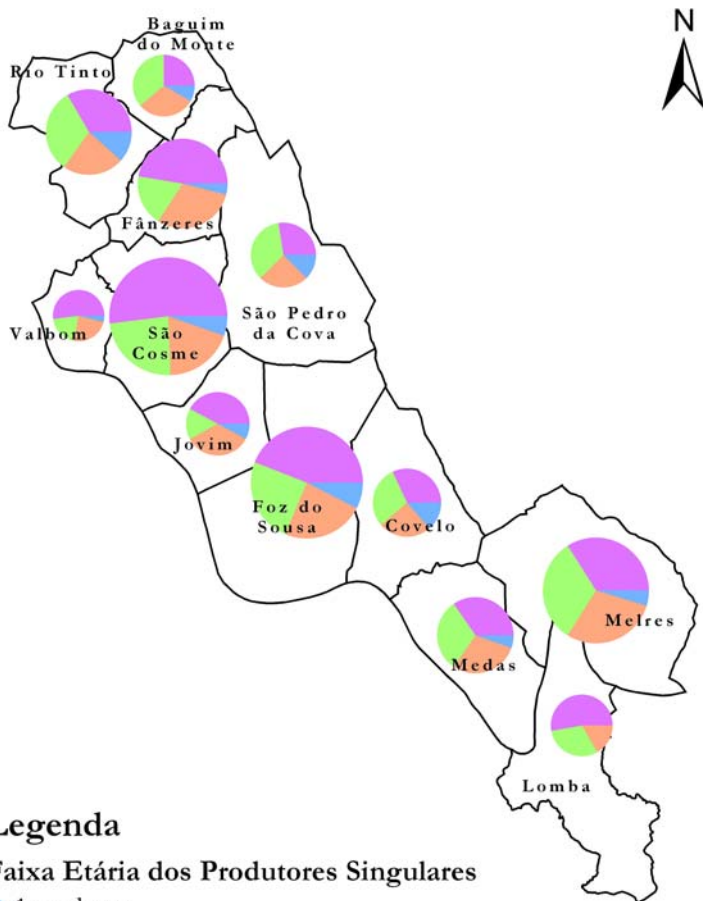
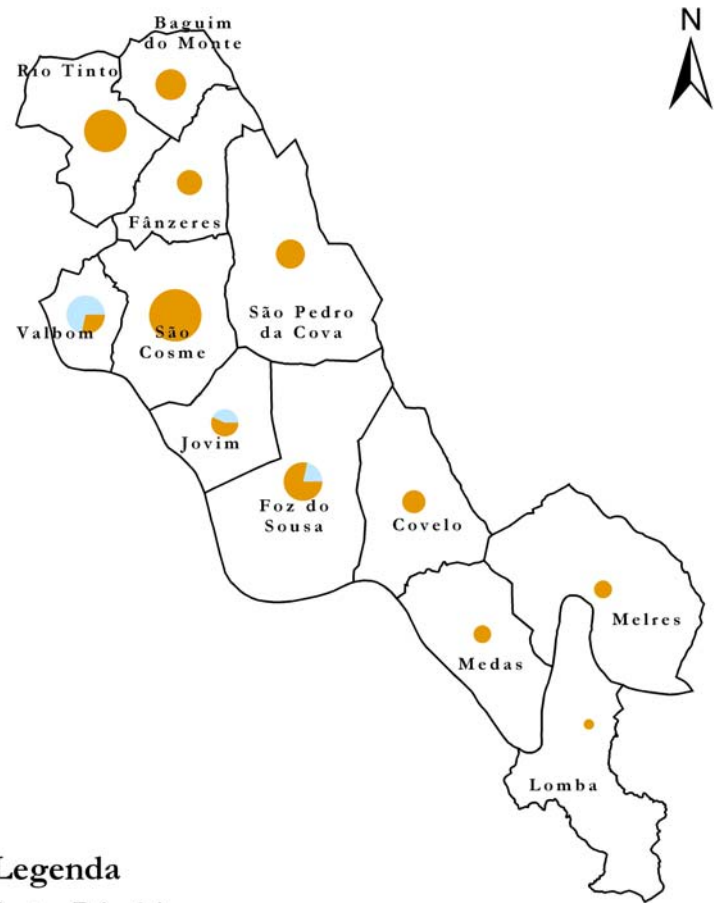
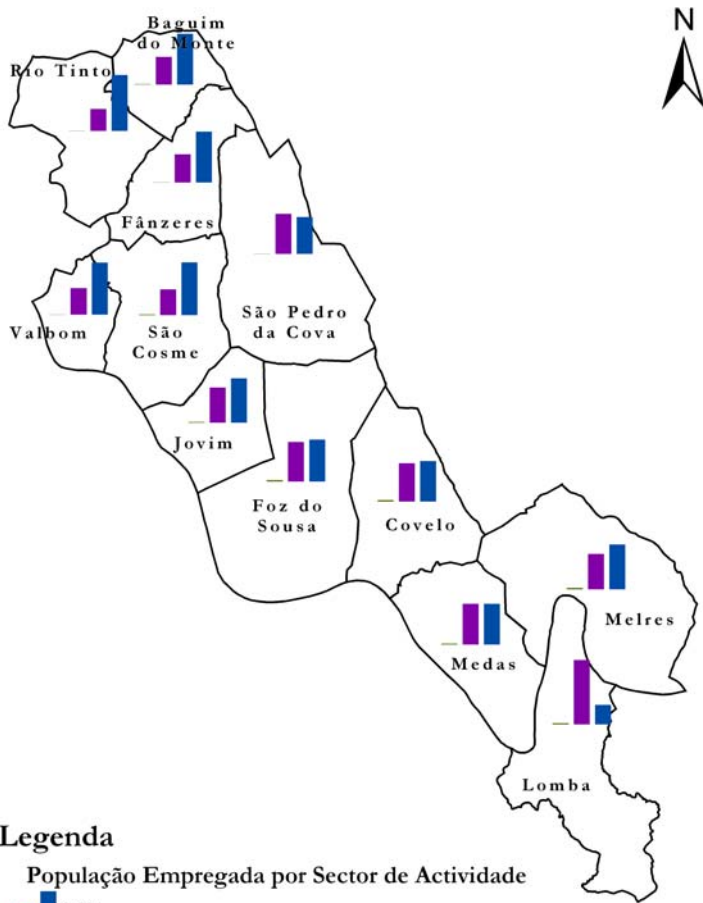


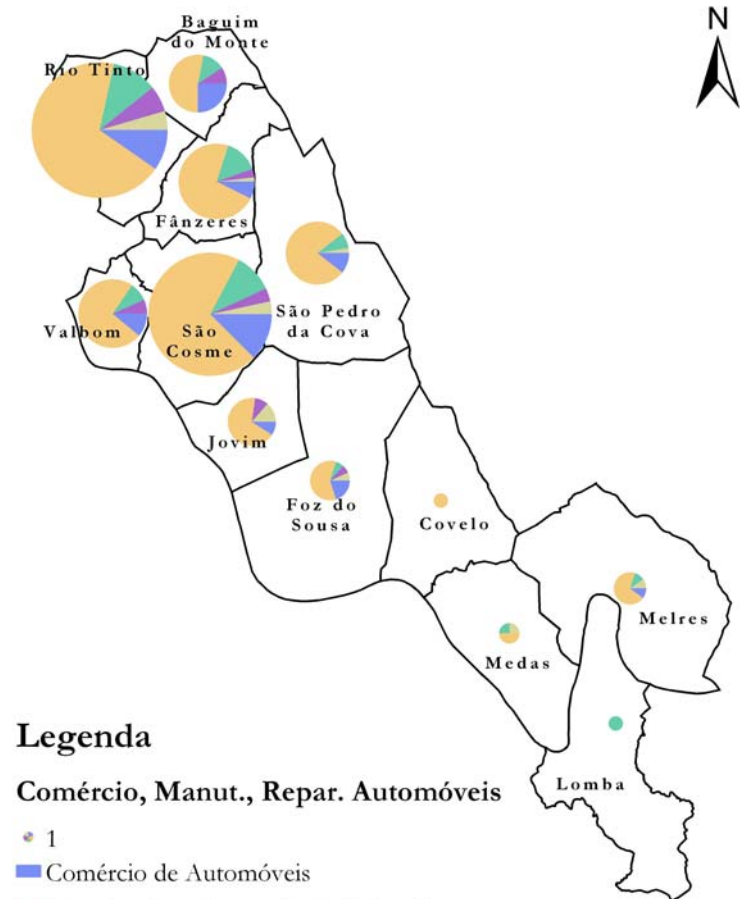
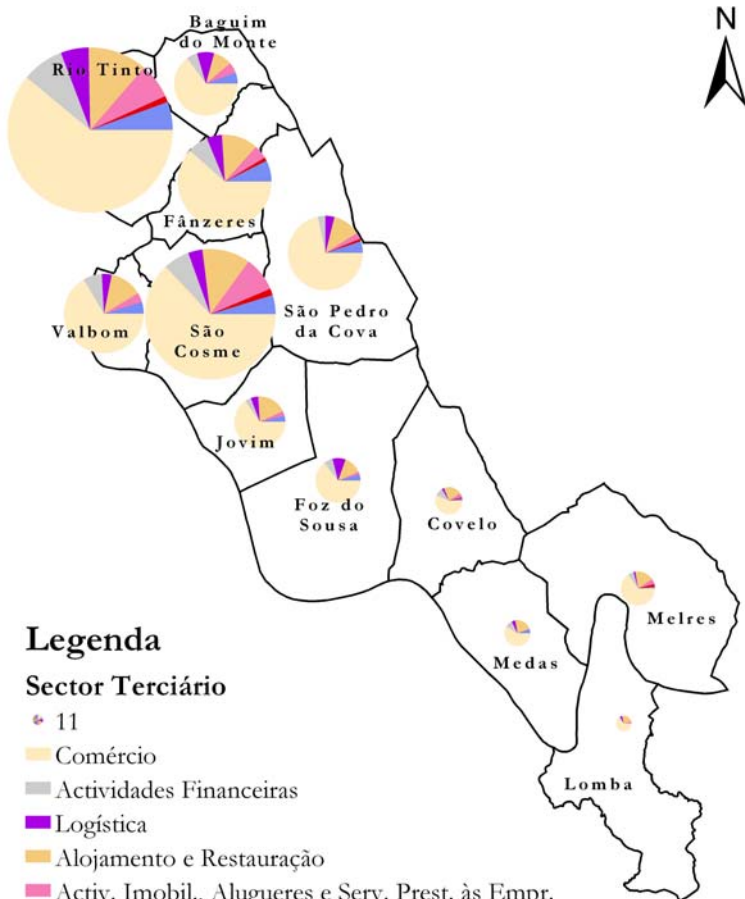
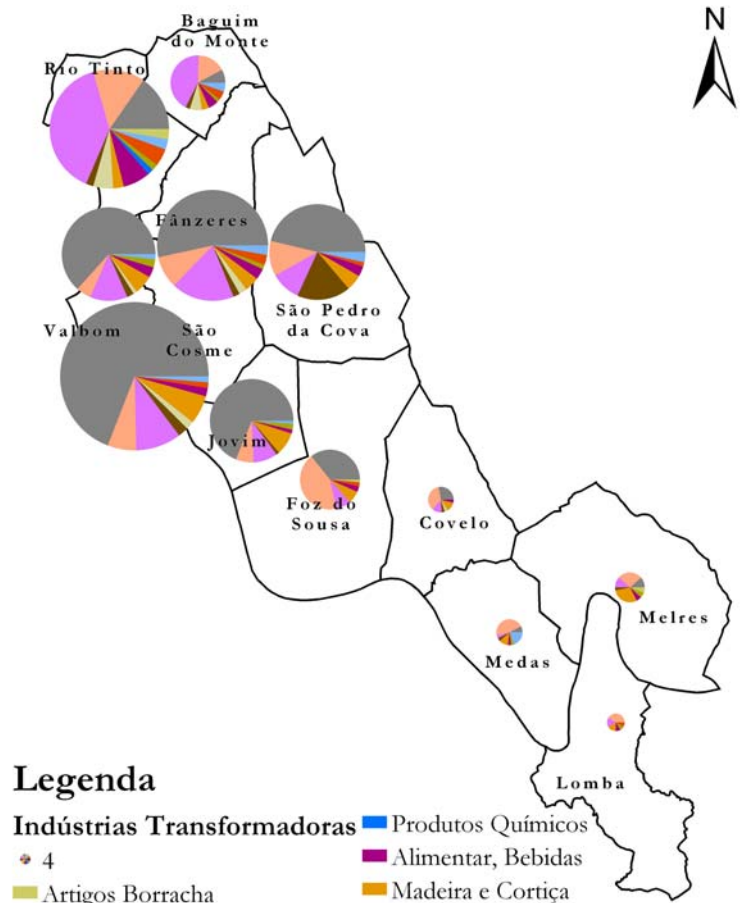
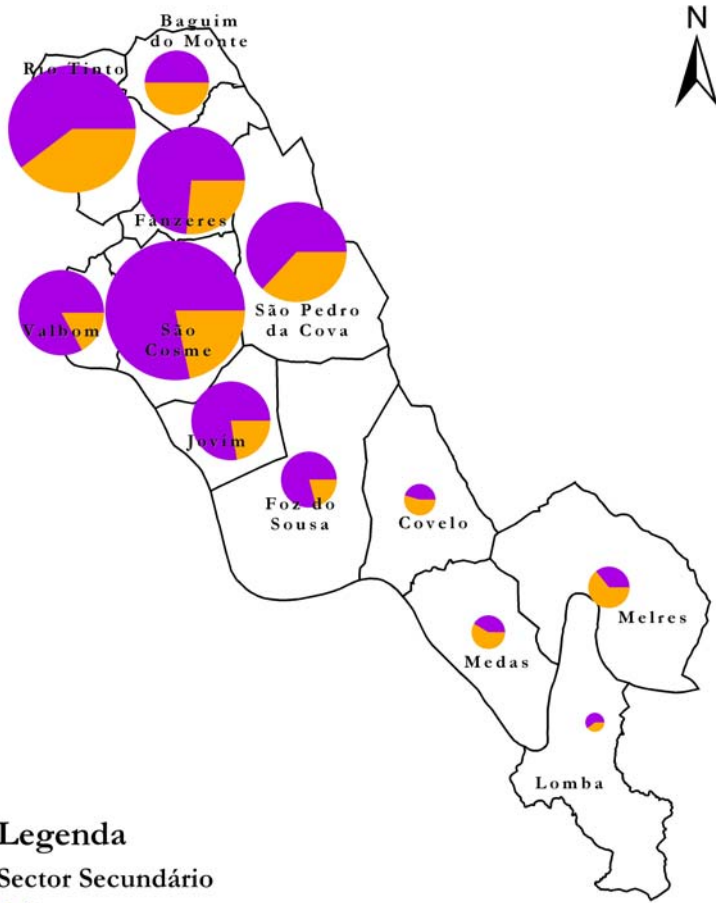


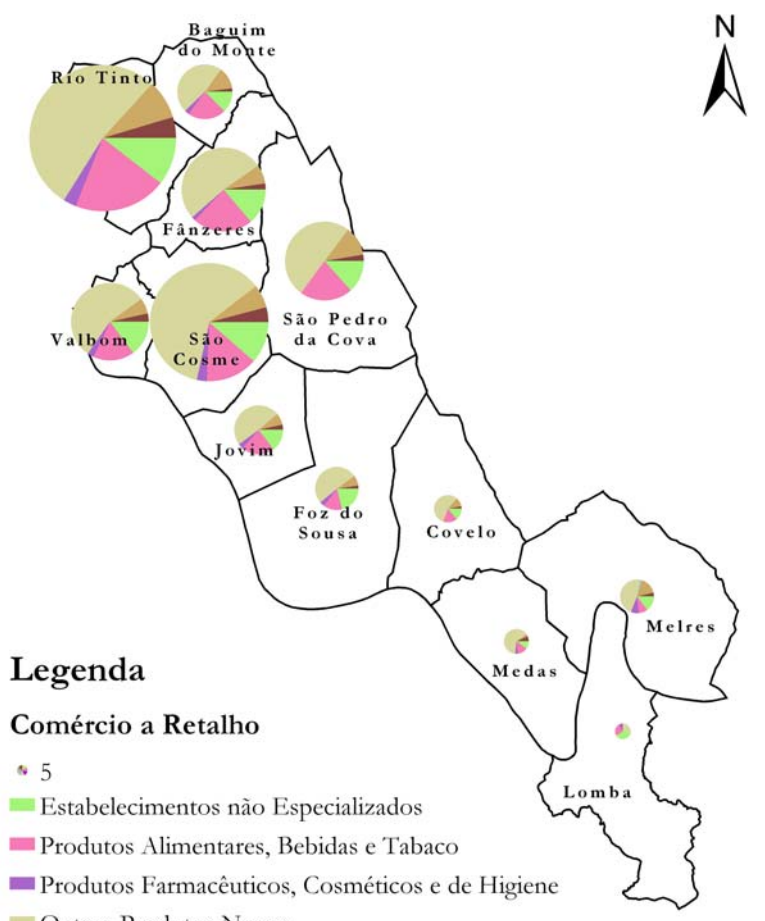
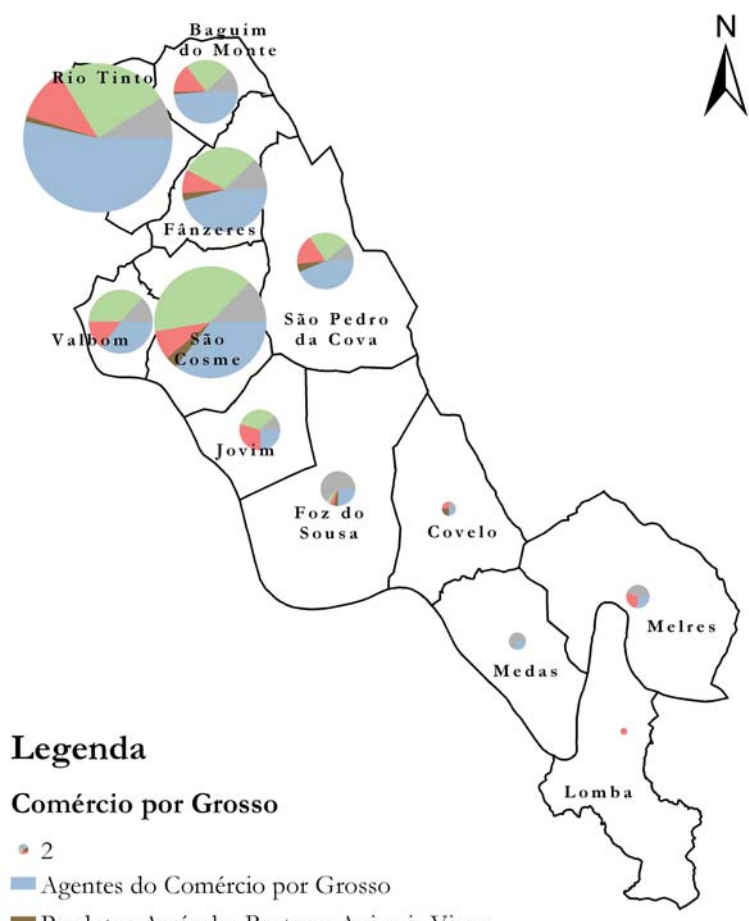












Legenda

Legenda

Comércio por Grosso

Comércio a Retalho

- 2
- Agentes do Comércio por Grosso
- Produtos Agrícolas Brutos e Animais Vivos
- Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco
- Bens de Consumo, excepto Alimentares, Bebidas e Tabaco
- Bens Intermédios (Não Agrícolas), de Desperdícios e de Sucata

- 5
- Estabelecimentos não Especializados
- Produtos Alimentares, Bebidas e Tabaco
- Produtos Farmacêuticos, Cosméticos e de Higiene
- Outros Produtos Novos
- Artigos em Segunda Mão
- Comércio não Efectuado em Estabelecimentos
- Reparação de Bens Pessoais e Domésticos